GUSTAVO CÉSAR DE MACÊDO RIBEIRO

SOBRE UMA CULTURA DO MAL-ESTAR COM A POLÍTICA

Natal, 2006.

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

GUSTAVO CÉSAR DE MACÊDO RIBEIRO

SOBRE UMA CULTURA DO MAL-ESTAR COM A POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob Orientação do Prof. Dr. João Emanuel Evangelista de Oliveira. Área de concentração: Cultura e Representações.

Natal, 2006.

GUSTAVO CÉSAR DE MACÊDO RIBEIRO

SOBRE UMA CULTURA DO MAL-ESTAR COM A POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob Orientação do Prof. Dr. João Emanuel Evangelista de Oliveira. Área de concentração: Cultura e representações.

Aprovada em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. João Emanuel Evangelista de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientador

_____

Prof. Dr. Celso Frederico
Universidade de São Paulo
Examinador

_____

Prof.Dr. José Antônio Spinelli Lindoso
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinador

_____

Prof. Dr. José Willington Germano
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Suplente

À minha angelical Osi, a quem amo devagar e urgentemente, por ter me mostrado, repetidas vezes, o quanto a vida pode ser simples.

Ao mestre e amigo João Emanuel Evangelista, pela imensa solicitude e paciência; pela generosidade traduzida no sempre constante estímulo.

Aos meus pais, Sônia e Ricardo, pelo amor e carinho intermináveis. Aos quais eu dedico todas as conquistas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer, não só em meu nome, mas no de todo o Grupo de Estudos Mídia e Poder, aos cidadãos e cidadãs que aceitaram participar da pesquisa “Os Processos Sociais de Recepção do HGPE”. Sem a solicitude e a compreensão deles, este trabalho não poderia ter sido realizado. Aquela pesquisa também contou com empenho de várias pessoas e instituições na articulação dos grupos focais, tais como o Padre Sabino Gentilli, a quem aqui prestamos nossa homenagem póstuma. Neste sentido, somos gratos à coordenação do Fórum Engenho dos Sonhos e do Programa de Desenvolvimento Urbano de Natal (PRODURN) e a do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da UFRN.

Na banca de qualificação do projeto que deu início a esta dissertação, pude partilhar da imensa sabedoria dos dois argüidores, professores José Willington Germano e José Antonio Spinelli. Não posso aqui somente ressaltar as valiosas contribuições efetuadas pelos mesmos naquela ocasião, mas, para além disto, gostaria de registrar e agradecer profundamente o decisivo papel que os dois tiveram em toda minha formação.

Como não posso enumerar aqui todos os bons amigos que me acompanharam nesta jornada, peço licença para saudá-los através do nome de Vergas Vitória, cuja sempre radiante presença alegra a todos que têm o prazer de desfrutar de sua convivência.

Aos meus familiares, especialmente aos meus avós maternos, Neusa e César, e paternos, Zélia e Wagner, pelo carinho de sempre.

RESUMO

A presente dissertação tem como seu principal objeto de estudo o fenômeno do mal-estar com a política. Para compreendê-lo, é conduzida neste trabalho uma investigação, a partir de diferentes planos de análise, baseada no material empírico levantado pela pesquisa "Os Processos Sociais de Recepção do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral", realizada pelo Grupo de Estudos Mídia e Poder, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, durante as eleições municipais do ano de 2004 na cidade do Natal. Baseada na técnica de grupos focais, tal pesquisa colheu um vasto conjunto de informações sobre o processo de decodificação dos programas eleitorais televisivos, realizado por seis diferentes grupos de cidadãos advindos das classes populares. Partindo do pressuposto que tal processo é influenciado pelas representações sobre a política elaboradas por aqueles sujeitos, utilizamos tal conjunto de informações empíricas para investigar não somente o caráter da decodificação, mas estas mesmas representações nas quais tal processo se baseia. Desta forma, analisamos, por um lado, a decodificação globalmente contrária que os sujeitos realizam dos programas eleitorais televisivos através de um código conformista de oposição e, por outro, a estrutura de sentimento no qual ela se baseia, conceituada de estrutura de sentimento do mal-estar com a política. Tal estrutura é composta por "temas geradores" que expressam a contraposição à política institucionalizada e, ao mesmo tempo, uma demissão frente à política que fortalece a hegemonia dos grupos dominantes. Sustentamos a tese que este conjunto de representações sobre a política é causado pelo quadro de denegação de direitos no qual aqueles sujeitos estão imersos.

Palavras-chave: Mal-Estar com a Política; Cultura Política; Decodificação de Programas Eleitorais Televisivos.

ABSTRACT

The current dissertation has as its main object of study the malaise with politics phenomenon. To comprehend it, is carried out in this work a inquiry, in different stages of analysis, based in the empirical data raised by the research "Os Processos Sociais de Recepção do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral", made by the Grupo de Estudos Mídia e Poder, of the Universidade Federal do Rio Grande do Norte, during the local elections of 2004 in the city of Natal. Based in the focus group technique, such research raised an ample set of information about the decoding process of the electoral television programs, made by six different groups of citizens from the popular classes. Beginning from the presuppose which such process is influenced by the representations about politics made by those subjects, we use that set of empirical information to inquiry not only the decoding, but that same representations which this process is based. In this way, we analyse, in one side, the globally contrary decoding which subjects made from a conforming code of opposition and, in the other, the structure of feeling which it's based, called structure of feeling of the malaise with politics. Such structure is compound by "generating themes" which expresses the contraposition about the institutionalized politics and, in the same time, a resignation about politics which fortifies the dominant groups' hegemony. We support the thesis which this set of representations about politics is caused by the denial of rights frame which those subjects are immersed.

Key-words: Malaise with Politics; Political Culture; Decoding of Electoral Television Programs.

S U M Á R I O

1 INTRODUÇÃO.....09

2 A POLÍTICA ATRAVÉS DA DECODIFICAÇÃO.....15

2.1 Uma Questão de Recepção.....27

2.2 Os Sujeitos e a “Maquiagem” 48

3 UMA CULTURA DO MAL-ESTAR COM A POLÍTICA.....66

3.1 Do mal-estar na civilização ao mal-estar com a política.....68

3.2 Sobre uma estrutura de sentimento do mal-estar com a política.....84

3.3 Os Sujeitos e o Mal-Estar.....94

3.4 Todos os Políticos São Corruptos (?).....103

4 A DENEGAÇÃO DE DIREITOS COMO CAUSA DO MAL-ESTAR.....114

4.1 Reconhecimento *versus* Desrespeito.....120

4.2 Os Sujeitos Frente à Denegação de Direitos e à Hierarquia “Políticos” / ”Eleitores”.....134

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....142

REFERÊNCIAS.....146

1 Introdução

A leitura dos clássicos da sociologia parece calar fundo, em nós, não só os conteúdos teóricos mais explícitos, mas, também, modelos legitimados de escrita. Por isso, ao nos depararmos, no curso de nossa formação, com introduções como a de Max Weber ao seu *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*[1], a de Emile Durkheim às *Formas Elementares da Vida Religiosa*[2] ou a de Karl Marx ao *Para Crítica da Economia Política*[3], decisivos documentos dos pensamentos desses autores, mesmo se tomadas em separado dos conteúdos ulteriores daqueles volumes aos quais dão início, somos instados, de forma impensada, inconsciente, no mais das vezes, a investirmos, à moda desses cânones, todas as nossas forças de síntese e teorização nas primeiras linhas escritas em nossos trabalhos. De modo que, a despeito do significativo esforço que enseja a formulação das idéias introdutórias de um texto, há, para nós, o acréscimo deste modelo da introdução exemplar.

Aliás, para não operar uma generalização simplista, isto é o que parece a este estudante e, decerto, não tem nenhuma validade fora de suas impressões particulares. Ademais, se tal apego aos cânones parece tão decisivo, o único alento por proceder de forma contrária só pode residir na observação das sugestões de um outro, um literário, desta vez. Assim, é Machado de Assis que indica, na voz de seu Brás Cubas: "o melhor prólogo é o que contém menos coisas, ou o que as diz de um jeito obscuro e truncado[4]". Endosso-as, e, por isso, alerto: (a) sim, ficarão obscuras, nesta introdução, quaisquer referências às análises empreendidas no restante do trabalho. Se o leitor ou leitora se interessou pelo "cultura do mal-estar com a política" no título e intenta saber do que se trata, sugere-se que se reporte diretamente ao

---

[1] WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 2000.
[2] DURKHEIM, Émile. *Durkheim* – Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
[3] MARX, KARL . *Marx* – Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
[4] MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Memórias Póstumas de Brás Cubas. Porto Alegre: L & PM, 1999, p.13.

desenvolvimento dos capítulos. (b) Nestas primeiras linhas serão informadas poucas coisas sobre a realização da pesquisa com a qual se detém esta dissertação; somente aquelas necessárias a uma leitura mais clara. Passemos imediatamente a elas, antes que digamos mais do que aconselha Machado.

Neste trabalho, os dados que serão perfilados para análise não são fruto de uma investigação original realizada pelo próprio pesquisador, mas de um projeto mais amplo[5], intitulado *Os Processos Sociais de Recepção do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE)*. Formulada e desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos Mídia e Poder, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (GEMP-UFRN), tal pesquisa[6] responde aos esforços deste grupo em compreender as relações entre política (eleições, mormente) e meios massivos de comunicação na contemporaneidade. Sendo assim, com o intuito de investigar os diversos valores, símbolos e representações manejados pelos cidadãos-telespectadores advindos das classes populares[7] na recepção do HGPE[8], tal pesquisa "foi a campo" entre os meses de agosto e novembro de 2004, na cidade de Natal (período de "campanha" das eleições municipais daquele ano), para, através da utilização da técnica do *grupo focal*, realizar, ao todo, dez reuniões com seis diferentes grupos[9] de pessoas. São eles:

(1) Um grupo composto por mulheres que participavam das atividades de uma cooperativa de artesanato que, por sua vez, era ligada a uma Organização Não-

---

[5] Coordenado pelo professor João Emanuel Evangelista, do Departamento de Ciências Sociais da UFRN.

[6] Este pesquisador participou tanto da formulação quanto da execução da mesma, como aluno de pós-graduação associado.

[7] Este é um conceito ainda a ser mais bem problematizado nesta dissertação. Ver seção 2.1 - Uma Questão de Recepção.

[8] Deste momento em diante, será utilizada a sigla para Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral: HGPE. É importante assinalar que, ao contrário do que parece, esta não é uma nomenclatura advinda da legislação eleitoral, mas um conceito analítico cunhado pelo pesquisador Afonso Albuquerque (1996).

[9] Em alguns casos, foi possível realizar duas reuniões com o mesmo grupo: por isso, o total de dez para um universo de seis grupos.

Governamental atuante na comunidade de Novo Horizonte, localizada na Zona Oeste de Natal. Apesar de contar com algumas participantes na faixa dos vinte anos de idade, tal grupo era integrado, majoritariamente, por senhoras com idades acima dos quarenta. Foi possível realizar duas reuniões com elas, nos dias 08 de setembro e 21 de outubro.

(2) Buscando estabelecer uma clivagem de gênero, estabeleceu-se contato, como forma de se confrontar com as informações do anterior, com um grupo de trabalhadores da construção civil (geralmente com idades superiores aos trinta anos e residentes em diversos bairros de Natal). Somente uma reunião foi realizada com estes senhores, em 08 de setembro[10].

(3) Também foi possível realizar uma reunião com outro grupo de trabalhadores, desta vez, de terceirizados do setor de limpeza da UFRN. Ao contrário dos outros dois, na única reunião realizada, em 21 de setembro, este foi composto tanto por senhores quanto por senhoras, também, em sua maioria, com idades acima de trinta anos.

(4) Para introduzir uma clivagem de idade, buscou-se contrapor aos três grupos listados anteriormente, outros três, integrados somente por jovens[11]. O primeiro deles foi composto por rapazes e moças católicos, residentes na comunidade de Mãe Luíza, na Zona Leste de Natal. Com tal grupo, foram realizadas duas reuniões, em 07 e 29 de setembro[12].

---

[10] À época da realização da pesquisa, havia algumas obras em andamento na UFRN. Tal fato favoreceu o estabelecimento do contato com tal grupo de trabalhadores. Infelizmente, devido a problemas com o gravador que registrava a única seção de debates que se teve com eles, não foi possível transcrever suas falas e toma-las como válidas à análise.

[11] É sabido o quão falha é a categoria "jovens", se tomada em abstrato. A pesquisa em consideração valeu-se mais da auto-rotulação enquanto "jovem" dos próprios agentes com os quais travou contato: o "grupo de jovens da igreja", os jovens que participam de uma ONG. Ao cabo, todos os grupos focais realizados com estes jovens contaram com a presença de, geralmente, rapazes e moças com idades abaixo dos vinte e cinco anos.

[12] Também devido a falhas com o gravador, não foi possível registrar a primeira delas.

(5) Associada a esta diferenciação entre faixas etárias, foi possível introduzir uma outra clivagem, qual seja: a de orientação religiosa. Com isto, também foi estabelecido contato com um grupo de jovens evangélicos, por coincidência, também residentes na comunidade de Novo Horizonte. Duas reuniões foram realizadas com eles: em 09 de setembro e 08 de outubro.

(6) Por último, contraposto aos dois precedentes, foi possível realizar duas reuniões, nos dias 10 e 28 de setembro, com os jovens, sem a explicitação de sua filiação religiosa, que participavam das atividades de uma ONG, na Zona Oeste de Natal[13].

Amparando-se, como dito, na técnica dos grupos focais, principalmente na forma na qual o pesquisador George Gaskell[14] a concebe, tais reuniões baseavam-se em dois momentos: a exibição de um guia eleitoral[15], sorteado previamente, composto pelos programas eleitorais televisivos dos então candidatos majoritários[16], seguido por um debate, baseado num "tópico guia" (para usar novamente os termos de Gaskell, mas que também é conhecido por "roteiro semi-estruturado de entrevista") em que estavam incluídas tanto questões sobre o conteúdo dos programas quanto outras mais amplas sobre assuntos diversos (relacionados à recepção em geral e à política: comportamento eleitoral, cultura política etc.). Nestes encontros, uma equipe de pesquisadores conduzia os trabalhos. Ela era geralmente

---

[13] Apesar de localizada no bairro de Felipe Camarão, as atividades de tal organização abrangem todos os bairros da Zona Oeste de Natal.

[14] GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: _____. BAUER, M., GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático. Petrópolis: Vozes, 2002. A escolha por este autor deve-se ao interessante apanhado que faz desta técnica, na qual observa tanto os aspectos epistemológicos amplos quanto os detalhes "técnicos" mais simples. Para Gaskell, em linhas gerais, "grupo focal" poderia ser conceituado como uma entrevista em grupo, baseada em um tópico não-diretivo de perguntas.

[15] "Guia eleitoral" é um termo caro à imprensa local para designar uma "rodada" de exibição de programas eleitorais no HGPE. Para o caso da televisão, há atualmente a norma de veicular dois "guias": um à tarde, outro à noite.

[16] Para a primeira rodada de reuniões (bem como para os grupos nos quais somente uma foi realizada) o guia eleitoral sorteado foi o vespertino do dia 25/08. Na segunda rodada de reuniões, por sua vez, o sorteado foi o vespertino/noturno do dia 07/09.

composta por um mediador[17], encarregado de introduzir questões ao debate e apresentar a pesquisa aos entrevistados, e por outros dois membros, investidos da tarefa de registrar a sessão.

Ao término de todas estas reuniões, tinha-se em mãos um volumoso conjunto de depoimentos. Dessa forma, a questão que se impunha era: quais recursos metodológicos deveriam ser utilizados à sua análise? Por se tratar de um esforço coletivo de pesquisa, são tantas as respostas possíveis quanto o número de pesquisadores mobilizados. Nesta dissertação, designadamente, é proposto um esquema metodológico específico: o agrupamento das diversas falas em *temas geradores*[18].

Este é o momento no qual esta introdução segue de forma mais profunda os apontamentos de Machado de Assis, tornando-se especialmente "truncada e obscura". Posto que o leitor, ou a leitora, pode, se tomou o que até agora foi escrito como tedioso, abandonar a leitura ou, ao contrário, deixar-se levar pela curiosidade e adentrar os capítulos, nos quais, pouco a pouco, tais pontos obscuros e truncados serão esclarecidos. Caso assim procedam, asseguro-lhes que boa parte destes esclarecimentos acontecerá logo no primeiro dos três.

---

[17] Este pesquisador teve a oportunidade de mediar sete, das dez reuniões realizadas. Por duas vezes, o professor José Antônio Spinelli, do Departamento de Ciências Sociais da UFRN, coordenou os debates, enquanto o bolsista de iniciação científica Anderson Christopher mediou um debate.

[18] Cf. FREIRE, Paulo. *Educação Como Prática da Liberdade*. 24. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. E ainda: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 31. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2001.

2 A Política Através da Decodificação

No decorrer da primeira reunião realizada com os jovens ligados à ONG localizada na Zona Oeste de Natal[19], um participante, chamado Marcelo[20], surpreende o mediador com a seguinte intervenção: “só fazer uma pergunta: tá indo na expectativa do que você queria?”. Este, possivelmente receoso em relação ao tempo de execução daquela atividade, ou animado para introduzir outras questões no instigante debate que ali estava sendo travado, responde desatentamente: “tá ótimo (...) cada um falou de formas diferentes, mas todos podem se manifestar (...)”. Assim, de forma inadvertida, consentiu com a compreensão de que os entrevistados deveriam, naquela ocasião, “corresponder às expectativas” dos pesquisadores, ou seja, formular respostas que estes gostariam de ouvir.

Em outra ocasião, uma senhora, ao término da reunião que havia participado, perguntou-nos sobre nossos interesses e objetivos e nos sugeriu que a validade de sua participação era a de falar “para ver se dava em alguma coisa”. Foi a forma que encontrou para, através de outras palavras, expressar a esperança de que a pesquisa contribuísse para a resolução dos problemas que havia indicado momentos antes (fossem eles relacionados à sua comunidade ou ao funcionamento da política em sua forma mais ampla).

Estas duas formas de compreender a participação na pesquisa, por parte dos informantes, afiguram-se como desafios à análise dos dados. Em primeiro lugar, remetem-na, desde o início, às questões de uma alteridade na qual os pesquisadores são os “outros” do grupo reunido para o debate. Muito embora tal questão não seja tomada de forma mais acurada neste momento do trabalho, ela se relaciona ao outro desafio que aquelas falas suscitam, qual seja: a constituição

[19] Vide introdução, grupo de número 6.
[20] Neste trabalho, todos os nomes dos entrevistados são fictícios.

mesma do material a ser analisado enquanto um conjunto de relatos de agentes sobre uma determinada realidade.

Há aqui uma dificuldade: não é possível endossá-los por completo, uma vez que não valem somente por aquilo que *refletem*, mas, também, pelo que *refratam* (para usar a terminologia de Bakhtin[21]). No caso, o ponto alto de uma digressão sobre tal ou qual proposta apresentada durante o HGPE pode informar pouco sobre as reais percepções do próprio entrevistado que a produz se, naquela ocasião, foi dita para "corresponder às expectativas" dos pesquisadores. Mesmo a disposição de falar "para dar em alguma coisa", que deixa em exposto a excepcionalidade da experiência de pesquisa para os entrevistados, demonstra a necessidade de perguntar sobre o que o conjunto de depoimentos com o qual nos deparamos *reflete* e *refrata*: tanto no que diz respeito à própria realidade representada (configurando um trabalho de "dupla hermenêutica", conforme conceitua Anthony Giddens[22]), quanto no que revela dos conceitos que os próprios entrevistados fazem de si enquanto sujeitos enredados na ordem democrática.

Destarte, se a sugestão efetuada por Marx de diferenciar "o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz[23]" não pode ser totalmente levada em conta aqui, tão somente porque não há indicadores das ações dos entrevistados frente aos seus discursos, é possível, ao invés, indagar sobre os parâmetros de ação expressos através daquelas falas ou, em outras palavras, delas deduzir a constituição de uma *consciência prática*[24] manejada pelos mesmos. O que significa, resguardadas as limitações, tomar o advento da pesquisa como uma experiência acompanhada *in loco* – no momento em que interpretam os programas

---

[21] BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 31.
[22] GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 441.
[23] MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 52.
[24] WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 133.

exibidos no HGPE, os sujeitos com os quais tomamos contato fazem com que os elementos que utilizam para valorar a ordem sejam investidos de sentido. Para levar em conta os apontamentos de Raymond Williams: confirmam-nos por vivenciá-los, uma vez que tais elementos

> só se tornam consciência social quando são vividos, ativamente, em relações reais, e, além do mais, em relações que são mais que trocas sistemáticas entre unidades fixas. Na verdade, exatamente porque toda consciência é social, seus processos ocorrem não só entre, mas também dentro da relação e do relacionado (1979, p. 132).

Ao tomar tais premissas como válidas, alguns apontamentos metodológicos se fazem necessários: em primeiro lugar, do conjunto de depoimentos analisados, tentará se abstrair os elementos significativos das experiências próprias aos entrevistados, o que, em segundo, pressupõe indagar a partir de quais relações, contraídas pelos mesmos, elas emergem.

Para tanto, a forma pela qual a pesquisa foi conduzida deixa em aberto possibilidades interessantes. Isso porque os conteúdos dos debates respondem muito mais às questões postas em pauta pelos próprios entrevistados do que aquelas suscitadas pela equipe de pesquisadores. Não que o conjunto de intervenções levantado por estes seja, por isso, destituído de validade, mas o sentido próprio, atribuído pelos informantes, e a reformulação dos questionamentos por eles empreendida, indicam os aspectos realmente significativos das suas formas de compreensão da política. Neste sentido, o conjunto de falas pautadas pela noção de que os “políticos prometem, mas não fazem” torna-se o elemento fundamental. Durante a realização dos grupos focais, tal conjunto fez sua aparição através das primeiras respostas elaboradas pelos participantes. Vejamos.

Geralmente, as rodadas de discussão, iniciadas após as exibições dos guias eleitorais, eram introduzidas por questões como: "qual é a primeira coisa que 'lhes vêm à cabeça' após a exibição dos programas?". Este primeiro bloco de perguntas visava instigar os entrevistados à avaliação livre do que haviam assistido, baseada em respostas com um mínimo de censuras possíveis. Numa destas ocasiões, Natanael, um jovem de dezenove anos, participante do grupo de evangélicos da comunidade de Novo Horizonte[25], responde-nos da seguinte maneira:

> "Mediador: Qual a primeira coisa que vem à cabeça agora, após a exibição dos programas? [Vários do grupo riem].
> Natanael: Rapaz, dá uma impressão assim: tô sendo enganado.
> Mediador: Enganado?
> Natanael: Toda vez que eu vejo dá aquela impressão: todo mundo tá mentindo para mim. Porque todos os políticos, desde as primeiras eleições, dizem: 'eu vou mudar, eu vou mudar o destino da cidade, vou fazer isso, vou fazer aquilo'. E, assim, já reforça a falta de esperança que já é preexistente devido ao erro dos outros que vieram antes. Sempre reforça (...). Eles estão prometendo o céu, mas chega lá e não faz".

Uma constatação simples, "os políticos tentam me enganar, pois eles prometem, mas não fazem", porém acrescida da idéia de que "todos os políticos, desde as primeiras eleições" procedem desta forma. Seguindo este raciocínio, José Bento, seu colega de grupo, o complementa afirmando que, daqueles ali apresentados, terá que escolher "o melhor dos piores". Na segunda vez que encontramos estes mesmos jovens, novamente Natanael responde à primeira pergunta com um argumento parecido, porém pontuado pela sua avaliação do programa do candidato Carlos Eduardo[26] como "maquiado":

---

[25] Vide introdução: grupo 5.

[26] Carlos Eduardo Alves era, naquelas eleições municipais de 2004, o postulante à reeleição. Ele assumiu o executivo municipal natalense em 2000, quando a então prefeita Vilma de Faria decide renunciar para candidatar-se ao governo do estado. Este fato também marca sua ruptura com o grupo político, abrigado no PMDB, que é liderado pela sua própria família. Neste grupo dos "Alves",

> "Mediador: Quando viram esses programas eleitorais, o que é que vocês acharam? Quais foram as primeiras impressões de vocês?
> Natanael: É uma coisa, pra mim, meio maquiada. Pelo menos Fernando Freire[27] (...) principalmente. Não que eu tenha nada contra ele. É algo visivelmente maquiado. Aquela propaganda tão perfeita do que ele fez, do que tá fazendo.
> José Bento: Fernando Freire não, Carlos Eduardo,
> Natanael: Perdão, Fernando Freire não, Carlos Eduardo. É tão perfeito (...) que ele disse já fez e que ele quer fazer. E a perfeição dele a que todo (...) não existem pessoas perfeitas nesse mundo. E a verdade tá aí. Não tem segurança na rua como passa no comercial dele. Não tem tanta, (...) Não é tão bom. Já Luiz Almir, já é um extremo demais também. (...) Derruba tudo também. Acho muito maquiado. Cada um maquia; ao seu jeito, mas maquia".

Na reunião realizada com os trabalhadores terceirizados da UFRN[28], a idéia de que os políticos "prometem, mas não fazem" também dá o tom. É o que demonstram as falas dos dois primeiros a intervir no debate: Aureliano e Pedro. Para o primeiro, "se eles estão prometendo a fazer (...) fazer o que eles estão prometendo e não chegar após a eleição e esquecer o que estão prometendo na televisão", idéia que o segundo complementa de forma mais incisiva: "é porque político, professor, só faz prometer. É por isso que não acredito em político, porque ele promete e não faz. Não acredito em político, não".

Isso também ocorre nas duas reuniões realizadas com o grupo de senhoras que participavam da cooperativa de artesanato no bairro de Novo Horizonte[29]. Durante a primeira, Úrsula, uma das mais ativas participantes, intervém para afirmar que não costuma a assistir o HGPE porque "não tem tempo, nem dá valor", uma vez

---

os nomes mais destacados são: Aluízio Alves, ex-governador e ex-ministro do governo Sarney e Garibaldi Alves Filho, ex-governador e senador.

[27] Neste ponto, Natanael, por engano, refere-se ao ex-governador Fernando Freire (filiado ao Partido Progressista). Este, após ter sido eleito para o cargo de vice-governador em dois mandatos (em 1994 e 1998, sempre na chapa encabeçada por Garibaldi Alves Filho), assumiu o governo do estado em curto período, em 2002. Neste mesmo ano, tentou se reeleger, mas foi derrotado por Vilma de Faria.

[28] Vide introdução: grupo 3.

[29] Vide introdução: grupo 1.

que eles “não fazem nada (...) Só faz prometer e não faz nada para comunidade[30]”. Já na segunda, Nívea e Clara fazem duas afirmações que se complementam (sendo esta última também tributária da idéia antes exposta por Natanael de que os políticos “prometem o céu”):

> “Mediador: O que é que vocês acharam do programa?
> Nívea: O que eu queria é que eles fizessem alguma coisa. Só prometem, prometem (...). Eles só aparecem aqui de quatro em quatro anos. A realidade é essa: vota quem quer. Acho que é o ponto de vista de cada um.
> Clara: É, acho que é assim. Eles só aparecem na favela onde a gente mora de quatro em quatro anos. Só conhece os pobres de quatro em quatro anos. Se a gente vai esperar, promete o céu e as estrelas. Mas se o que eles prometessem e cumprissem com a responsabilidade (...) Só que não cumprem, né? Não fazem”.

O mesmo acontece nas duas reuniões realizadas com o grupo de Marcelo (aquele jovem que levantou a questão sobre “corresponder às expectativas”, participante das atividades de uma ONG na Zona Oeste de Natal). Na primeira, sua colega Daniela, após comentar sobre a proposta de um candidato, afirma o seguinte: “fica essas propostas e eles querem que a gente confie, quando a gente sabe que talvez não dê certo. Eu espero que eles confirmem e que dê certo, porque fica a gente pensando se acredita ou não”. Na segunda, Antonio, ao iniciar sua intervenção, ensaia uma reposta diferente, afirmando que “propostas, têm muito boas”. Entretanto, ao terminar sua fala, acaba aderindo à compreensão comum: “mas, por exemplo, Miguel Mossoró[31] falando sobre a ponte para Noronha e nem sequer a da Redinha pra Ribeira[32] saiu. Quer dizer, promessa é o que mais sai”.

---

[30] Aqui se procurará manter a forma original dos depoimentos. Serão reproduzidos os trechos em que tais falam afastam-se da “norma culta” da língua portuguesa sem a adição do *sic*, esta arrogante partícula que deixa em exposto o desdém acadêmico frente a outras formas de se pronunciar o mundo.

[31] Naquelas eleições municipais de 2004, Miguel Mossoró tornou-se notório. Começou o pleito como desconhecido, mas, ao fim do primeiro turno, conseguiu arregimentar 17% dos votos válidos.

[32] Nesta fala, Antonio comete um pequeno lapso. Apesar de referir-se à obra da ponte que ligará a Praia do Forte à da Redinha, ele afirma que tal empreendimento estabelecerá uma via entre esta

Ao cabo, considerando-se todos os grupos analisados, somente na reunião com os jovens católicos do bairro de Mãe Luíza[33] não há, como primeira a ser colocada na roda, o registro de respostas relacionadas ao não cumprimento das promessas de campanha por parte dos candidatos. Contudo, o primeiro a intervir afirma ter gostado mais das "piadas" de Miguel Mossoró do que qualquer outra coisa no HGPE (o que, como será visto, está diretamente relacionado à forma de compreender a política que também embasa aquelas falas), além do mais, logo após os comentários sobre tal candidatura, ainda no primeiro bloco de questões, um outro participante, chamado Paulo, registra uma compreensão parecida com as dos outros grupos, ao comentar sobre o programa do candidato Carlos Eduardo:

> "Mediador: O que é que vocês acharam melhor? Melhor e pior? Qual foi o melhor e o pior programa pra vocês? E por quê?
> Paulo: Pra mim, o pior foi o de Carlos Eduardo. Porque ele se acha no direito de tá dizendo que fez seiscentas obras. 'Eu fiz seiscentas obras e tô entregando na cara da população', entendeu? Ele não destaca o que ele vai fazer e sim o que ele fez: 'eu fiz isso, você vai ter que votar em mim. Se você não votar, você vai perder seu voto', entendeu? Ele se acha no direito. Não diretamente, indiretamente pra população, entendeu?
> Mediador: E o melhor?
> Paulo: Pra mim, não tem melhor".

Ora, se na maioria absoluta dos grupos (mesmo que esta não seja uma pesquisa baseada em resultados "quantificáveis") a primeira coisa "a vir à cabeça" de diferentes pessoas após a exibição de programas do HGPE é a de que "os políticos prometem, mas não fazem", esta se transforma numa questão significativa e que urge ser investigada. Ou, para ir mais adiante: é *a questão* a ser analisada. E

última praia e o bairro da Ribeira. Na realidade, o principal objetivo desta obra é o de estabelecer uma ligação entre a Zona Norte (onde está localizada a Praia da Redinha) e a Zona Leste da cidade (onde a Praia do Forte se localiza). Tal obra começou a ser construída ainda na segunda administração de Vilma de Faria (2000-2002), mas devido às diversas paralisações não havia sido concluída à época daquele grupo focal.

[33] Vide introdução: grupo 4.

assim o é não como algo que se basta em si, mas como um considerável indício de uma forma mais ampla de se vivenciar e, portanto, compreender a política.

Em um sentido estritamente analítico é possível mesmo conceituar tal "tema" como o norteador das análises aqui empreendidas, pois, ao emergir, traz à tona, além daquele tipo de compreensão, e experiência, outros temas correlatos. Posto isto, se este indício mais forte denota uma leitura, digamos, "negativa" da política, para analisá-lo trata-se de observar, nos diversos relatos registrados, quais outros elementos também igualmente "negativos" a ele podem ser associados.

Em relação a tal tipo de procedimento, um rápido parêntese metodológico sobre a utilização do conceito de "tema gerador" (Freire, 2001), tal qual o propõe Paulo Freire, se faz necessário.

Antes de qualquer coisa, há de se ressaltar que o recurso a este conceito é aqui feito de uma forma um tanto quanto "heterodoxa", uma vez que o mesmo responde a funções específicas no ambiente teórico no qual foi formulado. Contudo, é possível afirmar suas capacidades heurísticas legadas às análises empreendidas neste trabalho em sua natureza essencialmente relacional, na qual, em primeiro lugar, um tema não existe por si, mas liga-se seminalmente a outros (como as palavras geradoras do método freireano de alfabetização, em que cada sílaba acrescentada pode "gerar" outra palavra[34]). Em segundo, diz respeito ao esforço dos homens em, através do diálogo, pronunciar o mundo, uma vez que "os temas, em verdade, existem nos homens, em suas relações com o mundo, referido a fatos concretos" (Freire, 2001, p. 99). Além do mais, do ponto de vista mais "artesanal" da metodologia, é possível atestar seu fácil manejo para o "tratamento" dos dados empíricos: acima, nas falas embasadas na crença de que os "políticos prometem,

[34] Cf. Freire, 2000

mas não fazem", reside um exemplo. Em suma, um conjunto de depoimentos utilizados por diferentes indivíduos (que se desconhecem, geralmente), mas que se assemelham e usam os mesmos recursos discursivos, formam, analiticamente, um tema gerador. É da teia inter-relacionada dos diversos temas-geradores que, por conseguinte, emerge o objeto primordial desta dissertação: *a cultura do mal-estar com a política*.

Por enquanto, feche-se o parêntese (somente com o intuito de retomá-lo depois) e rume-se para a demonstração de como a primeira aproximação teórica à sua análise reside no conceito de mal-estar com a política, formulado por Norbert Lechner[35].

No quadro das conceituações deste sociólogo alemão, naturalizado chileno, tal noção é anunciada a partir de uma diferenciação entre o que chama de *política* (enquanto prática institucionalizada) e *político* ("vivência cotidiana das pessoas em relação à ordem comum"[36]). Sendo assim, da "dissonância entre a política, tal como a percebe a cidadania, e a imagem herdada da política"[37], ou seja, à sua percepção "como instância máxima de condução e proteção"[38], o mal-estar é fundado.

> À luz dessas premissas tácitas, a política institucionalizada causa mal-estar. Uma de suas manifestações consiste na falta de confiança nela e (quase certamente) nos políticos. A meu ver, essa desconfiança traduz a impressão de que a política já não controla os processos sociais. A cidadania se vê acossada, de modo direto ou audiovisual, por um sem-número de problemas — do desemprego à guerra, passando pela contaminação e a criminalidade —, cuja solução ela atribui à política ao mesmo tempo em que não lhe adjudica os benefícios que possa ter conseguido. A sensação de que 'as coisas estão fora de controle' exprime um fracasso da política na

[35] Tal conceito é exposto no texto *Os Novos Perfis da Política: um Esboço*, publicado na Revista Lua Nova (em seu número 62, de 2004), mas que teve sua primeira versão em 1993.
[36] Lechner, 2004, p. 9.
[37] Ibidem, p. 15.
[38] Loc. cit.

> medida em que, de fato, a ela se imputa um poder de controle sobre a realidade social[39].

Levando em conta tais formulações é possível afirmar que embora tal conceito tenha sido concebido como um recurso teórico para investigar, segundo seu autor, os descaminhos da "democracia realmente existente" na América Latina à luz das mudanças contemporâneas na política, sua utilização enquanto conceito analítico ajuda a compreender as falas anteriormente citadas. Assim, conforme nos informa a artesã Úrsula, por exemplo, os *políticos* "não fazem nada", pois "não fazem nada *para a comunidade*", o que significa dizer que não fazem *sentir sua presença na comunidade*, *no cotidiano dos próprios sujeitos*. Isto implica na sua descrença, uma vez que, através de suas promessas (no período específico da eleição), reclamam tal presença e falam como agentes autorizados da política institucionalizada. Aliás, segundo Clara, não se trata somente das promessas, uma vez que a ida ao encontro dos eleitores, em tempos de eleições, é percebida de forma crítica, pois eles "só aparecem na favela onde a gente mora de quatro em quatro anos, só conhece os pobres de quatro em quatro anos".

Contudo, se para uma análise ancorada no conceito de mal-estar com a política é fundamental levar em conta tanto a dimensão do *político*, ou seja, das vivências cotidianas dos cidadãos, frente às suas percepções da dimensão institucionalizada da *política*, é igualmente plausível considerar o próprio processo de recepção do HGPE nesta relação. Para melhor elucidar tal questão é possível relembrar a antes citada fala do jovem evangélico Natanael. Segundo ele, o programa do candidato Carlos Eduardo é "maquiado", pois parece muito "perfeito" frente ao que vivencia, uma vez que, por exemplo, "não tem segurança na rua como passa no comercial dele". Aqui é possível visualizar aquele desamparo frente aos

[39] Ibidem, p. 15-6.

problemas que deveriam ser resolvidos pela política, conforme fala Lechner[40], traduzido não só por uma avaliação direta de instituições, como a Prefeitura Municipal de Natal, ou mesmo do próprio prefeito, candidato à reeleição, mas, nomeadamente, do seu programa no horário eleitoral. Por outro lado, quando o jovem Paulo, do bairro de Mãe Luíza, comenta um slogan deste mesmo candidato ("mais de 600 obras") e interpreta-o de forma oposta ao desejado por sua estratégia de persuasão, tomando-o como uma espécie de insulto ("tô entregando na cara da população") frente à sua liberdade de escolher ("eu fiz isso. Você vai ter que votar em mim. Se você não votar, você vai perder seu voto"), é possível perceber aí, por mais espontânea que seja, a utilização, para fins críticos, de um código de oposição[41].

Assim, mesmo que as análises empreendidas neste trabalho visem, majoritariamente, dar conta de questões relacionadas à política estritamente, ou, para ser mais exato, à investigação da *cultura do mal-estar com a política*, o acesso a quaisquer problemas de pesquisa aqui considerados se deu via recepção do HGPE. Esta não é uma questão que possa ser relevada.

Pelo contrário, ao emergir, traz consigo o desafio de desvendar os inúmeros questionamentos postos pelo material empírico registrado através de níveis diferentes de análise: abstraindo, em primeiro lugar, aqueles próprios à recepção do HGPE e, logo em seguida, os que constituem a forma específica de perceber e vivenciar a política por parte dos entrevistados. Contudo, é importante salientar que esta é, somente, uma opção analítica. Pois, por mais acertada que pareça, tal forma

---

[40] Op. Cit., 2004.

[41] Este é um conceito utilizado por Stuart Hall em seu modelo Codificação/Decodificação. A utilização que aqui fazemos do mesmo não corresponde totalmente às formulações do autor. Por isso, ele será discutido de forma mais acurada adiante. Os textos fundamentais sobre o modelo Codificação/Decodificação encontram-se reunidos em SOVIK, Liv (Org.). *Da Diáspora*: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 204.

de proceder pode conduzir a análise ao erro de inverter as relações de causalidade entre aquelas duas dimensões ou, o que é mais grave, relegar tal causalidade ao silêncio.

2.1 Uma Questão de Recepção.

Os leitores (e leitoras) minimamente familiarizados com as discussões teóricas sobre as relações entre meios de comunicação de massa e a política na contemporaneidade poderiam esperar, daqui em diante neste trabalho, a expressão de uma daquelas posições já denunciadas por Luís Felipe Miguel[42] no trato das mesmas: uma soberba indiferença, geralmente expressa por trabalhos de ciência política, frente às modificações trazidas pelos meios massivos à prática política, ou seu inverso, o determinismo midiático da política, sobre o qual os comunicólogos diversas vezes recaem.

É possível afirmar isto pelo simples uso da palavra "causalidade" no desfecho da seção anterior. Afinal, há mesmo uma relação de causalidade entre formas de recepção midiática e percepções sobre a política? Aqui, é possível tanto re-afirmar o caráter analítico daquela diferenciação, quanto conceituar tal contenda exposta por Miguel como estéril aos fins deste trabalho (aliás, aquela breve exposição de sua conceituação serve bem mais como registro de que a solução por ele apresentada ao dilema das relações entre meios massivos e política parece mais lúcida do que a de outros comentadores[43]).

---

[42] MIGUEL, Luís Felipe. Os Meios de Comunicação e a Prática Política. Lua Nova, N 55-6, 2002 (P. 155-184).

[43] Através do conceito de "campo" bourdieusiano, Miguel demonstra que a política não se subordina totalmente à influência dos meios massivos de comunicação, mesmo que sejam consideradas as significativas modificações na constituição contemporânea de processos políticos como as eleições, por exemplo. É possível listar pelo menos outros dois autores que também consideram as

Tal “esterilidade” relaciona-se à especificidade da pesquisa que embasa as análises empreendidas neste trabalho. Se não é possível olvidar das relações entre política e meios massivos (pois, como dito anteriormente, trata-se de um conjunto de falas registrados a partir da recepção dos programas televisivos do HGPE), tal conjunto, por outro lado, não informa diretamente sobre a influência dos meios massivos sobre a política. Para poder fazer uma afirmação como esta, sem recair naquela pretensa nulidade da influência midiática, é preciso uma diferenciação fundamental: a utilização dos meios massivos por parte de certos agentes políticos, nos programas eleitorais televisivos, é de natureza diversa do conteúdo político expresso nas mensagens emitidas pela produção midiática “usual” (em telejornais, por exemplo). Não há como deduzir, portanto, a apropriação de “enquadramentos[44]” próprios ao discurso dos meios massivos em sua “cobertura” política, por parte dos eleitores, a partir da decodificação que fazem dos programas eleitorais. Para tanto, seria necessária uma investigação que considerasse devidamente a recepção daquela modalidade de produção televisiva “usual”.

Por mais que pareça, esta não é uma questão dispensável. Ela se impõe devido à necessidade de constituir um instrumental analítico próprio à pesquisa de recepção dos programas eleitorais televisivos, que, por conceito, resguardam especificidades decisivas frente aos veiculados pela programação televisiva comum. Colocar os dois sob o crivo das mesmas premissas analíticas poderia levar ao erro de tomar, por exemplo, o apresentador de televisão como dotado do mesmo estatuto social do candidato a um cargo representativo. Ou melhor: se algumas teorias

---

proposições diversas dos politicólogos e comunicólogos: Antonio Albino Rubin (2000) e Mauro Porto (2000).

[44] ALDÉ, Alessandra. A Construção da Política: Democracia, Cidadania e Meios de Comunicação de Massa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

tendem a tomar tal associação como legítima, seria possível, mesmo que acidentalmente, tomá-las como válidas.

Neste quesito, uma das principais formulações é, certamente, a da "democracia do público", de Bernard Manin[45]. Para tal autor, as relações entre meios massivos e política são percebidas de forma a compreender, por exemplo, que "os políticos chegam ao poder por causa de suas aptidões e de sua experiência no uso dos meios de comunicação de massa, não porque estejam próximos ou se assemelhem aos seus eleitores[46]". Isto se deve às modificações introduzidas pelos novos papéis assumidos pelos meios, que conduzem à "democracia de público", na qual as relações entre políticos e eleitores podem ser constituídas ao largo da intermediação dos partidos. Conforme o próprio Manin,

> (...) a televisão realça e confere uma intensidade especial à personalidade dos candidatos. De certa maneira, ela faz recordar a natureza face a face da relação de representação que caracterizou a primeira forma[47] de governo representativo. Os meios de comunicação de massa, no entanto, privilegiam determinadas qualidades pessoais: os candidatos vitoriosos não são os de maior prestígio local, mas os 'comunicadores', pessoas que dominam as técnicas da mídia. O que estamos assistindo hoje não é um abandono dos princípios do governo representativo, mas a uma mudança do tipo de elite selecionada: uma nova elite está tomando o lugar dos ativistas e líderes de partido. A democracia de público é o reinado do 'comunicador[48].

Nos grupos focais, dois exemplos de intervenções fornecem subsídios para um confronto crítico com compreensões como as de Manin. Por conseguinte, ao

---

[45] MANIN, Bernard. As Metamorfoses do Governo Representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, 1995.
[46] Ibidem, p. 25.
[47] Em seu quadro teórico, "a primeira forma de governo representativo" refere-se ao tipo "parlamentar". Tal relação de "proximidade" seria a característica fundamental de um tipo de governo representativo onde os representantes eram escolhidos pelas suas características pessoais: "os candidatos vitoriosos eram pessoas que inspiravam confiança nos eleitores, em virtude de uma rede de relações locais, de sua notoriedade local ou da deferência que suscitavam" (ibidem, p. 17). Segundo sua conceituação, o outro tipo puro de representação, que suplanta o parlamentar e, por sua vez, é suplantado pela democracia de público, é a "democracia de partido".
[48] Ibidem, p. 25.

empreendê-lo, será possível (justamente por levar em conta, entre outros elementos, os contra-argumentos que dele emergem) rumar para a configuração de um corpo analítico próprio à investigação da recepção dos programas eleitorais.

O primeiro daqueles exemplos está registrado no diálogo exposto a seguir. Nele, Teresa, uma trabalhadora terceirizada do setor de limpeza da UFRN, quando perguntada sobre como escolhia os candidatos nos quais votava, responde da seguinte maneira:

> "Mediador: Você, Teresa: o que lhe faz escolher um candidato?
> Teresa: Eu não voto no político. Eu voto na pessoa que ele é: eu voto em Luiz Almir. Não é porque ele seja político, é porque eu gosto dele de muito tempo, dos programas de rádio dele.
> Mediador: Você acompanhava os programas de rádio dele?
> Teresa: Acompanhava. Eu era adolescente. Daí eu passei a gostar. Votava em Vilma, sempre votei em Vilma, mas ela tá com Carlos Eduardo.
> Mediador: O programa eleitoral influenciou alguma coisa?
> Teresa: Não".

Ora, poderia se objetar que uma fala como esta, pelo contrário, endossa a tanto a postulação de que "a democracia de público é o reinado do comunicador", quanto a tendência à personificação da política registrada por tal tipo de governo representativo, segundo os termos de Manin. A réplica, por sua vez, pode começar a ser feita através da informação de que tal escolha é, obviamente, proposital. Ela demonstra como o aporte teórico de tal autor consegue dar conta apenas da "aparência" do fenômeno que anuncia. Em primeiro lugar, no exame da escolha eleitoral de Teresa, se seus postulados fossem tomados como válidos, possivelmente a análise seria levada a resguardar silêncio frente aos processos que, para falar com Bourdieu[49], levaram o candidato Luiz Almir a converter seu capital social, acumulado nas funções de locutor de rádio e apresentador de televisão, em

[49] Nos termos do próprio Bourdieu, a "notoriedade" política "é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios". Vide BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 191.

capital político. Mas é porque tal apontamento, por si só, não se afigura como crítico às postulações de Manin (afinal poderia se objetar que Almir apenas canaliza seus predicados midiáticos à atividade política) que é preciso, em segundo lugar, indagar: será que as fontes de sua notoriedade política advêm somente destes predicados? A caracterização deste candidato revela o contrário.

Em toda sua trajetória, tanto como locutor de rádio e apresentador de TV quanto como vereador em Natal e, atualmente, deputado estadual, Luiz Almir se auto-rotulou como representante do "povo". Em relação a tal postura, o próprio nome do programa que há tempos apresenta[50] é significativo: "Linha Dura: A Voz do Povo". Neste, por exemplo, além dos quadros sobre a análise política, por ele utilizados como tribuna televisiva, há outros destinados à "utilidade pública", leia-se: à exposição dos casos de pessoas que o procuram em busca de "ajudas" (que vão desde consultas médicas a empregos). Em tais momentos, se o próprio não pode provê-las, oferecendo os serviços de suas fundações assistenciais[51], indica instituições ou pessoas que possam fazê-lo. Devido a tais peculiaridades de sua produção midiática é possível pressupor que sua auto-rotulação como popular logra sucesso, pois reverbera nas falas dos próprios sujeitos advindos das classes populares, como Teresa.

A questão posta, portanto, apresenta-se, em seus aspectos mais superficiais, como a ascensão de um candidato com dotes de comunicador, mas se constitui, em sua essência, como reconhecimento popular na cultura de massa, para utilizar os

---

[50] Programa diário veiculado na TV Potengi, retransmissora da Rede Bandeirantes de Comunicação no Rio Grande do Norte.

[51] A principal, e mais antiga, fundação assistencial mantida por Luiz Almira tem o nome de Augusto Severo. Ela se localiza no bairro de Igapó, na Zona Norte de Natal, e oferece, principalmente, serviços de saúde (como atendimento oftalmológico dentário). Isto contribui. Apesar de contribuir para sua auto-afirmação enquanto representante desta zona da cidade, suas fundações também se localizam em outros locais, como o bairro de Felipe Camarão, na Zona Oeste. Ao todo, somam cinco.

termos de Jesús Martín-Barbero[52]. Nos conceitos cunhados por este autor, reside a interpretação alternativa a um depoimento como aquele.

Em *Dos Meios às Mediações*, seu livro seminal, tal pesquisador hispano-colombiano chega àquela conceituação de reconhecimento através das análises sobre as diversas facetas assumidas pelo melodrama na América Latina. Segundo ele:

> Em forma de tango ou telenovela, de cinema mexicano ou reportagem policial, o melodrama explora nestas terras um profundo filão de nosso imaginário coletivo, e não existe acesso à memória histórica nem projeção possível sobre o futuro que não passe pelo imaginário. De que filão se trata? Daquele em que *se faz visível a matriz cultural que alimenta o reconhecimento popular na cultura de massa*[53].

Mas, para continuar com suas conceituações, tal forma de reconhecimento denota um conteúdo político mais profundo:

> (...) o des-conhecimento do 'contrato social' no melodrama fala, em alto e bom som, do peso que têm, *para aqueles que nele se reconhecem*, essa outra sociabilidade primordial do parentesco, as solidariedades locais e a amizade. Seria então sem sentido indagarmos até que ponto o sucesso do melodrama nesses países testemunha sobre *o fracasso de certas instituições políticas que se desenvolveram desconhecendo o peso dessa outra sociabilidade, incapazes de assumir sua densidade cultural?*[54].

Levando o conceito de mal-estar com a política novamente em consideração, uma resposta afirmativa a tal indagação seria perfeitamente plausível, pois é justamente da percepção, decorrente do próprio mal-estar, da política como atividade auto-referente[55], ou, para lançar mão dos termos inscritos num dos livros

---

[52] MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações*: comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
[53] Grifo nosso. Ibidem, 316.
[54] Grifo nosso. Ibidem, 317.
[55] Lechner, 2004.

mais conhecidos de seu formulador[56], da incapacidade, fundada no distanciamento entre instituições políticas democráticas e cidadãos, do provimento, por parte daquelas, do "sentido de ordem" necessário a estes na reprodução de suas próprias vidas[57], que faz com que os valores e experiências advindas de seus fazeres diários tomem a ponta em suas próprias constituições identitárias. Para usar suas próprias palavras:

> En la medida en que las organizaciones políticas, cada vez más especializadas (burocratizadas) y escindidas del que hacer diário de 'la gente como uno', ya no crean ni asseguran las identidades colectivas, éstas tienden a recompornerse al margen e incluso en oposición a las instituiciones[58].

Se, com o depoimento de Teresa, temos tanto uma escolha, ao menos "superficialmente", não-política de Luiz Almir, ou, para relembrar os termos exatos da própria, uma escolha da "pessoa", a despeito do "político", quanto a denegação do próprio HGPE como fonte de referência, por outro lado, é possível dele depreender claramente a reorganização das identidades coletivas, a margem e em oposição à política institucionalizada, em um reconhecimento na cultura de massas; mais uma vez: é o locutor de rádio, e não o "político", que é ungido de confiança. Ora, uma das coisas que caem por terra aqui é o "fatalismo tecnológico[59]" de teorias como a de Manin (1995): os meios massivos não controlam processos como os de escolha eleitoral de maneira tal a impor, inteiramente, o padrão comunicador-rei da democracia de público. Se para Teresa, ou para seus colegas de grupo, por exemplo, vale este outro mundo da experiência cotidiana, torna-se possível afirmar que um dos méritos da pesquisa de recepção dos programas eleitorais é justamente

---

[56] Trata-se de *Los Patios Interiores de La Democracia* – Subjetividad y Política. México D.F.: Fondo de Cultura Economica, 1995.
[57] Ibidem, 44.
[58] Loc. Cit.
[59] Martín-Barbero, 2003, 12.

demonstrar, numa relação em que só os políticos profissionais, tomados como “emissores autorizados”, parecem ter iniciativa, como o outro pólo, o dos eleitores-receptores, ergue-se ativamente, mesmo que se valha apenas do uso mais elementar de sua consciência prática (Willians, 1979).

O segundo exemplo consiste em um conjunto de falas proferidas por Aureliano, um senhor com cerca de cinqüenta anos que, como Tereza, também é trabalhador terceirizado na UFRN (por sinal, uma de suas intervenções já havia sido anteriormente citada, quando a crença de os “políticos prometem, mas não fazem” foi exposta). Porém, antes de enunciá-lo, bem como complementar os apontamentos críticos a teorias “mediacentradas” de explicação da política na contemporaneidade, é possível advertir aos leitores e leitoras que, realmente, há diversas questões conceituais deixadas em aberto nas linhas precedentes. É preciso, mais uma vez, instigá-los: continuem com a leitura e poderão perceber que, justamente ao término deste movimento crítico, pontuado pelas elucidativas falas em questão, todas convergirão, ou, ao menos, todas as que propositalmente foram intocadas.

Para passar à exposição do conjunto de intervenções feitas por Aureliano é possível ressaltar uma característica peculiar das mesmas: embora registradas em momentos diferentes do debate, correspondem ao esforço do seu autor em contar uma história, com episódios diferentes, mas com início, meio e fim facilmente identificáveis. Assim, logo no primeiro bloco de questões, ela tem seu primeiro ato encenado: os encontros com a candidata Fátima Bezerra, do Partido dos Trabalhadores.

> “Mediador: O que é que vocês acham? Qual foi o melhor programa? Qual foi o pior programa, destes que foram apresentados aí?

> Aureliano: Eu acho o de Carlos Eduardo. Porque a professora Fátima[60] foi deputada estadual, é do PT (eu não tenho partido!) (...).
> Mediador: Nós aqui da pesquisa também não temos partido.
> Aureliano (continua): Mas é uma pessoa que só chega no eleitor na época de eleição. Eu conheço a professora Fátima desde quando eu era diretor do Sindicato X (eu já fui diretor do Sindicato X). Professora Fátima passou por mim todo dia e nunca deu bom dia. Ela deu bom dia uma vez aqui porque o professor Batista (eu estava aqui no CCHLA[61]) (...) Não, a professora Justina: - "Aureliano, esta aqui é a professora Fátima, a candidata que nós estamos apoiando", - "Oh, como vai o senhor, tudo bem?", - "Eu conheço a senhora, professora Fátima, lá do Sindicato X, do sindicato", - "Ah, agora que eu estou me lembrando do senhor". Quantos anos que eu cruzava com ela todo dia no sindicato! E estas propostas que ela tá fazendo aí eu acho que não tem nada a ver. Do vale-transporte, que vai fazer a passagem de duas horas, que vai fazer não sei o quê (...) Eu acho que até ela chegar até lá para fazer, vai custar muito".

Mais à frente na mesma discussão, porém com outras questões em pauta, Aureliano retoma sua argumentação e expõe o segundo ato:

> "Aureliano: Aqui tem um candidato a prefeito que todo dia ele passava por mim e nunca deu nem bom dia! E é um candidato a prefeito! É um colega nosso aqui da universidade, é o Dário. Ele passa todo dia aqui e só falta bater nos pés, e não olha nem de lado nem dá bom dia. Então, quer dizer, não precisa do voto do eleitor, não precisa do eleitor. Tanto faz ganhar, como não, ele tá ganhando o salário dele".

Ao cabo, quando perguntado sobre como escolhe o candidato em que vota, Aureliano nos informa do clímax (o encontro com Vilma de Faria) e desenlace (a escolha pelo candidato que ela indica) de sua história:

> "Aureliano: Eu escolho, professor, pelo trabalho. Aconteceu uma vez comigo. Foi a professora Vilma[62]. Eu estava bebendo uns goró[63], lá

---

[60] Fátima Bezerra é atualmente deputada federal. Contudo, Aureliano refere-se a ela como "professora" por lembrar de sua atuação como militante no movimento docente estadual, fato que marcou o início de sua carreira parlamentar, quando, em 1994, foi eleita deputada estadual com forte apoio dos diversos movimentos sindicais. Ela se reelegeu para a assembléia legislativa do RN em 1998 e, em 2002, foi a deputada federal mais votada no Estado. Por três vezes disputou, e perdeu, o cargo de prefeita de Natal (em 1996, 2000 e 2004).

[61] Ele está se referindo ao Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, onde a reunião estava sendo realizada.

[62] Então governadora do estado do Rio Grande do Norte. Assim como Fátima Bezerra, Vilma de Faria também foi professora, entretanto, suas primeiras intervenções na política remontam ao tempo em

> onde eu moro, e ela passou na carreata. Eu já tava um pouco quente[64], a cachaça acabando de subir (hoje, graças a Deus, eu não bebo mais), e ela ia passando: "Doutora, minha rua não é calçada, não. Doutora, vamo aqui na minha rua. A senhora passou lá por cima, aonde os ônibus passa. Aqui, olha a rua como é que tá. A senhora botou calçamento ali, aqui não vai botar, não?" [Ela responde:] "A sua rua vai ser calçada, não esquente a cabeça, não. Sua rua vai ser calçada". Com um mês, ela foi e botou o calçamento. Então, quer dizer, a oportunidade chegou ali e a gente confia no trabalho da pessoa. Toda eleição que a professora Vilma Maia for para deputada, prefeita, governadora, toda vida eu dou o voto a ela. Eu, como eleitor, sei que ela trabalha.
> Mediador: Você vota no candidato que ela indica, também?
> Aureliano: Voto. Trabalhou, eu voto".

É possível notar que tanto naquelas falas de Teresa, quanto nestas de Aureliano, a escolha de uma pessoa leva a questões mais profundas: para a primeira, registra-se a opção pelo voto em Luiz Almir, baseada em critérios não-políticos que informam da confiança no locutor, em detrimento do político que nele também reside; em relação ao segundo, pelo contrário, há a escolha política de Vilma de Faria, que, por sua vez, provém seu autor de recursos tanto para a avaliação dos programas eleitorais televisivos, quanto para a opção de votar em Carlos Eduardo (candidato que a "professora Vilma" indica). Mas, afinal, em quais termos ela é política? Em poucas palavras: naqueles que informam a solução, mesmo que provisória, de uma demanda por reconhecimento por parte de Aureliano. É como se sua história denotasse uma busca por alguém que o escutasse. Posto isto, o clímax, no episódio com Vilma de Faria, não vale somente pela rua calçada (em última análise, uma promessa cumprida), mas pelo simples fato de encontrar uma candidata, como se pode presumir, que pôs fim à sua angustiada busca por

---

que foi primeira-dama de Natal, quando era casada com Lavoisier Maia e usava o sobrenome do marido (ainda hoje, alguns eleitores a ela se referem como "Vilma Maia"). Contudo, sua atuação efetiva começou ao participar da Assembléia Nacional Constituinte. Além disto, por três vezes foi eleita prefeita de Natal, em 1988, 1996 e 2000. Não chegou a concluir este último mandato devido à sua renúncia para concorrer ao governo do estado em 2002.

[63] Aureliano usa a palavra "goró" como gíria para "bebida alcoólica".

[64] "Quente": sob efeito do álcool.

palavras tão simples, como “bom dia”, ou “não esquente a cabeça”, pois seu problema irá se resolver.

Ao cabo, o grande desafio é o de compreender a especificidade de uma tal demanda por reconhecimento que encontra na sua resolução provisória o mesmo alimento do desrespeito[65] que a causa, a saber: a privação de direitos substanciais na formação da vontade geral, por parte de Aureliano, e o estabelecimento de uma hierarquia entre ele e sua escolhida, facilmente identificada no simples uso da palavra “doutora”. Entretanto, como este é o principal assunto do último capítulo desta dissertação, torna-se necessário mudar um pouco o curso da discussão e assinalar, por enquanto (seguindo o elucidativo conselho de Martín-Barbero de “estudar não o que fazem os meios com as pessoas, *mas o que fazem as pessoas com elas mesmas, o que elas fazem com os meios, sua leitura*[66]”, 1995, p. 55), que os depoimentos de Aureliano ajudam a colocar em xeque uma outra compreensão facilmente identificável com as teorias midiacentradas da política, qual seja: a de que “(...) o cerne da campanha [eleitoral] passa a ser o espaço eletrônico, especialmente o televisivo[67]”.

Obviamente, somente pela via de um caminho obscurantista seria possível negar uma afirmação como esta: sim, contemporaneamente o cerne da campanha eleitoral transmuta-se, majoritariamente, à disputa na tela. Contudo, para os termos em que é proposta, a linha de raciocínio aqui delineada apresenta-se como crítica. Neste caso, novamente, as questões de essência e aparência são decisivas.

---

[65] HONNETH, Axel *Luta Por Reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

[66] MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os Anos Recentes: o Estudo da Recepção em Comunicação Social In SOUSA, Mauro Wilton de. *Sujeito, o Lado Oculto do Receptor*. São Paulo: USP; Brasiliense, 1995.

[67] RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e Política*. São Paulo: Hacker Editores, 2000. Coleção Comunicação, p. 97.

O interessante é que Antonio Albino Rubim, autor da passagem antes citada, ao contrário do que faz Manin (1995), por exemplo, tenta elucidar tais relações, propondo o conceito de "idade mídia". Em seus termos:

> (...) pode-se propor que se compreenda a contemporaneidade como uma sociedade estruturada e ambientada pela comunicação, como uma verdadeira 'idade mídia', em suas profundas ressonâncias sobre a sociabilidade contemporânea em seus diversos campos[68].

Desta forma, por "estruturar e ambientar" a totalidade da circunstância histórica, o aparato comunicacional coloca sob seu jugo todas as áreas de expressão humana. Estando, obviamente, a política e, por conseguinte, as eleições inclusas, devem estas se "adequar[69]". Assim,

> a dimensão de visibilidade eleitoral privilegiada na tela configura-se em novos formatos: os programas eleitorais, em suas diferenciadas modalidades de acordo com as tradições e legislações eleitorais dos vários países, e os debates eleitorais, especialmente (...). [Estes] já não ganham sentido por sua dependência e por uma remissão aos acontecimentos originados no universo geográfico-convencional, mas tornam-se relevantes pela produção de novos acontecimentos políticos, provenientes e localizados na própria tela. Através dessa autonomização na produção de acontecimentos e de sua dinâmica, o espaço eletrônico se transforma ele mesmo em um lugar essencial de disputa eleitoral[70].

Todos os depoimentos até agora expostos depõem contra tais conceituações. Seja pela expressão do mal-estar com a política através da crença de que os "políticos prometem, mas não fazem", da realização de escolhas eleitorais sem tomar o HGPE como referência, ou mesmo pela relevância tomada por contatos pessoais com políticos, tal conjunto de falas faz crer que os pés de barro desta

---

[68] Ibidem, p. 29.
[69] RUBIM, Antonio Albino Canelas. Novas Configurações das Eleições na Idade Mídia. *Revista Opinião Pública*, V. VII, n. 2. 2001, p. 181.
[70] Ibidem, p. 182.

teoria são os de pressupor, por exemplo, que basta somente garantir as condições da *produção* de acontecimentos políticos via tela para introduzir modificações tão decisivas nos processos políticos. Em termos de comunicação, isso significa reduzir todo o processo aos desígnios do produtor (emissor) de mensagens e, em termos políticos, imputar à ordem dominante a capacidade de controlar todas as práticas que a ela se opõem (para tomar "de cabeça para baixo" uma conceituação de Williams[71]).

Como ressaltado antes, este é o ponto no qual as diversas questões conceituais começam a convergir. Enumeremo-las, para iniciar.

(1ª) Este capítulo foi aberto com a indicação, proveniente do uso do conceito de consciência prática, também cunhado por Williams[72], de que se tentaria abstrair, na análise dos diversos depoimentos registrados, tanto as experiências quanto as relações que embasam sua formação.

(2ª) Foi sugerido, após a exposição das falas baseadas na noção de que os políticos "prometem, mas não fazem", que este é o tema norteador das análises aqui empreendidas.

(3ª) Levando em conta a questão da recepção do HGPE, foi proposta uma separação analítica entre os temas a ela exclusivos e os diversos outros que embasam a forma específica de perceber e vivenciar a política por parte dos entrevistados.

(4ª) Desta diferenciação decorrem as indagações sobre as relações de causalidade entre suas duas dimensões constituintes.

(5ª) Por fim, é preciso dar termo à configuração de um corpo próprio à análise da recepção dos programas eleitorais.

---

[71] 1979, p. 208.
[72] Ibidem.

Que se comece por esta última. Se, como assinalado anteriormente, a afirmação da atividade dos cidadãos-receptores é um dos méritos de pesquisas como a aqui analisada, pressupor a total autonomia destes é um erro tão perigoso quanto o determinismo midiático que se acabou de criticar. Assim, para a configuração de um instrumental próprio à análise da recepção do HGPE declina a exaltação de quaisquer dos pólos constituintes do "processo de comunicação" e emerge, de forma irrevogável, a relação entre os mesmos. Isto, por conseguinte, transforma a recepção em não mais que um lugar privilegiado (Martín-Barbero, 1995) para compreendê-la. Por outro lado, a resolução desta tarefa passa pelo diálogo com uma teoria, por assim dizer, "relacional" da recepção. No caso, aqui se recorre ao modelo "codificação/decodificação", formulado por Stuart Hall (2003).

Devido à peculiaridade da produção deste teórico de origem jamaicana, um dos "pais fundadores[73]" dos "estudos culturais", suas principais contribuições são legadas através de artigos e não de livros[74]. Isto faz com que, por exemplo, o público brasileiro tenha acesso à maioria de suas conceituações através, justamente, de uma coletânea de escritos esparsos (organizada por Liv Sovik, 2003), chamada *Da Diáspora*. Neste volume, além da publicação do próprio "Codificação/Decodificação", há o registro de uma entrevista muito elucidativa, concedida por Hall a alguns pesquisadores, com o intuito único de debatê-lo[75]. É nela que o mesmo informa os leitores da formulação de um aparato teórico alternativo como, dentre outras coisas, uma forma de se contrapor à linearidade dos modelos tradicionais, onde "o emissor

---

[73] MATTELART, André, NEVEU, Érik. *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
[74] Ibidem.
[75] HALL, Stuart. *Reflexões sobre o Modelo Codificação*. In: SOVIK (2003).

origina a mensagem, a mensagem é ela própria bastante unidimensional, e o receptor a recebe[76]".

Desta maneira, para compor tal modelo alternativo, trata-se, em primeiro lugar, de ressaltar, valendo-se dos termos de Marx, que "circulação e recepção são, de fato, 'momentos' do processo de produção na televisão e são reincorporados via um certo número de *feedbacks*[77] indiretos e estruturados no próprio processo de produção[78]". O que indica a compreensão destes dois pólos em termos de uma relação: aquele que codifica (produz) as mensagens não o faz de forma isolada, mas sustentada via *feedbacks*, enquanto o que a decodifica (recebe) também a impregna de sentido.

> Antes que essa mensagem possa ter um 'efeito' (qualquer que seja sua definição), satisfaça uma 'necessidade' ou tenha um 'uso', deve primeiro ser apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificada. É esse conjunto de significados decodificados que 'tem um efeito', influencia, entretém, instrui ou persuade, com conseqüências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas ou comportamentais muito complexas. Em um momento 'determinado', a estrutura emprega um código e produz uma 'mensagem'; em outro momento determinado, a 'mensagem' desemboca na estrutura das práticas sociais pela via de sua decodificação[79].

Nestes termos alternativos, marcadamente relacionais, a investigação da recepção precisa ter como premissa fundamental o grau de correspondência estabelecido com a produção. Em outras palavras, se há tanto uma produção que é, ao mesmo tempo, recepção (tendo em vista os feedbacks) e uma recepção-produção (uma vez que a decodificação só se realiza através do emprego ativo de sentido à mensagem) é preciso compreender como, e porquê, os sentidos utilizados

---

[76] Ibidem, 354.
[77] Palavra em língua inglesa para "realimentação". Como se pode ver na citação, Hall a emprega para dar sentido à idéia de que a produção de mensagens não se faz por si, mas em contato com os receptores, ou mesmo suas imagens idealizadas, que "realimentam" o sentido na produção.
[78] Ibidem, p. 390.
[79] Loc. Cit.

nestes dois “momentos” convergem ou divergem. Contudo, como explica o próprio Hall, isto não pode ser feito ao largo das assimetrias de poder entre produtores e audiências. Tendo em vista tal problema, ele introduz a noção de “leitura preferencial”:

> Leitura preferencial é simplesmente um modo de dizer que, se você detém o controle dos aparatos de significação do mundo e do controle dos meios de comunicação, então você escreve os textos – até certo ponto, a leitura preferencial tem uma forma determinante. As decodificações que você faz se dão dentro do universo da codificação (...). A transparência entre o momento da codificação e a decodificação é o que eu chamaria momento de hegemonia. Ser perfeitamente hegemônico é fazer com que cada significado que você quer comunicar seja compreendido pela audiência somente daquela maneira pretendida[80].

Mas, é bom que se diga, considerar tal questão das assimetrias de poder não significa tomar a hegemonia como irrefutável: uma vez que as mensagens comportam múltiplos sentidos, “uma leitura preferencial nunca é completamente bem sucedida: é apenas o exercício do poder na tentativa de hegemonizar a leitura da audiência[81]”.

Com isto, há espaço para uma tipologia da decodificação. Para Hall, não só há momentos em que a decodificação se vale desta leitura preferencial contida na mensagem para decodificá-la, mas outros, em que há a utilização de um “código negociado” (no qual o decodificador toma como legítimas, em um sentido mais amplo e abstrato, os sentidos hegemônicos, mas negocia regras próprias de interpretação “em um nível mais restrito, situacional[82]”), ao passo que na outra ponta do modelo há a “decodificação globalmente contrária” (no sentido de “contra-hegemônica”) da mensagem[83].

---

[80] Ibidem, p. 366.
[81] Loc. Cit.
[82] Ibidem, p. 401.
[83] Ibidem, p. 402.

Este último quesito nos interessa sobremodo. Sua utilização parece adequada para compreender, por exemplo, porque a primeira coisa a vir à cabeça dos entrevistados da pesquisa aqui em questão após a exibição de programas eleitorais televisivos é, geralmente, a idéia de que "os políticos prometem, mas não fazem". Mas, se um outro aspecto por demais instigante contido na tal entrevista sobre o modelo codificação/decodificação é a sugestão feita pelo próprio Hall de que, ao trabalhar com o mesmo, é preciso desenvolvê-lo e ampliá-lo[84], esta questão será deixada para o fim do capítulo, onde poderá ser examinada de forma mais acurada.

Por hora é preciso retornar a resolução da última questão conceitual. Como parece claro, o diálogo com Hall, bem como com outros autores identificados com a vertente dos estudos culturais[85] (entre os quais poderíamos situar não só Raymond Williams, mas o próprio Jesús Martín-Barbero, um de seus representantes latinos), nos provém de um conjunto de conceitos por demais significativos à análise da recepção do HGPE. Mas isto não a encerra. Certamente, um instrumental analítico para um trabalho como este não pode ser enunciado somente em um de seus capítulos ou seções, mas em toda sua extensão. Porém, também não é disto que se trata: o problema que se coloca, afinal, é o de tomar as duas questões que a precedem (3ª e 4ª) como significativas à própria constituição de nosso instrumental conceitual.

Para sermos breves: há uma relação de causalidade entre percepções sobre a política e recepção midiática? Sim, há. A segunda não se faz por si. Voltemos a

---

[84] Ibidem, p. 382.

[85] É sabido o quanto a rotulação de certas correntes teóricas pode depor contra a diversidade de autores e conceitos aos quais se visa designar. Neste sentido, com certeza a idéia de "estudos culturais" é bastante diversa, pois tenta dar conta de uma gama ampla de autores: desde aqueles identificados com a tradição do Centre for Contemporary Cultural Studies de Birmingham, até os teóricos dos estudos culturais latinos. Contudo, há, para este amplo grupo, tanto o recurso a auto-rotulação por vários dos seus representantes (como é o caso do próprio Stuart Hall) quanto a sistematização própria do rótulo em trabalhos que visam sua reconstrução histórica, como é o caso da *Introdução aos Estudos Culturais*, feita por André Mattelart e Érik Neveu, 2004.

Hall, por mais um instante, e assinalemos como a utilização do termo hegemonia não é gratuita. Ora, se a referência a Antonio Gramsci acompanha momentos diversos não só de sua própria obra, mas de todo o espólio teórico dos estudos culturais, é possível inferir, do interesse pelas questões de recepção, o estudo das diversas formas de expressão da hegemonia. Tendo isto em vista, é possível deduzir, por exemplo, o conjunto de "significados, práticas e crenças[86]" que embasam toda a ordem social através da investigação dos sentidos preferenciais nas mensagens. Em outras palavras, os estudos contemporâneos dos processos de codificação e decodificação de mensagens podem ser tomados como experimentos empiricamente controlados das escolhas entre concepções de mundo, das quais o próprio Gramsci falava.

Para levar em conta os termos deste teórico italiano é possível consultar os escritos em que se dedica à *Introdução ao Estudo da Filosofia* (segundo a nomenclatura empregada pela mais recente edição brasileira de seus Cadernos do Cárcere[87]). Nestes, ele indaga: "não existe filosofia em geral: existem diversas filosofias ou concepções de mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas. Como ocorre esta escolha?[88]". Sua resposta tem como cerne a concepção de ação:

> Qual será, então, a verdadeira concepção de mundo: a que é logicamente afirmada como fato intelectual, ou a que resulta da atividade real de cada um, que está implícita na sua ação? E, já que a ação é sempre uma ação política, não se pode dizer que a verdadeira filosofia de cada um se acha inteiramente contida em sua política? (...) Não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos[89]".

---

[86] Ibidem, p. 397.
[87] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*: introdução ao estudo da filosofia/ a filosofia de Benedeto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. V. 1.
[88] Ibidem, p. 97.
[89] Loc. Cit.

Se as falas aqui analisadas informam não das próprias ações dos agentes, mas de seus parâmetros, na constituição de uma consciência prática, pode-se delas deduzir, sim, a concepção de mundo, ou seja, a *política* dos entrevistados. Uma vez que, ao menos teoricamente falando, tal consideração é válida para qualquer processo de recepção, no caso específico dos programas eleitorais televisivos, é ainda mais considerável. Parafraseando Gramsci, é possível afirmar que um dos empreendimentos fundamentais deste trabalho, portanto, é o de demonstrar como as questões de decodificação com os quais se depara são, também, fatos políticos.

É bem verdade que temos em mãos um conjunto privilegiado de depoimentos para provar tal tese, e isto não se deve somente ao caráter da relação entre codificadores/decodificadores como, na realidade, uma relação entre candidatos e eleitores, mas, também, pela postura adotada por estes frente ao próprio advento do HGPE. Se em outros trabalhos de recepção, como o da pesquisadora Alessandra Aldé, é possível falar da televisão como um "repertório (positivo) de exemplos" (2004, p. 175) utilizados pelos cidadãos para explicar a política, no caso dos programas eleitorais televisivos, nossos entrevistados não só colocam em pauta a rejeição ao horário eleitoral[90] (vide o depoimento de Úrsula, registrado no início: não assisto porque "não tenho tempo, nem dou valor"), mas a desconfiança quanto à sua produção, registrada em dois *temas geradores* fundamentais: os programas são "maquiados" ou "montados" e os populares e apoiadores que aparecem na tela "são comprados". Desta forma, para responder à terceira pergunta, a separação entre as falas sobre o HGPE e as que deixam em exposto representações sobre a política só

[90] Por mais que os depoimentos expressem uma rejeição ao HGPE, é preciso registrar que a audiência ao mesmo tende a variar. Num *survey* realizado pelo Grupo de Estudos Mídia e Poder durante as eleições gerais de 2002 (como constituinte da pesquisa "O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e as Eleições ao Governo do RN em 2002"), foi possível apurar que somente 27% dos entrevistados afirmaram nunca assistir ao HGPE. Com isto, é necessário considerar que esta dissertação busca contrapor a legitimitade obtida pela programação regular da televisão, tomada como quadro de referência, frente à desconfiança em relação aos políticos que, por sua vez, se estende à produção dos programas eleitorais televisivos.

pode ser analítica, pois ambas denotam o que chamamos de mal-estar com a política. Neste sentido, a desconfiança em relação à política institucionalizada e aos seus agentes "autorizados", os políticos, é estendida à própria compreensão dos programas eleitorais.

Em suma, para os fins deste trabalho, a pesquisa de recepção do HGPE, mais do que qualquer coisa, é tomada como um experimento significativo para a investigação da relação entre "candidatos" e "eleitores". Não podemos vacilar em destacar isto. Se, em termos metodológicos, apenas uma de suas pontas é analisada, a dos eleitores-decodificadores, é justamente por aceitar a sugestão de Williams de que é "exatamente porque toda consciência é social, seus processos ocorrem não só entre, mas também dentro da relação e do relacionado" (1978, p. 132). O que, em outras palavras, significa afirmar: os diversos elementos que emergem da decodificação dos programas por parte dos eleitores com os quais tomamos contato, por sua vez, constituintes da cultura do mal-estar com a política, tem sua razão de existir na experiência observada da relação entre classes "populares" e "políticos". Em última análise, é dela que emerge toda a sorte de representações sobre a política que analisaremos, pois, para falar com Charles Taylor, a identidade, de um indivíduo enquanto sujeito enredado na ordem democrática, por exemplo, é formada:

> pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento incorreto dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvo de uma verdadeira distorção, se aqueles que os rodeiam refletirem uma imagem limitativa, de inferioridade ou de desprezo por eles mesmos[91].

[91] TAYLOR, Charles *et al. Multiculturalismo*: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituo Piaget, 1994, p. 45.

É preciso salientar, contudo, que a opção pela relação como cerne da análise não exime da investigação acerca dos seus pólos constituintes. Por isso mesmo, torna-se necessário empreender uma conceituação apropriada tanto da categoria "classes populares", quanto da noção de "políticos", mesmo que, devido às opções metodológicas explicitadas acima, somente seja possível tomar a primeira como recurso analítico, tendo em vista que o acesso à segunda deve-se à sua utilização enquanto "categoria indígena[92]" por parte dos entrevistados.

Posto que mais esta questão é colocada, e outras duas daquelas conceituais anteriormente numeradas ainda estão em aberto, torna-se necessário indicar, novamente sob a forma de uma enumeração, quais caminhos este trabalho seguirá deste ponto em diante:

(1º) À luz das análises sobre os dois temas geradores que denotam a desconfiança dos entrevistados em relação à produção do HGPE (para lembrar: os programas são "maquiados" e os populares e apoiadores "são comprados"), continuará a se demonstrar a tese segundo a qual as questões de decodificação são questões políticas; o que não pode ser feito sem aquela necessária conceituação da categoria "classes populares". Tais questões serão examinadas na seção seguinte do capítulo corrente.

(2º) Se, como assinalado naquela segunda questão conceitual antes enumerada, a análise do tema "os políticos prometem, mas não fazem" e, por conseguinte, dos outros a ele associados, torna-se o principal objetivo deste trabalho, posto que principalmente dele emerge a compreensão da cultura do mal-estar com a política, somente em um capítulo específico (a saber: o segundo desta dissertação) poderão ser considerados.

---

[92] O termo "categoria indígena" advém da tradição antropológica: categorias do senso comum utilizadas pelos indivíduos para a interpretação da realidade.

(3º) Por último, no terceiro capítulo, serão empreendidas as análises sobre as *causas* da cultura do mal-estar com a política: as relações e experiências específicas dos sujeitos com os quais se tomou contato (para lembrar aquela primeira questão conceitual deixada em aberto), das quais emergem demandas por reconhecimento e concepções sobre hierarquias estabelecidas entre "candidatos" (tomados como *os políticos*, ou, simplesmente, *eles*, segundo informa a categoria indígena) e "eleitores".

2.2 Os Sujeitos e a "Maquiagem".

Ao se utilizar as noções com as quais o popular pode ser dito (classes populares, cultura popular etc.), como até agora foi, propositalmente, feito, o risco de incorrer numa espécie de, como diria Bourdieu, "pensamento preguiçoso" (2004, p. 47) é real. Isto se deve, mormente, a dois motivos. Primeiro: ao utilizá-lo de forma impensada, sem um devido exame crítico, olvida-se de todo o desenvolvimento das extensas discussões teóricas em seu entorno. Segundo: tal noção de popular não pode, de forma pacífica, ser creditada aos sujeitos que visa designar. Isto, certamente, é válido às noções utilizadas para nomear quaisquer grupos humanos (negros, brasileiros, jovens...), mas, neste caso específico, o problema é diferente, uma vez que, para levar em conta as considerações de Marilena Chauí, os próprios "populares" não se intitulam como tal[93]. Para compreendê-la, portanto, "(...) trata-se de saber quem, na sociedade, designa uma parte da população como povo e de quais critérios lança mão para determinar o que é e o que não é popular[94]".

---

[93] CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 10.
[94] Loc. Cit.

Em suma, se esta dissertação foi lida até o ponto em que se expôs o exemplo de Teresa, do qual foi deduzido o reconhecimento popular na cultura de massas, ela contribuiu, mesmo utilizando conceitos julgados adequados à análise do fenômeno, para uma construção simplesmente "bacharelesca" do conceito. Ora, tal postura não demonstraria a adesão a uma daquelas operações que, segundo Nestor García Canclini[95], levam o popular "a cena", mas necessitam ser desconstruídas? Portanto, para se eximir de todos estes riscos, nas linhas que seguem serão consideradas em conjunto as disputas teóricas e os depoimentos de sujeitos ao quais se designa "advindos das classes populares": os entrevistados pela pesquisa em pauta.

No estudo dos processos eleitorais no Rio Grande do Norte se afigura um dado interessante à análise destas questões: todas as principais coligações em disputa se auto-intitulam "populares". Este é um fato concreto tanto paras as eleições gerais de 2002, quanto para as municipais de 2004 (período no qual a pesquisa foi realizada), nas quais concorreram a Unidade *Popular*, que tinham o PMDB[96] e o PSDB[97] como principais partidos e lançou o já citado deputado estadual Luiz Almir como candidato a prefeito em Natal, a Vitória *do Povo* (grupo composto, entre outros, pelo PSB[98] da atual governadora Vilma de Faria e do então candidato a reeleição, Carlos Eduardo), a Vontade *do Povo* (que tem o PFL[99] como principal partido; em 2004, sua chapa foi encabeçada pelo deputado federal Ney Lopes) e a Frente *Popular* Potiguar (coligação geralmente composta por partidos de esquerda, principalmente o PT e que, nas últimas eleições lançou, pela terceira vez seguida, a deputada federal Fátima Bezerra como candidata à prefeitura). De modo que

[95] CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.
[96] Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
[97] Partido da Social-Democracia Brasileira.
[98] Partido Socialista Brasileiro.
[99] Partido da Frente Liberal. Assim como o PMDB, a história deste partido no Rio Grande do Norte é associada à atuação de um grupo familiar. No caso do PFL são os "Maia", grupo no qual o ex-governador e senador José Agripino Maia é o nome mais destacado.

durante a execução dos grupos focais foi possível introduzir questões acerca desta nomeação do popular empreendida pelas coligações e, de certa maneira, compreender, através da observação das respostas, se as mesmas logravam sucesso junto aos próprios eleitores, assim ditos, populares.

Diante disto, durante a primeira reunião realizada com as senhoras da cooperativa de artesanato em Novo Horizonte, Úrsula e Josefa assim respondem:

> "Mediador: De vez em quando eles aparecem falando o seguinte: "quem vai avaliar melhor esta obra vai ser o povo". Aí é interessante a gente notar que todas as principais coligações se dizem do povo: "Vitória do Povo", "Vontade Popular"... Quando eles estão falando do povo, vocês gostam? Vocês acham que eles estão falando para vocês, quando estão falando do povo?
> Úrsula: Eles estão usando o povo. É o povo que elege eles. Acho que é para ganhar votos. Se não for com povo, como é que eles ganham? Eles têm que contar com o povo mesmo.
> Josefa: Eles falam no povo, que é o povo que vai eleger eles (...). O povo é isso, o povo é aquilo, porque é o povo que vai votar neles.
> Mediador: Mas, por exemplo, se um deles chegasse e dissesse: "eu sou o povo", vocês acreditariam?
> Úrsula: Não, eles são os candidatos.
> Mediador: Então, eles não fazem parte do povo?
> Úrsula: Fazem, que eles também votam.
> Josefa: Ele é o povo só nessa hora da política".

É possível perceber, novamente com Chauí, desta vez através de sua análise da dualidade Povo-povinho (1996, p. 17), como Úrsula, de forma espontânea, a traz à tona ao alternar sua compreensão entre o povo, com "p" minúsculo, os comuns ("não, eles são os candidatos"), e o Povo, com "P" maiúsculo, a encarnação da vontade geral (fazem parte do Povo, "eles também votam"). Assim o faz porque compreender o que é ser do povo, neste caso, é uma questão que se ofusca frente à idéia de que os políticos usam o *povo* em busca de votos, ou que "são o *povo*" somente na "hora da política", como complementa Josefa.

Mas, numa primeira análise, é a auto-rotulação enquanto popular (ou do povo) por parte dos candidatos que é criticada; em si, a própria nomeação não é

descartada, pois, como diz Úrsula, “é o povo que elege eles”. Naquele momento, portanto, as informações válidas diziam respeito à outra ponta da relação: era a crítica a um proceder dos, assim ditos, políticos que urgia. Contudo, ao se afirmar isto, é possível tomar o “popular” como um elemento identitário válido aos entrevistados? Neste caso, as respostas fornecidas pelos jovens evangélicos, também residentes em Novo Horizonte, a uma questão parecida, formulada durante a primeira reunião com eles realizada, ajudam a alargar sua compreensão:

> “Mediador: Eu vou dar um exemplo aqui: o Josué e o Marcos são dois candidatos. Um diz que é do povo, que tá trabalhando pelo povo, e o outro também. O outro diz que veio do povo, que vai governar pro povo. O que é que vocês, naquele horário, quando você olha aquela pessoa na TV que fala assim, o que é que você sente?
> Renato: (...) só pra agradar o povo, enganar...
> Mediador: Mas, por que você pensa que é só pra enganar?
> Renato: Porque eles só dá prá fazer isso. É o objetivo de todo candidato, falar que é do povo. Fazem alguma coisa porque tem que fazer mesmo porque se não (...)
> Natanael: Todos nós, desde pequenos, sempre vimos na televisão os mesmos rostos, os mesmos rostos novos, porém é constante o que se fala: “minha mãe era pobre, meu pai era pobre, nasci em Santa Maria e vim defender o povo”
> Moça[100]: “Mas agora moro na Zona Sul”
> Natanael: Depois que passa, o cara mora na Zona Sul, não anda mais por aí, não fala mais com você no meio da rua, e ainda diz: “eu vim para ajudar”.

Note-se que a referência de moradores da comunidade de Novo Horizonte à Zona Sul quer significar um símbolo de distinção. Assim, ao se referirem àquela área da cidade, certamente têm em mente bairros como Capim Macio[101], uma vez que, de fato, no segundo momento no qual se travou contato com estes mesmos jovens, tal bairro suscitou uma discussão entre os participantes. Na ocasião, José Bento havia afirmado, em certo momento, que não seria possível, para uma administração

[100] Por diversas vezes, ao se transcrever o material gravado dos grupos focais, não era possível identificar qual participante estava falando.
[101] Segundo dados da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Natal, este bairro conta com uma das mais elevadas distribuições de renda da cidade. Vide www.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/estatisticas.

na prefeitura, asfaltar todas as ruas da cidade, o que, instantes depois, desencadeou o seguinte debate:

> "José Bento: Não é à toa que Capim Macio, meu amigo, lá, o bairro todinho, nenhum rua é asfaltada! Nenhuma, nenhuma! E é o bairro que tem o IPTU mais caro: até de mil reais tem IPTU e a maioria das ruas é de barro, pra você ver. E aqui, ó, asfaltaram as ruas.
> Mediador: Por que você acha isto, José Bento? (...)
> José Bento: É justamente isto que eu estou dizendo. Por exemplo, daqui a quatro anos eles podem fazer, entendeu? Podem asfaltar... o ruim é não asfaltar.
> Natanael: Eles precisam de nosso voto, nós somos a massa, a massa que elege, então tudo tá asfaltado, pavimentado. Em Capim Macio, a minoria [referindo-se à maioria] não pisa na rua, né! Só sai de carro de casa. Aí, assim, o bairro isolado...
> José Bento: Mas eu tô dizendo assim, no sentido do IPTU que lá tem, entendeu?
> Natanael: Entendi.
> José Bento: É muito mais caro do que aqui, aqui nem paga IPTU, eu acho".

Com isto, a despeito das disparidades que porventura os bairros da Zona Sul possam apresentar[102], estes depoimentos revelam uma representação idealizada destes locais, e que, por assim ser, reflete e refrata a realidade sobre a qual se debruça, para usar novamente os termos de Bakhtin (1999). Aqui, a consciência das divisões (sociais, políticas etc.) com as quais os cidadãos se deparam, são chanceladas pelas percepções sobre a disposição espacial da cidade. As linhas que separam o nós, "a massa", como diz Natanael, daqueles que "precisam de nosso voto", só são momentaneamente ultrapassadas pela doação (da rua calçada) e pelo escuso interesse de enganar o povo, sob o disfarce da disposição a "ajudar" em tempos de eleições (pois, "depois que passa", "o cara mora na Zona Sul", num bairro que dispensa o pavimento, pois todos andam de carro, e ele "não anda mais por aí, não fala mais com você no meio da rua").

[102] Na realidade, tais disparidades existem. Em tal zona da cidade há bairros, como Ponta Negra e Nova Descoberta, que apresentam uma distribuição de renda bastante desigual.

A análise sobre as informações mais superficiais, registradas nas falas tanto das senhoras quanto dos jovens de Novo Horizonte, coloca em discussão outros dois elementos mais profundos. O primeiro diz respeito, novamente, às demandas por reconhecimento que denotam. Elas também são registradas nos depoimentos de Teresa e Aureliano, expostos no movimento crítico às teorias midiacentradas da política, e, certamente, acompanharão a maioria dos que ainda serão expostos neste trabalho: seja na forma direta de um pedido de atenção (como no caso da história contada por Aureliano) ou na exposição de uma reivindicação, seja na alusão à identidade que se constitui, para lembrar a premissa de Taylor (1994), na ausência, ou presença, do reconhecimento outorgado pelos defrontantes numa relação (como foi possível demonstrar nestes últimos casos dos habitantes de Novo Horizonte). Isto, em segundo lugar, leva a uma indagação teórica específica, qual seja: dentro do quadro do debate conceitual acerca da noção do popular, como compreender as interfaces entre a subordinação e a autonomia dos sujeitos agrupados sob esta alcunha?

A melhor compilação das respostas elaboradas a esta pergunta está na obra seminal de Garcia Canclini, *Culturas Híbridas* (2003). Nela, tal autor demonstra como a busca por uma conceituação científica do popular, que substituísse as diversas noções tradicionais, desembocou no embate entre autores inspirados pela idéia gramsciana de hegemonia e a de reprodução, de viés bourdiesiano. Sempre em um confronto polêmico com os folcloristas, ele faz questão de ressaltar que uma das vantagens deste último tipo de abordagem deve-se ao fato de que

> Ao situar as ações subalternas no conjunto da formação social, a teoria da reprodução transcende a coleta de costumes, descobre o significado complementar de práticas desenvolvidas em diferentes esferas. A mesma sociedade que gera a desigualdade na fábrica a

> reproduz na escola, na vida urbana, na comunicação massiva e no acesso geral a cultura.[103]

Porém, acentua que "o inconveniente dessa teoria é que, ao fixar as classes populares no lugar que lhes é destinado pela reprodução social, reserva toda a iniciativa para os grupos dominantes"[104]. No sentido oposto, as análises baseadas na noção de hegemonia ressaltam que "As culturas populares não são um efeito passivo ou mecânico da reprodução controlada pelos dominadores"[105], pelo contrário:

> Quer dizer, com as classes que, ainda que dirija política e ideologicamente a reprodução, tem que tolerar espaços onde os grupos subalternos desenvolvem práticas independentes e nem sempre funcionais para o sistema (hábitos próprios de produção e consumo, gastos festivos opostos à lógica de acumulação capitalista)[106].

Mas, mesmo a esta vertente, à qual parece mais simpático, formula a crítica de que, através dela, é possível cair em maniqueísmos do tipo "tudo o que não é hegemônico é subalterno ou vice-versa[107]" (crítica que não imputa ao próprio Gramsci, mas a alguns de seus seguidores).

Ao cabo, se reprodução e autonomia são os termos irrecusáveis do debate, poderiam eles ser articulados? O próprio Canclini chega a afirmar que este é um propósito ainda não resolvido, entretanto, suas próprias formulações, bem como dos autores contemporâneos que se detêm sobre o tema, logram pistas decisivas à sua resolução. Neste ponto, é válida a referência à própria Marilena Chauí, que, embora considere os exatos termos da hegemonia e da reprodução em suas formulações,

---

[103] Ibidem, p. 273.
[104] Loc. Cit.
[105] Loc. Cit.
[106] Loc. Cit.
[107] Ibidem, 275

elabora uma idéia original do popular enquanto elemento ambíguo, caracterizado tanto pelo “conformismo” quanto pela “resistência” que encerra:

> Este é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico; ora como atraso, ora como fonte de emancipação. Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação (1996, p. 124).

À análise dos depoimentos citados nesta rubrica, tal idéia de que os sujeitos advindos das classes populares “são capazes de resistir ao se conformar” é certeira. Se mesmo quando indagados sobre um elemento identitário que não renegam ao todo, “ser do povo”, os entrevistados informam principalmente da atividade dos políticos, isto significa sua conformação ao estado de coisas que parece reservar a prerrogativa da atividade somente a estes políticos. Contudo, na quase completude dos depoimentos até agora expostos, são os elementos de crítica que se constituem no cerne de suas argumentações. Assim sendo, resistem de forma assistemática, espontânea, mas só o fazem porque se conformam: neste caso, o conformismo, em relação ao estado de coisas que embasa uma hierarquia entre “políticos” e “eleitores”, é condição de existência para tal tipo de resistência. Mas, aqui, para levar em conta, por enquanto, mais Gramsci do que Bourdieu, esta é a característica mais explícita da concepção de mundo popular:

> Concepção do mundo não somente não elaborada e assistemática, pois o povo (isto é, o conjunto das classes subalternas e instrumentais de toda forma de sociedade até agora existente) não pode – por definição – ter concepções elaboradas, sistemáticas e politicamente organizadas e centralizadas em seu (ainda que contraditório) desenvolvimento, como também múltiplas[108].

[108] GRAMSCI, Antonio. *Literatura e Vida Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 184.

Neste ponto da argumentação, há subsídios tanto para aprofundar ainda mais tal discussão sobre popular, tendo em vista a introdução da noção gramsciana de subalternidade, quanto para a análise dos temas geradores que registram a desconfiança dos entrevistados na pesquisa em relação aos programas eleitorais, uma vez que o acúmulo de conceituações já permite a dedução da política dos entrevistados na decodificação que realizam do HGPE. Que se deixe, então, a primeira em suspenso por alguns momentos e seja dado seguimento à segunda. No arremate, as duas se encontrarão.

Na realidade, os dois temas geradores aos quais nos referimos aqui (os programas eleitorais são “maquiados” e os populares e apoios que aparecem na tela são “comprados”) poderiam ser organizados somente sob um grande tema das percepções acerca do próprio HGPE. Contudo, para efeito de apresentação, é possível afirmar que se trata de registros diferentes das mesmas motivações. Trata-se, portanto, de demonstrar isto.

Logo no início deste capítulo foram apresentadas falas sobre a noção de que os políticos “prometem, mas não fazem”. Como ressaltado, dentre aqueles depoimentos, o do jovem evangélico Natanael, na segunda reunião do seu grupo, utilizava também o elemento discursivo da suspeita em relação à produção do HGPE, pois, segundo ele, a realidade diferia do que era apresentado no programa do candidato Carlos Eduardo, o que, por conseguinte, o tornava “maquiado”. Mas, como pode ser visto adiante, tal intervenção não foi a única neste sentido, uma vez que a jovem Ana, por exemplo, a corrobora:

> “Ana: Assim, no caso da propaganda dá pra ver escancaradamente a diferença tanto de tempo que a propaganda de Carlos Eduardo é *praticamente a metade de todo o programa político*. É muito mais

> tempo pra ele. E também a diferença assim: o programa dele e de Ney pra o programa de Luiz Almir que é basicamente no meio da rua porque num tem estúdio. N*ão é tão bonito como o de Ney e o de Carlos Eduardo*. E, principalmente, o programa de Miguel Mossoró que teve que fazer a filmagem na "grafite[109]" amador. Isso aí deve ser é... horrível...Então tem a diferença né... tanto... Você dá pra ver que... até a *gente fica desconfiado que esses programas, principalmente de Carlos Eduardo, deve ser até com o dinheiro da gente. A gente tá pagando pra ele fazer o programa dele*...
> Natanael: Ele pediu a um mês atrás 900 mil reais pra completar aquela ponte Redinha-Rocas, né? Só que você sabe, né? O dinheiro não vai pra ponte, né? *Todo mundo sabe que vai pra campanha*."

É possível chamar a atenção aos destaques naquelas falas. Veja-se como a compreensão crítica do programa do então prefeito extrapola a idéia de que a realidade era diferente do que era apresentado em suas inserções no HGPE e, como seu complemento, ganha destaque a suspeita de que aquela é uma peça televisiva feita através de meios fraudulentos, ou melhor, a "certeza", pois, como complementa Natanael, "todo mundo sabe" que o dinheiro que seria destinado à realização de uma obra é desviado para campanha. Na esteira desta argumentação, Ana coloca em pauta mesmo uma suspeição em relação ao tempo do programa: maiores recursos (ou a maior capacidade de acumulação via corrupção), maior espaço no guia eleitoral. Mais uma vez, a crítica tem como base o proceder dos políticos, sua pretensa propensão à corrupção.

Seguindo a senda desta idéia em relação à corrupção é que a compreensão sobre a "compra" dos populares e apoiadores nos programas está embasada. Veja-se, por exemplo, este diálogo, no qual Úrsula e Manoela intervêm:

> "Mediador: Apareceu várias vezes o pessoal falando na rua sobre os vários candidatos. O que vocês acham quando isso acontece? Acham que isto é legal?
> Manoela: Eu não acho legal, não. Acho que é mentira. *Eles compram*... Acho que *a maioria daquele povo ali trabalham para eles*

[109] Ela está se referindo ao estúdio "grafite", que realiza algumas produções de grupos musicais locais, dentre eles uma banda com o mesmo nome, bastante conhecida na cidade.

> *mesmos*. *Cadê que eles perguntam para qualquer outra pessoa assim; que viesse aqui e perguntasse a qualquer que não fosse do partido dele*. Acho que a maioria daquele povo ali é tudo do partido dele, que eles compram para botar na televisão. Mas *outro pobre qualquer eles não botam, porque sabe que ele vai falar das coisas, da precisão. Aí não botam*.
> Mediador: Vocês concordam?
> Úrsula: Eu concordo.
> Mediador: Então, quer dizer que não é legal... Vocês, por exemplo, aceitariam participar de um programa destes?
> Úrsula: Eu aceitaria se eles deixassem falar o que eu quisesse e passassem. *Aí eu falava mesmo*.
> Mediador: Aí a senhora acha que eles deixariam a senhora falar tudo?
> Úrsula: Deixaria. Mas se eles não passassem, eu pegava e processava".

Algo parecido acontece na reunião realizada com os funcionários terceirizados da UFRN, quando Maria do Socorro e Lia fazem os seguintes depoimentos:

> "Maria do Socorro: Eu acho que, pra mim também, aquelas pessoas que eles estão apresentando ali... eu acho que *todas elas foram compradas*. Eles pagam, eles pagam. Eles pagaram alguma coisa para eles ali, sabe? Só para mostrar aquele projeto que eles queriam mostrar (...) Essa é a minha opinião.
> Lia: São pessoas que *têm cargo de confiança, ou com parentes com um cargo de confiança e que serão beneficiadas se aquele determinado candidato vencer*."

Nessas intervenções, são expostas diferentes concepções acerca dos interesses em jogo. Os dos populares dispostos a "vender" suas opiniões, em troca de dinheiro, ou de benefícios se os candidatos vencerem, comungam com a suposta propensão dos candidatos a apresentar uma versão parcial, mascarada ou, conforme o termo analisado, "maquiada" da realidade. Isto explicaria a ausência de inserções críticas nos programas (pois eles não veiculam as falas de pessoas que falariam da "precisão", como diz Manoela, ou que estivessem dispostas a falar tudo,

como Úrsula). Neste quesito, o depoimento de Marcelo, jovem ligado à ONG na Zona Oeste de Natal, é ainda mais contundente:

> "Marcelo: A gente ouviu agora há pouco sobre as obras maquiadas, nas montagens, e isso a gente vê até na própria comunidade, porque as *comunidades mal informadas dos bairros periféricos da Zona Oeste de Natal* (...). Principalmente a propaganda política para as pessoas terem um bom hábito de leitura. Não conhecer (...). É igual a ônibus: o pessoal da periferia pega mais ônibus com números porque já conhecem que aquele ônibus via pra tal canto, mas por nome ninguém sabe então as pessoas vêem muito por esse lado. Também na comunidade as obras de maquiagem é no sentido do político chegar. *O cara tem um muro bem grande, aí chega o cara e diz: "rapaz, deixa eu pintar o seu muro com o nome do meu candidato"; aí ele diz: "rapaz eu não deixo não, porque eu não vou votar no cara"; aí o outro diz: "mas eu te dou trinta reais"; "então me dê os trinta reais para cá e pode pintar o muro aí todinho". Então a gente vê isso como uma obra maquiada também pra mostrar que o próprio proprietário da casa vai votar naquele candidato, e maquiar para a comunidade que vai passando ver que aquele candidato está ali, e tem um bom contato na comunidade se deixou colocar o numero dele. Eu acho que ele vai votar nele, então eu vou votar*".

Perceba-se que Marcelo indica a causa da maquiagem que se desloca da produção "fraudulenta" dos programas eleitorais e ganha as ruas: no caso das pessoas que aceitam que os muros de suas casas sejam pintados com o nome de um determinado candidato, bem como daquelas que vendem suas falas aos programas. Trata-se da falta de informação. Através de sua fala, é possível deduzir, portanto, não só os interesses do político corruptor, mas a atitude do que se deixa corromper, embasada em um tipo de ignorância. Há aqui a introdução de uma hierarquia acessória, geralmente utilizada pelos mais jovens (e que, de certa forma, combina-se àquela entre políticos e eleitores): nós, informados, somos diferentes daqueles, desinformados, que se deixam enganar.

Mas não é somente a partir desta "hierarquia acessória" que a crítica a outros agentes, que não os próprios candidatos, se impõe: qualquer um que apareça na tela durante o HGPE é posto em suspeição. É o que faz crer, por exemplo, os

depoimentos dos jovens evangélicos sobre a presença de apresentadores e apoiadores:

> "Mediador: Além disso, aparece também a governadora, aparece José Agripino, aparece pessoas (...) pra apoiar o candidato. Vocês concordam com isso? Ou não, só o candidato deve aparecer?
> Natanael: Pra mim não deveria, porque se a candidatura fosse limpa e digna, realmente não se deveria comprar com esse tipo de imagem que é atrativo, que aparece em Carlos Eduardo. Aquela moça ali...só um toque de perfeição. Beleza, mas eu acho muito baixo ele botar uma atriz lá, falando tão limpamente, né, perfeitamente do jeito que ele fez.
> José Bento: E Fátima foi aquele ator[110], não foi? Um coroa. Com certeza comprou, né, pra ele fazer, pra ele dizer: não, Fátima é isso, Fátima é aquilo... Eu acho que ele nem sabe quem é ela. É a primeira vez que ele fala assim com ela... Por que ele diz que Fátima é isso, Fátima é aquilo sem nem conhecer? Porque ele mora no Rio de janeiro, né? É um ator, né? *Logicamente é comprado!*".

Se tomada de forma associada a um diálogo registrado durante o primeiro debate realizado com os jovens que participavam da ONG na Zona Oeste, tal certeza de José Bento, o apoiador que aparece no programa da candidata Fátima Bezerra é "logicamente comprado", pois eles não se conhecem, denota a extensão das categorias utilizadas para dar sentido à associação em torno de interesses à própria produção dos programas. Mais do que isso, põe em jogo a própria valoração da esfera política enquanto orientada pela consecução de interesses a todos a ela identificados:

> "Orlando: *É aquela velha coisa de troca de favores, né*? Eu e meu amigo tiramos muita onda com a galera dizendo o seguinte: "é o seguinte, você coça as minhas costas hoje que amanhã eu coço a sua, e uma mão lava a outra". Eu acho que essa troca de favores é o seguinte: *hoje eu apóio a candidatura dele porque amanhã quem vai se candidatar sou eu*. Aí, claro, o partido dele é filiado ao meu ou meu ao dele, então por que não apoiar se já tem uma estrutura, um

[110] Ele se refere ao ator Sérgio Mamberti. Durante o programa da coligação Frente Popular Potiguar, exibido naquela ocasião, exibiu-se um quadro no qual tal ator fazia elogios às propostas apresentadas por aquela coligação à área de cultura, além de pedir votos à candidatura Fátima Bezerra.

> marketing pessoal meu todo desenvolvido aí com os eleitores, por que não? Uma pessoa amiga, "todo mundo confia em mim, ótimo!, Meu candidato está chegando agora, tem gente que desconfia dele, mas eu sou uma pessoa ótima, sou um ótimo líder, então eu vou lá e digo: olhe eu vou votar em fulano". Não estou fazendo uma apologia pra você votar nele, mas automaticamente as pessoas vão ficar: "ah, ele é um ótima pessoa, se ele está dando o voto dele para fulano, vou votar também!
> Daniela: Vilma diz: eu voto nele porque ele é bom, ele é honesto, ele é isso ou aquilo. Voto nele!
> Orlando: (...) Vai mais por esse jogo, essa maquiagem, no caso, vai mais pela influência de outra pessoa, e não pelo candidato".

Por fim, para uma compreensão mais profunda da idéia de "maquiagem" é necessária a introdução de uma pequena diferenciação. Em última análise, se a suspeição em relação à produção dos programas faz sentido à compreensão de todos os apresentados no guia eleitoral, a utilização daquele termo tem sua origem na crítica feita pela oposição à coligação *Vitória do Povo* e a seu candidato, Carlos Eduardo. Assim, se forem levadas em conta as palavras do também jovem participante da ONG na Zona Oeste, Marcelo, "maquiagem" também diz respeito a uma apropriação "negociada" (Hall, 2003) dos termos oposicionistas:

> "Marcelo: Vamos dizer que ele [Referindo-se ao próprio Carlos Eduardo] já sentou na cadeira da prefeitura assumindo no lugar de Vilma e aqueles projetos ali já existia. Então, ele só fez colocar em prática a verba. É como mostraram mesmo, ele fez maquiagem, tá ligado? O lance da rua central. *Quando a gente partia pros lados, via o descaso. Era rua descalçada, buraqueira, o pessoal pedindo socorro pra que calçassem aquela rua*. Então, a maior parte das obras dele foi feita na Zona Norte. *E a visão dele é também pro lado do turista, mostrando muito as praias e tal. Esse lance aí que ele maquiou algumas coisas, fez uns quiosques e tal, mas a gente vê a poluição nas praias, as praias sujas*. Ele não olha isso. Mostra só o lado bonito do calçadão, algumas coisas que eles fizeram. E ele explora muito o lance dos prédios públicos, porque sabe que na prefeitura tem muitos prédios, como unidade de saúde. Ele mostra muito o que fez, uma escola municipal, porque sabe que tem muitas pessoas, alunos, jovens e as pessoas mais velhas que trabalham de dia e estudam à noite que estudam nessas escolas públicas. Ele explora muito essa questão dos prédios e mostra que fez. *Mas, na verdade, se você entrar numa escola pública dessas, numa escola municipal principalmente, essas escolas foram só maquiadas, a frente da escola. Todo mundo já sabe disso.* Todas as escolas no

> mesmo formato. *Mas você pode olhar que é só a frente. Mas ele não mostra a escola que caiu, que foi obra no mandato dele que surgiu. Não mostra escola que caiu. Mostra a escola que tá boa, que ele fez há pouco tempo*".

Quando está se referindo ao "lance da rua central", Marcelo expõe o conteúdo de um quadro exibido pelo programa do candidato Luiz Almir, em que uma câmera colocada no alto de um carro mostrava como, ao lado da recém reformada avenida Itapetinga, na Zona Norte de Natal, uma das principais obras reivindicadas pelo postulante à reeleição, havia ruas sem calçamento, em péssimo estado de conservação. Além do mais, ele também traz à baila um dos principais temas debatidos durante aquela campanha: a queda do teto de uma escola municipal que, tempos antes, também havia sido reformada[111].

Neste mesmo depoimento, Marcelo se coloca a tarefa de comentar todos os programas que havia assistido e, por conseguinte, o do próprio Luiz Almir, ao qual se refere da seguinte maneira: "sobre o nosso amigo Luiz Almir, também ele mostra muito o lado da periferia, a realidade. O que a gente vê é que os candidatos só mostra as áreas bonitas". Deste modo, na mesma fala em que expressa a simpatia em relação ao candidato, formula uma crítica em geral a todos. E só poderia ser assim, pois, este é o mesmo Marcelo que critica, também de uma forma generalizadora, a maquiagem que sai da tela e ganha as ruas (com o exemplo do muro comprado, antes citado).

Este é o local propício para o encontro entre a conceituação do popular e a análise dos temas em torno do HGPE. Para demonstrá-lo, torna-se necessário

---

[111] Trata-se da Escola Municipal Marize Paiva que, por sinal, localizava-se na mesma avenida na qual estava localizada a ONG que os nossos entrevistados freqüentavam. Em 2004, durante a realização de uma festa com as crianças que nela estudavam, o teto do seu pátio central desabou, provocando a morte de uma delas.

retomar a discussão sobre o esquema codificação/decodificação de Stuart Hall (2003).

Foi registrado anteriormente que tal esquema baseia-se numa tipologia da decodificação, na qual esta pode ser constituída através de uma (a) relação transparente com o sentido empregado pelo campo da codificação, ou seja, da apropriação do sentido hegemônico contido na mensagem; (b) de um código negociado com aquele campo, onde os que decodificam se apropriam de determinados sentidos (globais) da mensagem, mas dão relevo a uma interpretação diversa num nível mais localizado (específico, por assim dizer) da mesma; ou (c) através de uma decodificação "globalmente contrária"[112], contraposta aos sentidos dominantes expressos pela codificação. Sobre o último tipo, seu autor explica que este se constitui enquanto

> uma leitura sistemática do ponto de vista oposicionista, que pode ou não entender o sentido que foi preferido na construção, mas via de regra retira do mesmo texto exatamente o oposto – entende, por exemplo, o exercício da lei e da ordem como um exercício de opressão, ou de resistência; olha as mesmas figuras e vê o outro lado delas[113].

Contudo, o mesmo Hall adverte que o perigo inscrito no uso de uma tal tipificação é o de tomar a decodificação globalmente contrária da mensagem como obra do "perfeito sujeito revolucionário, do eterno sujeito de oposição"[114]. Conseqüentemente, a não observação de tal conselho pode levar a um conceito restrito daqueles que o desempenham. Portanto, numa interpretação limitada, a utilização de um código de oposição, globalmente contrário ao sentido hegemônico da mensagem, poderia ser concebida como um feito realizado por um igual sujeito

[112] Ibidem, p. 402.
[113] Ibidem, p. 370.
[114] Ibidem, p. 371.

oposicionista, perfeitamente contra-hegemônico, que utiliza quadros de referência politicamente significativos de contestação. Mas, mesmo ao descartar tal forma de compreensão, resta a indagação sobre sua aplicabilidade à realidade aqui analisada. Se o conceito de decodificação globalmente contrária pressupõe uma postura politicamente ativa (mesmo que a figura do sujeito revolucionário perfeito seja descartada), como creditá-la aos sujeitos que expressam uma visão de mundo fragmentária e assistemática, portanto politicamente subalterna, como aqueles com os quais se tomou contato?

Afinal, é disto que se trata na decodificação do HGPE: a idéia de que há "maquiagem" na produção dos programas eleitorais e a de que os populares e apoiadores que aparecem na tela são "comprados" denotam, ambas, uma *decodificação globalmente contrária das mensagens exibidas*. Contudo, se as mesmas também tornam explícita a propensão a resistir se conformando, como diz Chauí (1996), tal não pode ser feito através de um código de oposição perfeitamente contra-hegemônico politicamente sistematizado, mas de um *código conformista de oposição*.

Em resumo, os depoimentos anteriormente citados sobre "maquiagem" registram: a propensão dos políticos a prometer e não cumprir; o descompasso entre a realidade apresentada na tela e aquela vivenciada pelos entrevistados; a compra fraudulenta dos apoios e populares que, por sua vez, extrapola este espaço e ganha as ruas; a contaminação de todos os envolvidos no processo de produção dos programas pela corrupção. Por mais que sua superficialidade deponha do contrário, este cabedal de informações críticas não põe em causa somente os sentidos com vistas à persuasão eleitoral manifestos nos programas, mas, também, toda a ordem democrática estabelecida. Por sua vez, tais informações só são possíveis se

consideradas dentro do quadro de construção específica do popular enquanto elemento dotado de uma existência própria, geralmente contraposta às concepções de mundo hegemônicas, mas igualmente constituído de forma assistemática e subalterna: capaz de resistir ao se conformar, portanto.

Tendo em vista isto, se nossos entrevistados elaboram uma crítica tão decisiva àqueles que compreendem como políticos, por exemplo, fazem-no através de uma forma específica de vivenciar e compreender a política. Esta, por estar baseada em certos critérios que os informam das temporalidades e alteridades próprias à política, não têm nenhum sentido quando fora dos seus parâmetros. Em outras palavras: se a compreensão legítima é aquela que pressupõe o tempo da política nas eleições e reserva a atividade aos políticos, este é o espaço circunscrito no qual residem suas críticas; elas nascem e grassam no seu âmago, mas, por não se constituírem como uma alternativa, também se encerram nele.

3 Uma Cultura do Mal-Estar com a Política

A decodificação globalmente contrária dos programas eleitorais, realizada através de um *código conformista de oposição*, demonstra, num nível analítico inicial, a peculiar contraposição dos entrevistados em relação à política institucionalizada. Por se configurar desta forma, tal tipo de decodificação dos programas conduz a análise a indagar pelos pressupostos que a embasam. O que se justifica não somente pela aceitação da premissa segundo a qual os processos de decodificação do HGPE são intimamente influenciados pelas percepções sobre a política nutridas pelos sujeitos, mas pelo próprio relevo que estas percepções assumem.

Que seja considerada, neste ponto, a idéia de uma "oposição conformista". Aqueles cidadãos entrevistados nos grupos focais são capazes de se postar criticamente frente aos programas eleitorais sem, contudo, avançar significativamente nesta crítica, num protesto que vale por si mesmo. Além de expressar a parcela de "bom senso" (Gramsci, 1999, p. 93), presente na visão de mundo dos grupos populares, tal postura sugere uma compreensão determinada do que é política, na qual um arcabouço de significados e símbolos próprios informa aos sujeitos os procedimentos possíveis a tal crítica.

Para tanto, a idéia de mal-estar com a política é fundamental. Este capítulo será dedicado à sua análise. Nele, em primeiro lugar, será realizada uma revisão das premissas teóricas que embasam duas concepções sobre o mal-estar: o conceito freudiano de mal-estar na civilização e o já citado conceito de mal-estar com a política, proposto por Norbert Lechner. Em segundo, tal debate conduzirá aos questionamentos teórico-metodológicos em torno da apreensão da cultura e da estrutura de sentimento do mal-estar com a política. Por sua vez, tais questionamentos desembocam na utilização do conceito de tema gerador e, por

conseguinte, na análise dos temas manejados pelos nossos entrevistados na expressão do próprio mal-estar com a política.

3.1 Do mal-estar na civilização ao mal-estar com a política.

É possível que os leitores tenham estranhado a opção pelo emprego, logo nas primeiras linhas do capítulo anterior, de um conceito de mal-estar próprio ao campo da investigação política. Se tal estranhamento é factível, é possível pressupor, por conseguinte, que a inexistência de referências ao conceito freudiano de mal-estar, naquele momento, também dote a leitura de uma ausência. Tal omissão, contudo, é justificável. De fato, como então se buscou expressar, a utilização da noção de "mal-estar com a política" formulada por Norbert Lechner se explica pelas pistas interessantes que lega à elucidação de algumas questões colocadas pelo material empírico com o qual este trabalho se depara. Contudo, como ressaltado, aquela foi uma "primeira aproximação" ao conceito: uma aproximação que não encerra a questão, portanto.

Logo, se tais pontos de estranhamento restam incólumes, trata-se, aqui, de submetê-los a um exame crítico. Para tanto, a formulação de algumas perguntas torna-se um recurso interessante: quais as especificidades dos conceitos de *mal-estar com a política*, tal qual formulado por Lechner, e de *mal-estar na civilização*, cunhado por Sigmund Freud[115]? Com vistas às análises aqui empreendidas, é possível articulá-los?

Que se comece pela primeira delas. No que concerne às "especificidades" do conceito freudiano de mal-estar, uma se impõe como introdutória: na maioria dos

[115] FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

casos, as traduções das obras de Freud oferecem riscos significativos à compreensão de seus conceitos; com *O Mal-Estar na Civilização*[116], não é diferente. Segundo Bruno Bettelheim[117], tal problema deriva da tradução em língua inglesa de seus escritos. Esta, embora leve a interpretações "seriamente defeituosas[118]" tanto da psicanálise quanto do "próprio homem Freud[119]", constitui-se numa base exemplar para as traduções realizadas em diversas outras línguas (como a portuguesa, por exemplo). Por isso, com a chancela do mesmo Bettelheim, urge o registro: dois termos fundamentais para a apreensão do conceito de mal-estar, a saber, "civilização" e "instinto", são influenciados por tais lacunas nas traduções.

O interessante é que este volume, *O Mal-Estar na Civilização* (na verdade, Mal-Estar na *Cultura*, como sugere o título em alemão), originalmente publicado em 1929, pode ser inserido em dois "movimentos teóricos" próprios à obra de Freud: ele dá continuidade, em primeiro lugar, à crítica da cultura e da religião[120], iniciada pelo autor em volume anteriormente publicado, intitulado *O Futuro de uma Ilusão*[121] e, em segundo, constitui-se numa parte fundamental do desenvolvimento do conceito de pulsão de morte ("instinto de morte", para as traduções inspiradas na língua inglesa), introduzido em *Além do Princípio de Prazer*[122] (1996). Portanto, como é possível presumir, o câmbio do conceito de *cultura* pelo de *civilização*, como o de *pulsão* pelo de *instinto*, além de introduzir tais vieses na leitura da teoria psicanalítica, guarda alguns distanciamentos em relação ao desenvolvimento da mesma. De modo que, embora as regras de normalização bibliográfica indiquem a utilização do conceito

---

[116] Ibidem.
[117] BETTELHEIM, Bruno. *Freud e a Alma Humana*. São Paulo: Cultrix, 2002.
[118] Ibidem, 7.
[119] Loc. Cit.
[120] Obviamente, há um vasto índice de obras elaboradas por Freud de crítica à religião e à cultura que, certamente, não foi iniciado com *O Futuro de uma Ilusão*. Aqui, busca-se dar relevo à complementaridade estabelecida entre este escrito e o *Mal-Estar na Civilização*. Sobre este assunto, é possível consultar tanto este último livro, quanto a interessante obra de Peter Gay (1988, 493).
[121] *Apud* GAY, Peter. *Freud*: Uma Vida para Nosso Tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
[122] Livro que teve sua primeira edição publicada em 1920.

original da tradução corrente, em relação aquele primeiro termo, “civilização”, cabe aqui o registro do sentido original em Freud: há um mal-estar inerente (Bettelheim, 2002, p. 116) à cultura. Com esta conceituação, o autor desvela sua compreensão de que, à constituição da cultura, cabe uma parcela de renúncia por parte dos indivíduos aos seus instintos (pulsões) (Freud, 1997, p. 52). Portanto, para além da formação da civilização, trata-se, para Freud, de uma questão mais ampla: por ser inerente à *cultura*, o mal-estar inscreve-se na própria condição humana.

Em relação ao segundo termo, o uso corrente parece ainda mais pernicioso: isto porque pulsão, mais ainda do que a idéia de mal-estar, para Freud, é um termo exclusivamente relacionado ao humano, sendo “instinto” uma categoria a ser utilizada para caracterizar os instintos inatos animais[123]. Consequentemente, no edifício teórico freudiano, pulsão é o termo utilizado para dar sentido à fundamental caracterização do humano como ser inscrito na ordem da cultura. Não há, portanto, como intercambiá-lo com a noção de instinto.

Se tal distinção é fundamental para se fazer jus aos reais intuitos de Freud em suas teorizações, torna-se ainda mais importante devido ao fato de que, como assinalado anteriormente, o conceito de mal-estar freudiano relaciona-se de forma indissociável à sua última teoria das pulsões, na qual a idéia de uma pulsão de morte é fundamental. Neste sentido, segundo Bettelheim, “em nenhum outro ponto” a utilização de “instinto” ao invés de “pulsão” “causou mais danos para a compreensão da psicanálise do que em seu uso no tocante ao ‘instinto de morte[124]’”. “Na verdade, [continua Bettelheim] uma psicanálise que postulasse um instinto de morte não teria finalidade nem justificativa nenhuma[125]”. Contudo,

---

[123] Ibidem, p. 122.
[124] Ibidem, p. 125.
[125] Loc. Cit.

> Rejeitar a idéia do impulso de morte é reduzir o sistema dualista de Freud – segundo o qual, em nossa alma, uma luta acirrada entre dois impulsos contrários determina o que sentimos e fazemos, e que, em grande medida, explica as dificuldades que sofremos – a um sistema monista capaz de sustentar apenas uma visão sumamente plácida de nossa vida interior[126].

É, enfim, nesta luta entre impulsos diferentes, entre "Eros" e a morte, para levar em consideração os próprios termos de Freud, que se inscreve o conceito de mal-estar psicanalítico. Portanto, é através do exame desta confrontação, bem como dos seus termos constituintes, que se pode visualizar este conceito de forma mais ampla.

Posto isto, é possível, para um breve diálogo com Freud, começar com dois interessantes pontos de interpretação registrados na leitura realizada por Peter Gay (1988) do próprio *Mal-Estar na Civilização*. Segundo ele, tal livro, ao mesmo tempo em que se constitui numa "súmula grandiosa[127]" do pensamento freudiano, expressa uma teoria política psicanalítica elaborada de forma condensada[128]. Dito noutras palavras: uma revisão grandiosa do pensamento de Freud posta a serviço da análise do fenômeno da política. Esta, por sua vez, é tomada, neste quadro teórico psicanalítico (como bem demonstra a certeira comparação entre Freud e Thomas Hobbes, também elaborada por Peter Gay[129]), de modo análogo aos questionamentos postos em pauta pela teoria política do alvorecer da modernidade sobre o "contrato social". À indagação do contratualismo, contudo, Freud interpõe a cultura, este elemento criado com vistas à resolução de dois fins: "o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos" (Freud, 1997, p. 42).

---

[126] Loc. Cit.
[127] Ibidem, p. 499.
[128] Ibidem, p. 495.
[129] Afirma Gay: "O Freud de *O Mal-Estar na Civilização* estava escrevendo na tradição hobbesiana" (Ibidem, p. 495).

Portanto, com este objetivo de regular seus relacionamentos, os homens instituem "uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados[130]". Contudo, essa associação entre homens (concepção mais explícita do "hobbesianismo freudiano") que, em princípio, almeja ao provimento de segurança contra os desígnios agressivos individuais, ou, em última análise, à garantia de felicidade pela restrição ao desprazer, também é fonte de mal-estar. Isto se justifica pelo fato de que o "princípio de prazer", esta busca constitutiva, mas irrealizável, do humano pela felicidade, realiza-se de formas diversas em cada indivíduo[131]. Como fala o próprio Freud: "Não existe uma regra de ouro que se aplique a todos: todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo[132]". Há, portanto, entre a busca individual pela felicidade e os padrões culturais de relacionamento uma tensão fundante: é este o preceito que justifica o já citado pressuposto de que a "civilização [cultura] é construída sobre a renúncia ao instinto [às pulsões]". "Essa 'frustração cultural' [continua Freud] domina o grande campo dos relacionamentos sociais entre os seres humanos. Como já sabemos, é a causa da hostilidade contra a qual todas as civilizações têm de lutar[133]".

Por sua vez, tal hostilidade encontra seu fundamento na idéia de "pulsão de morte". Como antes ressaltado, este conceito diz respeito a uma guinada na concepção psicanalítica de pulsão. Como o próprio Freud explica:

> Partindo de especulações sobre o começo da vida e de paralelos biológicos, concluí que, ao lado do instinto para preservar a substância viva e para reuni-la em unidades cada vez maiores, deveria haver outro instinto, contrário àquele, buscando dissolver

---

[130] Ibidem, 49.

[131] Afirma Freud, n'*O Mal-Estar na Civilização*: "O programa de tornar-se feliz, que o princípio de prazer nos impõe, não pode ser realizado; contudo, não devemos – na verdade, não podemos – abandonar nossos esforços de aproximá-lo da consecução, de uma maneira ou de outra" (1997, p. 33).

[132] Ibidem, p. 33.

[133] Ibidem, p. 52.

> essas unidades e conduzi-las de volta ao seu estado primevo e inorgânico. Isso equivale a dizer que assim como Eros, existia também um instinto de morte. Os fenômenos da vida podiam ser explicados pela ação concorrente, ou mutuamente oposta, desses dois instintos[134].

Se, por um lado, é desta ação contraposta entre duas pulsões que podem ser explicados os fenômenos da vida, por outro, é muito difícil, como o próprio Freud assinala, que os dois se manifestem de forma separada nas ações humanas. De modo que uma pulsão pode agir em serviço da outra. Neste caso, a morte pode agir através do princípio de prazer por intermédio de uma agressividade que se dirige ao exterior, ao invés de "destruir o próprio eu". Assim, diz Freud, "uma parte do instinto é desviada no sentido do mundo externo e vem à luz como um instinto de agressividade e destrutividade[135]".

Com isto, no sentido da compreensão do "contrato social", ou dos fundamentos da cultura, a luta entre pulsões se reconfigura: trata-se de contrapor a parte constitutiva humana que leva a agressividade (a morte, princípio de distanciamento entre os homens, que fundamenta a criação de uma unidade maior do que os desígnios individuais com vistas à própria segurança individual) ao Eros, que leva à agregação entre os homens. Poderia mesmo se dizer que o "motor da história", para Freud, fundamenta-se nesta "eterna luta":

> Agora, penso eu, o significado da evolução da civilização não mais nos é obscuro. Ele deve representar a luta entre Eros e a Morte, entre o instinto de vida e o instinto de destruição, tal como ela se elabora na espécie humana. Nessa luta consiste essencialmente toda a vida e, portanto, a evolução da civilização pode ser simplesmente descrita como a luta da espécie humana pela vida. É essa batalha de gigantes que nossas babás tentam apaziguar com sua cantiga de ninar sobre o céu[136].

---

[134] Ibidem, p. 77. Resguardando a já citada diferenciação, pressuponha-se a idéia de "pulsão" quando nas citações estiver registrada a idéia de "instinto".
[135] Loc. Cit.
[136] Ibidem, p. 81-2.

Após esta primeira incursão é possível, conforme proposto no início desta seção, deixar o conceito freudiano de mal-estar em suspenso por alguns instantes e enveredar pela concepção de mal-estar com a política proposta por Norbert Lechner. Feito isto, estas duas concepções poderão ser mais bem articuladas com vistas às análises empreendidas neste trabalho.

No primeiro capítulo, registrou-se que o conceito de mal-estar com a política é proposto por Lechner no texto "Os Novos Perfis da Política: um Esboço" (2004), publicado originalmente no início da década de 1990. Para situá-lo no quadro da produção do autor, isto impõe afirmar sua relação temática com uma coletânea de textos intitulada *Los Patios Interiores de La Democracia – Subjetividad y Política* (1995), que reúne um extrato dos seus principais escritos publicados na década anterior[137]. Neste sentido, aquele primeiro texto (sobre os "Novos Perfis") soa como uma aplicação à análise das transformações políticas contemporâneas, nomeadamente à questão da democracia "realmente existente[138]" na América Latina, dos conceitos e teorizações acumulados neste pensamento precedente. Portanto, se para compreender de forma mais ampla este último escrito (no que signifique deixar em exposto os pressupostos que embasam o conceito de mal-estar com a política) trata-se de relacioná-lo com as teorizações anteriores, formuladas por Lechner em *Los Patios Interiores de La Democracia*, isto pode começar a ser feito com a distinção fundamental entre *política* e *político*.

Como antes ressaltado, é a partir desta dicotomia entre a dimensão institucionalizada da *política* e as formas com as quais os cidadãos percebem e valoram a ordem comum, a dimensão do *político*, portanto, que surge o mal-estar. Contudo, para levar em consideração os termos exatos nos quais tal conceito se

[137] Além disto, esta é, como afirmamos anteriormente, sua obra mais destacada.
[138] Ibidem, p. 82.

inscreve, é preciso salientar que este é um surgimento historicamente situado. É isto que leva Lechner a afirmar que "o protesto não se refere ao princípio de legitimidade [da ordem democrática enquanto tal], mas à 'democracia realmente existente'" (Lechner, 2004, p. 15). Desta forma, várias questões se impõem. A primeira diz respeito à aplicabilidade do conceito a outros contextos históricos: se nesta dissertação, por exemplo, serão levados em consideração depoimentos registrados mais de dez anos após sua formulação original, ainda é possível levá-lo em conta? A resposta é positiva se afirmado o aprofundamento, no período corrente, das tendências identificadas quando de sua apresentação, no início da década de 1990.

Ora, naquela época uma análise política "realista", como propõe Lechner, devia levar em consideração o dilema fundamental da democracia realmente existente na América Latina, qual seja: após a derrocada dos regimes autoritários na região, as instituições democráticas foram dotadas de uma legitimidade nunca antes conhecida, entretanto, aquele era um momento em que uma "mutação radical de contexto" alterava "o alcance e o sentido da democracia[139]". Tal mudança referia-se tanto à política institucionalizada (que experimentava a radicalização do neoliberalismo) quanto ao político (pois a percepção dos cidadãos em relação à ordem comum era modificada com a transformação dos "mapas de referência" culturais). Assim, se é tomada como certa a radicalização deste dilema, uma outra questão emerge: como pensar o necessário provimento de certeza aos cidadãos numa ordem que, ao mesmo tempo, se afirma e se esgarça?

Aliás, para registrar a relação temática antes referida, é possível afirmar que a postura de perguntar se a democracia responde à busca de certeza configura-se como um procedimento analítico fundamental para o Lechner de *Los Patios*

[139] Ibidem, p. 7.

Interiores de La Democracia[140]. Ou, para ir mais adiante, trata-se, para ele, de um questionamento em torno da própria razão de existir da política na modernidade:

> El debate sobre la democracia, al igual que gran parte del pensamiento político moderno, gira en torno de la seguridad; o sea, responde a miedos sociales. Del miedo a la guerra y la violência, al desamparo y la miseria surgen las tarefas de la política: assegurar la paz, garantizar la seguridad física y jurídica (Estado de Derecho) y promover la seguridad económica (Estado de Bienestar). (Lechner, 1995, p. 119).

Consequentemente, a tarefa de arrefecer os medos sociais posta à política relaciona-se decisivamente ao pressuposto de que o pacto societário na modernidade funda-se a partir de si mesmo. Descartando-se os princípios externos (no sentido de "transcendentais") de legitimidade, e resguardando às consciências individuais a fé religiosa[141], as sociedades secularizadas modernas devem encontrar, em si mesmas, princípios de coesão sobreindividual. Assim, é a política que, ao mesmo tempo, deve fundamentar o "contrato social" (em contraposição aos fundamentos religiosos, transcendentais) e dar conta dos medos e demandas de certeza que, com tal processo de secularização, ganham a esfera pública.

Tais formulações permitem a Lechner falar de uma "dialética[142]" do processo de secularização sobre o qual se fundamenta a política moderna. Deste modo, quando coloca em pauta a questão da democracia, registra sua dupla determinação enquanto alicerçada e tensionada pela secularização. Logo, o fundamento imanente de legitimação, que embasa a possibilidade da democracia na modernidade, pressupõe, por sua vez, o estabelecimento de um princípio constitutivamente tenso,

---

[140] Vide o ensaio *?Responde la Democracia a la busqueda de Certitumbre?* (Numa tradução livre: A democracia responde à busca de certeza?).
[141] Ibidem, p. 123.
[142] Loc. Cit.

qual seja: o de "legitimidade por procedimento[143]", em que cada regra instituída pode ser modificada através do estabelecimento de uma nova maioria.

A tensão fundamental sobre a qual se assenta a democracia moderna e o necessário provimento de certeza que a ela se impõe, constituem-se, portanto, nos pressupostos analíticos mais incisivos legados pelos ensaios de *Los Patios Interiores de la Democracia.* Logo, quando sacados para análise da democracia realmente existente na América Latina contemporânea, eles impõem novas questões. Em primeiro lugar, urge pensar o dilema com o qual ela se depara (no qual a afirmação das instituições é contraposta às mudanças no sentido próprio da política) como um acréscimo à tensão constitutiva da democracia. Sendo assim, em segundo lugar, resta a pergunta: a ordem democrática latino-americana (em suas diversas formas de expressão nos vários Estados nacionais) está apta a prover segurança aos seus cidadãos?

Esta última questão é, para Lechner, um imperativo. "La demanda de certitumbre existe y la pergunta es quién se apropria de ella[144]". Caso a democracia não consiga responder adequadamente aos medos dos cidadãos, apresentando-lhes respostas que lhes provenham uma segurança necessária, corre o risco de ser arrastada por eles[145]. Tal premissa serve tanto para uma compreensão da apropriação autoritária destes medos[146], quanto para uma análise em bases realistas dos dilemas democráticos contemporâneos.

Ao proceder desta forma, como um analista realista da política, Lechner procura ampliar a compreensão do conceito de realismo político ao relacioná-lo com

---

[143] Ibidem, p. 124.
[144] Ibidem, p. 125.
[145] Loc. Cit.
[146] Vide a análise empreendida por Lechner no ensaio *Hay gente que muere de miedo*, também encartado em *Los Patios Interiores de La Democracia* (1995). Nele, tal autor demonstra como os regimes autoritários na América Latina se apresentaram como respostas aos medos apresentados pelos cidadãos.

a questão do tempo. O próprio título do ensaio em que propõe tal leitura é bastante esclarecedor neste sentido: *El Realismo Político, Una Cuestión de Tiempo*[147]. Em tal escrito, ele escreve:

> No se trata de lo que es ni de lo que debería ser, sino do *qué es posible* (...). Entiendo lo realismo político como una categoría crítica referido a la construcción de un nuevo orden. La transformación social exige una crítica de lo históricamente dado, pero también del futuro posible[148].

Posto isto, é possível salientar que, em última análise, uma ordem democrática que não provém uma segurança necessária aos seus cidadãos é uma ordem sem um futuro plausível.

No início da década de 1990, Lechner registrava que o mal-estar com a política referia-se apenas às formas habituais de se fazer política na "democracia realmente existente" latino-americana. Assim sendo, naquele contexto ele não se constituía enquanto um elemento corrosivo à legitimidade da democracia enquanto tal. Uma década depois, caso considerado o aprofundamento das tendências por ele mesmo identificadas, a questão se modifica. Pois, quando dados como os apresentados por uma pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento[149] (PNUD), publicada em 2004, são levados em consideração, é possível identificar o passo a frente dado pelo mal-estar neste início de século.

Esta investigação levada a cabo pelo PNUD em dezoito países latino-americanos revelou, entre outras coisas, que 56,3% dos seus entrevistados acreditam que o desenvolvimento econômico é mais importante que a democracia (2004, p. 139). Além do mais, 54,7% deles afirmaram que apoiariam um governo

---

[147] Ensaio também publicado em *Los Patios Interiores de la Decomcracia*.
[148] Ibidem.
[149] PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *A Democracia na América Latina*: Rumo a uma Democracia de Cidadãos e Cidadãs. São Paulo: LM&X, 2004.

autoritário que resolvesse os problemas econômicos[150]. Quando apresentados estes dados, a equalização entre os questionamentos empreendidos por Lechner na década de 1990 (através de seus ensaios do *Los Patios Interiores de La Democracia*) e as conceituações apresentadas pelo artigo sobre os "Novos Perfis da Política" (2004) se justificam. Para utilizar, no contexto atual, o conceito de mal-estar com a política por ele proposto, é preciso considerar uma ordem democrática posta em xeque pelos medos apresentados pelos cidadãos. Para os entrevistados pela enquete do PNUD, bem como para os próprios sujeitos com os quais nós tomamos contato na pesquisa de recepção sobre o HGPE, é o desamparo causado mormente pelos problemas econômicos que urge ser resolvido. Esta é a demanda por certeza fundamental, a demanda pela manutenção digna da própria vida; se a democracia não se apropria dela, diz o dado da PNUD, uma solução autoritária é tomada como plausível.

Ao cabo, este conceito formulado de uma forma um tanto quanto despretensiosa por Lechner ganha uma dimensão decisiva à análise contemporânea da política. Para uma rápida retomada de seus pressupostos é necessário salientar, em primeiro lugar, que a premissa básica que fundamenta a política secularizada moderna é aquela que constitui a mesma como esfera básica de condução e proteção. Fato que é percebido pelo conjunto de cidadãos de maneira decisiva:

> Para o senso comum, a política deveria oferecer um projeto ou horizonte de futuro, com referência ao qual o presente se tornasse inteligível e previsível. Por outro lado, as pessoas esperam que a política a proteja contra os avatares do destino; que lhes garanta não só a integridade física e certa segurança econômica como também um referencial de certeza. Ante um presente aleatório e, em última instância, fútil, a política encarna uma promessa de continuidade e de duração (Lechner, 2004, p. 15).

[150] Loc. Cit.

Tendo em vista estas premissas básicas, em segundo lugar, é possível interpretar como o descompasso entre a experiência comum dos cidadãos e o modo como percebem as formas comuns de expressão da política institucionalizada causam o mal-estar. Este princípio por diversas vezes aqui assinalado, que reza o nascimento do mal-estar com a política a partir do político, ou seja, do conjunto de elementos utilizados pelos cidadãos pra valorar a ordem, pode ser exemplificado através de diversas falas registradas na pesquisa sobre a recepção do HGPE com a qual nos detemos. Por enquanto, só um basta para demonstrar isto[151]: trata-se de uma intervenção de Paulo, jovem católico residente em Mãe Luíza. Nela, este rapaz se contrapõe a uma discussão introduzida por um colega seu, que havia dito que os políticos não cumprem suas promessas pois não têm condições de fazê-lo.

> "Paulo: Eu não concordo não, *porque o Brasil é o país que mais cobra impostos, entendeu? Mas se você vê que ele não tem investido nem na educação, nem na saúde, infraestrutura,* (...) quando você vai no posto [de saúde], ou você passa um tempão para ser atendido, ou então volta em cinco minutos porque não tem remédio pra me medicar. Na escola que eu vou, tem duas aulas por dia. Os professores tão em greve aí, tão tentando repor as aulas... nem os professores vão repor as aulas, entendeu? Tão dando graças a Deus, ...estamos sendo lesados. *Ninguém faz nada? Quem é por nós?*".

O interessante é que a referência bíblica no final de sua fala[152] depõe a favor do princípio de secularização da política moderna como expediente próprio à constituição do contrato social que prescinde de elementos transcendentais. Neste caso, a pergunta é mundana, sem referências a Deus: "os homens [aqueles investidos de tal tarefa, os políticos] são por nós?". Em suma, tal depoimento constitui-se quase como um modelo de depoimento sobre mal-estar com a política,

---

[151] Tendo em vista que mais a frente, neste mesmo capítulo, vários destes depoimentos serão analisados.

[152] A pergunta "Quem é por nós?" lembra o dito do apóstolo Paulo no livro dos Romanos: "Se Deus é por nós, quem poderá ser contra nós?".

pois além desta desconfiança em relação aos políticos resta a percepção de uma experiência própria: deveria haver investimento em saúde e educação, mas ninguém faz nada para tanto. Afinal, não são a saúde e a educação dois temas que revelam de forma mais crua as demandas por certeza relacionadas aos direitos sociais básicos?

Por último, os apontamentos sobre duas conseqüências do mal-estar: a percepção da política como esfera auto-referente e a dedução implícita sobre as demandas de bom governo utilizadas como parâmetro de avaliação pelos cidadãos. A primeira, já ressaltada no capítulo anterior durante a análise sobre uma escolha eleitoral "não-política" (realizada por Tereza, funcionária terceirizada da UFRN), demonstra de forma límpida o desvio realizado pelos cidadãos frente à política. Ao perceberem a fragmentação desta instância enquanto "referencial de certeza", os sujeitos fazem migrar suas constituições identitárias, reagrupando-as ao seu largo. Daí a importância, para Lechner, de estudar a vida cotidiana[153], uma vez que a fratura na qual se embasa a percepção da política como esfera auto-referente é justamente aquela que esta estabelece com o fazer diário dos cidadãos. É por isso que aquela outra conseqüência do mal-estar, as demandas de bom governo, guarda suas relações com tal postura por parte dos cidadãos.

Tais relações são factíveis, pois, como aponta Lechner, caso os elementos com os quais os cidadãos expressam o mal-estar com a política, advindos desta percepção cotidiana em relação à ordem, fossem tomados em seus sentidos inversos, deles poderiam ser deduzidas as tarefas próprias à política. Nas próprias palavras do autor:

---

[153] Como demonstra o título de um dos ensaios de *Los Pátios Interirores da La Democracia: Estudiar la vida cotidiana* (1995).

> Os diversos sintomas de mal-estar – a falta de confiança, o sentimento de abandono e incerteza, a perda de identificação com os assuntos públicos, etc. – indicam ausências que, inversamente, configuram o imaginário coletivo sobre o que deve ser a política. Dela se espera condução, proteção, responsabilidade, códigos interpretativos. Estes elementos configuram as demandas de bom governo com as quais os cidadãos avaliam o fazer político (2004, p. 17).

Após esta revisão do conceito psicanalítico de mal-estar na civilização e de mal-estar com a política é possível elencar os elementos que embasam uma articulação entre os dois. Para dar início a tal intuito, novamente o recurso à elaboração de uma pergunta torna-se interessante: tomado em abstrato, o mal-estar é algo ao qual se pode impor um fim? O leitor e a leitora hão de estranhar tal abstração após toda esta demonstração das especificidades dos dois conceitos. Este procedimento se justifica, porém, pelo fato de que as possíveis respostas elaboradas através de cada conceito demonstram, ao mesmo tempo, como alguns distanciamentos e convergências resguardadas entre os mesmos se delineiam.

De certa forma, Freud já havia se colocado tal questão n'*O Mal-Estar na Civilização*. Na realidade, ele indaga, neste escrito, se a proposição comunista de acabar com a hostilidade mútua entre os homens através da abolição da propriedade privada se sustenta (1997, p. 70). Apesar de se eximir da elaboração de críticas aos fundamentos econômicos desta premissa, ele afirma que ela não se fundamenta psicologicamente. Como já ressaltado, a propensão à agressividade (a "morte"), bem como seu oposto, a tendência à agregação entre os homens ("Eros"), são, para sua concepção, inerentes à condição humana. Portanto, se a cultura fundamenta-se nesta tensão e, consequentemente, se a todo esforço na sua constituição cabe uma parcela de mal-estar, a este não se pode por um fim, mesmo se sua principal fonte num determinado contexto histórico, como é o capitalismo na modernidade, seja extinta.

Ao tomar o medo como fundamento primeiro com a qual toda ordem social tem que se deparar, Lechner também tende a tomar tal questão de forma ampla. Contudo, ao formular o conceito de mal-estar com a política, ele se refere a um contexto local e historicamente situado. Por mais que conceba a constituição da ordem política como *sempre conflitiva e nunca acabada* (*apud* Ferreira, 1997), seu conceito de mal-estar afigura-se como um "decifra-me ou devoro-te" posto à democracia realmente existente na América Latina: caso solucione a questão, a ordem democrática tem um futuro pela frente. Daí a premissa básica de sua análise realista da política: o que deve um ordenamento político enfrentar para perdurar?

Em linhas gerais, tais diferenças em relação à concepção de finitude do mal-estar demonstram como os dois conceitos respondem a planos analíticos diferentes. O mal-estar com a política é gerado nos interstícios de uma ordem política dada; ele a coloca em xeque, mas pode ser ultrapassado. Por outro lado, o mal-estar na civilização (ou o mal-estar inerente à cultura, para lembrar Bettelheim) refere-se aos fundamentos próprios que regulam as relações entre os homens; em última análise, tal conceito tenta dar conta do próprio advento da política.

Esta leve diferença analítica conduz o exame das relações entre os dois conceitos de mal-estar a uma convergência fundamental entre os mesmos. Ao propor que a cultura é fundada na renúncia ao instinto (às pulsões, como se convencionou), Freud ressalta que tal perda imposta ao indivíduo precisa ser compensada por esta instância mais ampla. Caso tal contrapartida, por assim dizer, não seja estabelecida, é presumível que os indivíduos tornem-se hostis à própria ordem cultural estabelecida. No mesmo diapasão, Lechner coloca a demanda por certeza como fundamental à política. Caso a democracia, por exemplo, não consiga responder a tal imperativo de forma adequada corre o risco de ser levada por ele.

Portanto, respondendo aqueles dois planos analíticos diversos, os dois conceitos de mal-estar são ferramentas fundamentais para a compreensão tanto da *hostilidade à ordem*, nos termos de Freud, quanto do mal-estar em relação à política institucionalizada, como em Lechner. No primeiro, o estabelecimento de um princípio interpretativo posto às diversas formas de convívio entre os homens leva à questão: quais são as lacunas, em tal ou qual ordem societária, que levam ao mal-estar e, por conseguinte, à hostilidade em relação ao próprio ordenamento? No segundo, o nível mais restrito de análise leva as considerações a endereçar tanto tais lacunas quanto a hostilidade à política. Há neste a identificação de um objeto (a política institucionalizada, que se coloca como apta ao provimento de segurança aos cidadãos, mas não o provém de forma adequada) e de formas de expressão do mal-estar.

3.2 Sobre uma estrutura de sentimento do mal-estar com a política.

Após esta incursão pelos conceitos de mal-estar parece mais fácil ressaltar a importância de analisar as formas com as quais um determinado grupo de pessoas expressa o mal-estar com a política. De modo que, após tal exame teórico, é possível tornar à investigação dos depoimentos registrados de forma mais segura. Contudo, quando, por exemplo, afirmamos no capítulo anterior que a idéia expressa pelos entrevistados de que todos os políticos “prometem, mas não fazem” constitui o *tema gerador* fundamental das análises sobre o mal-estar com a política é preciso fornecer subsídios que tornem tal tese plausível.

É factível que a postura de informar tal elemento como a “primeira coisa que vem à cabeça”, como fazem os entrevistados durante a grande maioria das reuniões

realizadas pela pesquisa aqui tomada em consideração, constitui-se num forte indício desta hipótese. Mas há de se convir que uma crítica possível a este procedimento é a de que esta é a forma como a questão apareceu ao pesquisador. Sendo assim, a apreensão de tal tema responderia a um simples procedimento analítico e não à identificação de um elemento de substância. Tendo em vista isto, outro investigador, em posse do mesmo material, poderia chegar a conclusões diversas sobre as formas como os entrevistados percebem e vivenciam a política, descartando a idéia de mal-estar, por exemplo. Em suma, tais questões indicam a necessidade de se colocar mais uma vez em causa a crítica dos próprios instrumentos analíticos utilizados.

Portanto, antes da análise sobre os elementos da cultura do mal-estar com a política, cabe a pergunta: de fato, eles constituem uma *cultura*? Consequentemente, as respostas a tal questionamento conduzem a análise ao exame da coerência interna entre seus diversos temas constituintes.

De acordo o exposto na seção anterior, seria presumível que a análise do mal-estar com a política deveria atender a um plano analítico mais restrito. Em linhas gerais, é como se este fosse uma expressão localizada (e que elege a política como objeto) do mal-estar na civilização, conforme Freud o propõe. Através desta compreensão, o termo *cultura* deveria ser resguardado, posto que os depoimentos dos nossos entrevistados não seriam suficientes para provar a existência mesma de algo mais amplo, como tal termo pressupõe. Além do mais, a resposta mais certeira a tal questão já foi dada, em termos teóricos, por um autor já várias vezes citado neste trabalho. A saber: o conceito de estrutura de sentimento, proposto por Raymond Williams (1979). Basta uma rápida mirada em suas formulações para perceber a sua pertinência aqui.

Para um primeiro contato com o conceito, é possível expô-lo nas próprias palavras de seu formulador:

> O termo é difícil, mas sentimento é escolhido para ressaltar uma distinção dos conceitos mais formais de 'visão de mundo' ou 'ideologia'. Não que tenhamos apenas de ultrapassar crenças mantidas de maneira formal ou sistemática, embora tenhamos sempre de levá-las em conta, mas que estamos interessados em *significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente* (...) Falamos de elementos característicos do impulso, contenção e tom; elementos especificamente afetivos da consciência e das relações, e não de sentimento em contraposição ao pensamento, mas de *pensamento tal como sentido e de sentimento tal como pensado: a consciência prática de um tipo presente, numa continuidade vivida e inter-relacionada*[154].

Tal citação é muito elucidativa. A partir da forma ativamente vivida e pensada é possível compreender como os indivíduos se apropriam de significados e valores pressupostos numa determinada "visão de mundo" ou "ideologia". Portanto, a partir do exame dos elementos através dos quais nossos entrevistados percebem a política, seria possível propor a existência de uma estrutura de sentimento do mal-estar com a política. Sendo assim, por que não utilizar o conceito em sua totalidade? Não seria possível substituir "cultura" por "estrutura de sentimento" no título do trabalho?

Ora, pode-se extrair desta mesma citação uma resposta diversa. Estrutura de sentimento é um conceito analítico que não exclui, mas potencializa as noções de visão de mundo, ideologia e cultura. Como à noção ampla de mal-estar na civilização freudiano é possível associar o conceito restrito de mal-estar com a política, o mesmo pode ser feito em relação à cultura e estrutura de sentimento. Isto, porém, somente fundamenta teoricamente a questão. Afinal, há uma cultura ampla

---

[154] Ibidem, p. 134.

do mal-estar com a política à qual nossos entrevistados captam através de uma estrutura de sentimento situada?

Neste tópico é possível ressaltar que tanto há uma estrutura de sentimento ampla, registrada no antes citado passo à frente do mal-estar com a política, apresentado pela pesquisa realizada pelo PNUD em países latino-americanos (na qual é demonstrada a preferência majoritária dos cidadãos por governos, mesmo os autoritários, que resolvam os problemas econômicos), quanto uma cultura do mal-estar com a política ampla. Esta última, entretanto, baseia-se num elemento adicional, qual seja: o estabelecimento de hierarquias em torno do fazer político na América Latina.

Conforme esta premissa, a política é percebida como esfera de atividade resguardada a determinados indivíduos, os "políticos", segundo a categoria indígena utilizada pelos nossos entrevistados, ou aos "governantes consagrados", conforme terminologia de Marilena Chauí[155]. Ainda, com Teresa Caldeira[156], é assim possível pressupor que a política é para os "outros". Portanto, as reivindicações que porventura nossos entrevistados possam apresentar são geralmente tarefas postas para que "eles", os políticos, os que fazem a política, possam resolver. Isto, por outro lado, dota a questão do reconhecimento de um significado ainda mais profundo. Justamente por pressupor que tal estabelecimento de hierarquias representa uma falta de reconhecimento adequada (ou um "desrespeito", como formula Axel Honneth, 2003) de certos cidadãos enquanto sujeitos de direito autônomos, notadamente os advindos das classes populares como os que tomamos contato, é possível reafirmar a noção de cultura do mal-estar com a política. Assim, se tais

---

[155] CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

[156] CALDEIRA, Teresa. *A Política dos Outros*: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

hierarquias são identificadas a um *continuum* histórico mais longo, igualmente o mal-estar com a política, entendida como esfera de atividade de “outros”, também se refere a um período histórico amplo.

De modo que a ênfase empregada no título deste trabalho, com a adição do termo “cultura”, é feita com vistas ao registro do período longo no qual a principal causa do mal-estar se encerra: a cultura do mal-estar com a política decorre da tendência histórica que pressupõe o estabelecimento de hierarquias no próprio âmbito da política na América Latina e, nomeadamente, no Brasil. Assim, por tal tendência restar incólume em um considerável período histórico, ela se constitui num elemento sempre explosivo à própria constituição da ordem democrática nestes países. Em última análise, é porque a demanda por certeza enseja a demanda por reconhecimento, por parte dos cidadãos, que sua negação, o estabelecimento de hierarquias, torna-se tão decisivo.

Como a utilização do termo cultura, no título e em determinados momentos do trabalho, responde a uma ênfase, sua associação à noção de estrutura de sentimento, para os fins da análise mais localizada dos depoimentos aqui expostos, torna-se perfeitamente exeqüível. Assim sendo, sua utilização restrita justifica-se pela associação ao conceito de cultura. Aliás, como demonstra a já ressaltada proposição que o uso deste potencializa aquele, tal associação pode ser identificada nas próprias teorizações de Williams.

Ao examinar suas formulações, torna-se claro como a tendência à análise da dimensão vivenciada dos valores e significados utilizados pelos indivíduos, tão decisiva para o conceito de estrutura de sentimento, está associada ao próprio conceito de cultura que propõe. Este, em seu quadro teórico, é analisado através do decisivo auxílio do conceito gramsciano de hegemonia. Para ser mais exato,

segundo Williams, devido à sua "insistência em relacionar 'todo o processo social' a distribuições específicas de poder e influência" (1979, p. 111) a idéia de hegemonia constitui-se em um avanço em relação às concepções tradicionais de cultura. Ao passo que, conforme sua interpretação, hegemonia é entendida como

> Todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente[157].

Assim, o conceito de hegemonia, além de pressupor as questões de domínio e subordinação, pode ser tomado como uma noção "forte" de cultura, uma vez que remete à "totalidade da vida". Em suma, tal ênfase no vivido perpassa toda sua análise sobre o advento da cultura e desemboca de forma decisiva no conceito de estrutura de sentimento.

Neste ponto, impõe-se um adendo. Tal atenção dispensada ao vivido destaca, em última análise, a condição de sujeitos dos indivíduos em determinada cultura. Além do mais, isto deixa em exposto como a noção de estrutura de sentimento guarda semelhanças fundamentais com o conceito de experiência, formulado por E. P. Thompson[158]. De fato, caso se atente à revisão teórica elaborada por Stuart Hall acerca do legado teórico dos estudos culturais[159], será visto como o diálogo entre Williams e Thompson influencia decisivamente a postulação destes conceitos congruentes. Detenhamo-nos um pouco nos detalhes deste último.

---

[157] Ibidem, p. 113.

[158] Vide especialmente: THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros*: uma Crítica ao Pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

[159] Vide: HALL, Stuart. *Estudos Culturais e Seu Legado Teórico.* In: SOVIK, Liv (Org.). *Da Diáspora*: Identidades e Mediações Culturais, Stuart Hall. Belo Horizonte: ED. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

Em *Miséria da Teoria*, polêmica teórica e política travada contra a obra de Althusser, Thompson demonstra como no conceito de experiência, frente à idéia de *träger* ("suporte") do estruturalismo althusseriano, os "homens e mulheres (...) retornam como sujeitos" (1981, p. 182). "Não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres'", continua Thompson,

> mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (sim, 'relativamente autônomas') e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através da estruturas de classes resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada[160].

Esta é a premissa que permite a Thompson deduzir da escolha de valores e, portanto, da formação de uma consciência moral (o que para Williams seria uma consciência prática), a atividade racional dos sujeitos:

> Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto o são em suas idéias e ações, são tão sujeitos (e não mais) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral[161].

Desta forma, a afirmação do diálogo entre os conceitos de estrutura de sentimento e experiência pressupõe um ganho analítico. Pois, quando é adicionada à ênfase da dimensão vivida através da qual os indivíduos dão sentido aos valores, pressuposta no primeiro conceito, a idéia de que este processo é pautado por uma racionalidade, exposta de forma mais pujante no segundo, a constituição ativa dos "homens e mulheres" enquanto sujeitos ganha o primeiro plano. Por outro lado,

---

[160] Loc. Cit.
[161] Ibidem, p. 194.

contudo, a demonstração, realizada por Williams, de que as estruturas de sentimento são "*experiências sociais em solução*[162], distintas de outras formações que foram precipitadas e existem de forma mais evidente e imediata" (1979, p. 136) permite uma aplicação mais profícua destes conceitos à constituição marcadamente dispersa e assistemática da visão de mundo das classes populares ou subalternas, conforme o próprio Gramsci (1978) a conceitua[163].

Para ir mais adiante: ao mesmo tempo em que se atesta a postura ativa e racional com a qual os indivíduos constituem suas consciências, é necessário afirmar, no caso específico de análises como a empreendida aqui, a condição politicamente subalterna no qual se enredam. Neste caso, não é possível enveredar por uma análise análoga a feita por Thompson em seu *Formação da Classe Operária Inglesa* (1987). Neste estudo, por exemplo, tal autor afirma que "a classe acontece quando alguns homens, como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si[164]". Este relevo na presença da classe operária ao seu próprio "fazer-se", pode ser deduzido a partir dos próprios movimentos de luta dos trabalhadores que analisa. Por sua vez, o conjunto dos depoimentos com o qual nos deparamos enseja, pelo contrário, a desarticulação de homens com experiências comuns.

Embora suas próprias falas convirjam, como demonstram as primeiras intervenções nos grupos focais, majoritariamente baseadas no tema gerador fundamental aqui em pauta (os políticos "prometem, mas não fazem"), não há uma identidade afirmada entre estes sujeitos. Ora, não são estas as lições legadas por autores como Chauí, que fundamenta sua argumentação sobre o popular não só em

---

[162] Grifos nossos.
[163] Evidentemente, eles não podem ser reduzidos à análise do popular, mas, neste intuito, constituem-se em um instrumento investigativo interessante.
[164] Ibidem, p. 10.

sua ambigüidade constituinte, mas na falta de uma identidade popular afirmada? Não é nisto que se baseia a já citada premissa gramsciana segundo a qual a natureza heteróclita e, por conseguinte, não articulada da visão de mundo dos populares concorre para a falta de organização política das classes subalternas? Não se trata aqui de incorrer na ambígua negação das contribuições de um autor com o qual dialogamos. Mas, diferente de Thompson, que analisa a mudança desta condição, engendrada através da luta de certos trabalhadores em seu fazer-se, aqui tomamos contato com a porção mais politicamente intransitiva das classes populares.

Esta falta de articulação que, por exemplo, permite-nos falar de um "código conformista de oposição" na decodificação dos programas eleitorais, demonstra, por outro lado, como se faz necessário atentar para o cuidado de diferenciar os elementos de análise dos elementos substancialmente inscritos na visão de mundo dos nossos entrevistados. Pois, se não há, pelos próprios sujeitos, uma afirmação sistemática destes, a postura de agrupá-los analiticamente pode se constituir num ato de criação simbólica dos mesmos.

Neste sentido, o procedimento, sugerido no capítulo anterior, de tomar a decodificação dos programas do HGPE como uma experiência acompanhada *in loco* se afigura como uma saída à tal diferenciação entre elementos sacados pela análise, com vistas a uma melhor compreensão da estrutura de sentimento do mal-estar com a política, e elementos substancialmente afirmados pelos próprios entrevistados. Ao terminarmos aquele capítulo indicando que a interpretação dos programas enseja sua decodificação globalmente contrária através de um *código conformista de oposição*, buscamos evidenciar como a estrutura de sentimento do mal-estar com a política se impõe. Neste sentido, a contraposição global ao

conteúdo daqueles programas depõe a favor de uma crítica igualmente ampla (pois válida às próprias formas de experiência daqueles cidadãos) à ordem democrática estabelecida. Uma hostilidade à ordem, em termos freudianos; um mal-estar, potencialmente explosivo, em relação às lacunas da política institucionalizada, conforme as acepções de Lechner.

Sendo assim, o princípio fundamental de que uma consciência prática, conforme apregoa Williams (ou de uma consciência moral, segundo Thompson), pode daí ser deduzido, torna-se decisivo para todas as análises aqui empreendidas. Para ser mais específico, esta é uma consciência utilizada pelos sujeitos com os quais tomamos contato para justificar e embasar suas ações enquanto cidadãos enredados numa ordem política dada. Tal consciência, tão facilmente afirmada na decodificação dos programas, espraia-se por todas as formas de vivenciar e compreender a política com as quais nossos entrevistados se deparam. De modo que é perfeitamente plausível propor uma investigação que pressuponha a identificação do mecanismo elementar que embasa o principal componente a partir do qual estas questões nos foram apresentadas, a noção de que os políticos "prometem, mas não fazem", nas demais formas de representação sobre a política utilizadas pelos nossos entrevistados.

Assim, este é o *tema gerador* fundamental que embasa a pesquisa, pois nele se encontram as tendências mais explícitas de manifestação do mal-estar com a política. Contudo, é interessante salientar que esta sim é uma escolha analítica, tendo em vista que, dentro desta gama de temas inter-relacionados, não há como identificar o mais fundamental. Eis porque a utilização do conceito freireano de tema gerador é feito de uma forma heterodoxa.

Para reabrir este parêntese metodológico, é válida a indicação de que a escolha do conceito de tema gerador decorre da própria caracterização da pedagogia freireana como calcada no diálogo. Pois, ao contrário de uma educação "bancária" (2001), baseada apenas no depósito de conhecimentos, realizada por um professor em seus alunos, trata-se, neste marco teórico, de fundar uma pedagogia dialogicamente orientada, na qual são resguardados os diferentes conhecimentos em seus pólos constituintes. Neste sentido, os temas geradores são apresentados como uma solução, uma vez que se pressupõe partir das situações concretas de existência dos próprios educandos[165]. A partir delas é possível observar o "universo temático", "ou o conjunto dos seus temas geradores[166]", que expressam para, então, "apresentá-lo como problema" aos próprios educandos.

Para os fins deste trabalho somente será considerada a primeira etapa deste processo. Pois, de fato, é possível associar os procedimentos de uma pedagogia também baseada no vivido à análise das formas de percepção da política erigidas através das experiências específicas dos nossos entrevistados. Tendo em vista isto, poderia se propor que os diversos temas geradores aqui investigados constituem-se como "unidades" da estrutura de sentimento do mal-estar com a política.

3.3 Os Sujeitos e o Mal-Estar

Em certos momentos de sua obra fundamental, *A Pedagogia do Oprimido* (2001), Paulo Freire complementa a noção de *tema gerador* com a idéia de "tema dobradiça[167]". Tal procedimento, feito principalmente nas linhas em que exemplifica sua aplicação na atividade dos círculos de cultura que propõe, indica claramente a

[165] Ibidem, p. 86.
[166] Ibidem, p. 87.
[167] Ibidem, p. 99.

essência do conceito: os temas não existem em abstrato, mas relacionados; eles se desdobram ou geram outros. Sendo assim, sua utilização, mesmo a “heterodoxa” feita aqui, sempre pressupõe considerar o conjunto dos temas geradores, ou “universo temático”, seja para fins de análise ou de constituição do conteúdo programático de uma dada proposta pedagógica.

Tal premissa justifica, de certa forma, a apresentação dispersa dos depoimentos feita neste trabalho. Ao invés de amarrar cada seção à análise de um determinado tema gerador, optou-se pela apresentação do conjunto da problemática. Entretanto, em alguns momentos, uma apreciação mais demorada de determinados temas torna-se necessária. Sendo assim, conforme o esquema apresentado no capítulo anterior, este é o momento apropriado tanto para a investigação do tema gerador fundamental de expressão do mal-estar com a política (os políticos “prometem, mas não fazem”), quanto dos outros temas relacionados a tal expressão.

Que se comece, enfim, pela análise por diversas vezes anunciada do tema gerador fundamental. Na primeira reunião realizada com os jovens que participavam da ONG na Zona Oeste de Natal, uma moça chamada Joaquina, quando perguntada se acreditava no que havia assistido no HGPE, responde da seguinte maneira:

> “Mediador: Joaquina, você acredita no que viu?
> Joaquina: Não, eu não consigo mais acreditar nos projetos que cada candidato propõe.
> Mediador: Mas o que leva você a não acreditar?
> Joaquina: Porque todas as eleições, todos os candidatos colocam: vamos melhorar a educação, a saúde, a segurança... E a gente vê essa realidade todos os dias: a gente não tem professor nas escolas; no posto de saúde, a gente tem que dormir na fila pra poder conseguir uma ficha pra ser atendida; a segurança é péssima. Como é que eu vou acreditar numa coisa que eu sei que há muito tempo muitos prometiam e até hoje nunca fizeram. Aí fica complicado: esse vai fazer? Aí fica esse impasse”.

Uma fala que, em seus principais aspectos, se assemelha a diversos depoimentos já apresentados. A experiência real dos indivíduos, que se queixam da realização inadequada de direitos básicos (saúde, educação, segurança etc.), legitima a crítica da realidade fantasiosa apresentada pelos políticos. Um tipo de depoimento que muito se assemelha ao modelo de depoimento sobre o mal-estar, feito pelo jovem Paulo, apresentado no exame do conceito de mal-estar com a política, ou de certas intervenções sobre a maquiagem nos programas eleitorais. O mais interessante, porém, é que esta é uma fala que praticamente repete os mesmos argumentos apresentados pelo jovem Natanael numa daquelas primeiras intervenções apresentadas no início do capítulo anterior. Para relembrar: naquela ocasião, este rapaz afirmou que "todos os políticos, desde as primeiras eleições" procedem de maneira a prometer, mas não cumprir. Aliás, para Natanael, tal tipo de argumentação é tão decisivo que o mesmo o repete nas duas reuniões que realizamos com o grupo dos jovens evangélicos, do qual participa. Sendo assim, na primeira discussão ele afirma o seguinte:

> "Natanael: Ninguém faz. Todo mundo, há dois mil anos atrás, diz: eu vou melhorar a educação, vou melhorar a segurança, a saúde (...) E fica aí (...) Todo mundo vai melhorar, todo mundo vai melhorar, e a gente até agora a gente só vê piora. Aí, o que acontece? Meu coração já está cauterizado eu já não sinto mais a diferença entre Lula e Fernando Henrique ou entre Carlos Eduardo e Luiz Almir (...) Você não sente mais a diferença. Não dá mais pra confiar neles. Porém, na hora lá eu só não vou votar em branco pra meu voto não cair na maioria pra apoiar quem ta ganhando. Porque, assim, eu vou fazer questão de dizer assim: votei nesse sujeito aqui e vou fazer uma questãozinha de lembrar".

A linha de argumentação explicitamente afirmada nestes depoimentos, na qual o proceder de "todos os políticos" em "todas as eleições" é criticada, induz ao questionamento: o que faz com que dois jovens (um deles, inclusive, iniciante no ato

de votar[168]) utilizem com tanta segurança tais hipérboles? A reposta, por conseguinte, parece residir no fato de que esta é a compreensão possível da política. Para eles, a própria idéia do que é a política resume-se a esta relação: cabe aos políticos "fazer algo" em relação aos problemas que os próprios cidadãos apontam; como tal não é realizado de forma adequada, a descrença se instala.

Isto se dá de tal forma que a própria escolha eleitoral parece inócua. É o que informa este diálogo entre Mário e Paulo, dois jovens católicos de Mãe Luíza:

> "Mário: É por isso que fica aquela dúvida, entendeu? Acho que na hora da urna é que eu vou (...) Acho até que vou votar em branco...
> Paulo: É porque é minha primeira eleição, eu vou votar pela primeira vez, eu me sinto mal demais, entendeu? Pelo que político, esses candidatos falam para a população. Prá mim tanto faz votar ou não. Eu vou votar porque é obrigatório, né, se não vai dar bronca para mim (...)
> Mediador: Caso não fosse obrigatório, você não...
> Paulo: Eu não votaria, não! (...) Só promessas. Você vê que é só promessa.(...) O Brasil parece que estacionou. Ele não anda para frente, não progride".

Tal fala de Paulo é interessante não só pela tradução literal do que aqui é analisado no seu "eu me sinto mal", mas pela compreensão do voto que enseja: não como possibilidade, mas somente como obrigação. Assim considerado, tal compreensão expressa uma contradição, qual seja: ao mesmo tempo em que informa o ato de votar como atividade política mais palpável, despreza sua utilidade. Esta também é a conclusão a qual Nívea (do grupo de artesãs de Alvorecer) chega. Para relembrar: ela informa sua desconfiança afirmando que "gostaria que eles fizessem alguma coisa", mas, como isto não acontece, "vota quem quer". Argumento que a mesma repete em outra das suas intervenções:

[168] Em uma das reuniões, Natanael afirmou que iria votar pela primeira vez naquela eleição.

> "Nívea: Todo candidato que vem aqui diz que vai resolver o problema do Rio das Quintas, que é o maior problema do bairro. Até agora só prometem. Tem ai um trabalho que Vilma "Maia[169]" fez na época (...). Não sei nem o que foi (...) que faltou dinheiro. Não se sabe onde foi parar esse dinheiro e agora estão quebrando tudo. Esse mês caiu uma menina de quatro anos lá embaixo. Para quê uma obra de não sei quantos milhões que ninguém sabe onde tá? A gente vota por votar mesmo, pela consciência".

Nesta ocasião, a entrevistada não só demonstra como é adequada a premissa analítica que pressupõe o fundamento do mal-estar com a política a partir do que Lechner chamaria de político (a forma vivenciada da ordem, que, no caso, informa a falência da política na solução do "maior problema do bairro"), mas, também, uma de suas conseqüências mais imediatas: "votar por votar". Mesmo que, para Nívea, o voto não apareça como obrigação, como o é para Paulo, mas como consciência (de que fará sua parte, que votará), sua compreensão é igualmente desesperançada em relação à política. Nela, tal dimensão tanto é reduzida ao ato de votar quanto desacreditada nas suas capacidades de provimento de certeza aos cidadãos, para falar novamente como Lechner.

A partir destes depoimentos, nos quais as tendências do mal-estar se recrudescem e, consequentemente, torna-se possível deduzir uma de suas conseqüências, a descrente redução da política ao ato de votar, a compreensão do tema gerador fundamental torna-se mais límpida. Desta forma, se, a partir dele, é presumível identificar o mecanismo elementar de compreensão da política expresso pelos entrevistados a partir do mal-estar, isto se deve à apreensão da racionalidade, conforme fala Thompson, que expressa. Neste intuito, o princípio fundamental de um mal-estar que se dirige à política institucionalizada a partir das experiências dos próprios entrevistados parece claro. Mas, nesta senda, pode-se afirmar que os

[169] Aqui é possível visualizar como alguns cidadãos ainda identificam a governadora Vilma de Faria como "Vilma Maia", incorporando o sobrenome do seu ex-marido, Lavoisier Maia.

entrevistados negam racionalmente o voto e, portanto, a política? É nisto que desemboca o mal-estar?

Aqui é preciso ter cuidado. Não se pode afirmar que os entrevistados negam a política por completo, pois, na realidade, tal redução ao voto enseja que ela, num certo sentido, lhes foi negada. Este dilema não pode ser explicado sem o auxílio da noção de hegemonia. Lembremos a leitura de Williams: a hegemonia parece ser confirmada quando vivenciada. Neste sentido, a política negada aos entrevistados é aquela que lhes parece "auto-referente". Ou melhor, que se constitui objetivamente enquanto tal, caso seja considerada a idéia de hierarquia que permeia a cultura do mal-estar com a política. Assim, o protesto só pode ser endereçado aos políticos. Eles "prometem, mas não fazem", mas somente a eles cabe "prometer" e "fazer" certas coisas. Este princípio, que resguarda a atividade aos tais políticos, permanece intocado no protesto que o mal-estar expressa. Ao mesmo tempo em que ativamente criticam a incompetência dos políticos, igualmente de forma ativa percebem a hierarquia da qual seu protesto se nutre. Consequentemente, "confirmam por vivenciar" tal estado de coisas.

Esta forma de compreensão da hierarquia, assim como a categoria de "pessoa política", do estudo da antropóloga Christine Chaves, "é uma forma de conferir inteligibilidade a uma sociedade que, embora estruturalmente hierárquica, não pode ser classificada como tal[170]". Ou seja, mesmo formalmente inexistente numa ordem democrática, que pressupõe a igualdade de direitos políticos a todos seus cidadãos, tal forma de hierarquia, que resguarda um lugar aos "políticos" frente aos "eleitores" (ou "cidadãos comuns"), grassa em seu âmago e impede sua plena realização.

---

[170] CHAVES, Christine Alencar. *Eleições em Buritis: a Pessoa Política*. In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Marcio. *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996, p. 131.

Neste ponto, é possível lembrar um dos pressupostos inscritos na análise do campo político realizada por Bourdieu. Segundo ele,

> o apolitismo, que assume por vezes a forma de um antiparlamentarismo e que pode ser desviado para todas as formas de bonapartismo, de boulangismo ou de gaulismo, é fundamentalmente uma contestação do monopólio dos políticos que representa o equivalente político daquilo que foi, em outros tempos, a revolta religiosa contra o monopólio dos clérigos (2004, p. 169).

Assim sendo, a negação estrutural da política a certos cidadãos, inscrita, para continuar com Bourdieu, em um princípio de di-visão[171] social, resguarda um espaço específico ao protesto. Por sua vez, tal disposição à crítica, caso não se refira ao seu princípio fundamental (a hierarquia), e utilize os pressupostos da própria divisão, apenas realimenta seu poder. Desta forma, a mesma Joaquina que afirmou admoestar alguns amigos porque votariam no candidato Miguel Mossoró, criticando tal postura a partir da idéia de que "a gente depende desses políticos pra muita coisa da vida da gente", é aquela que compara os programas eleitorais aos programas de humor:

> "Joaquina: Olho para o programa eleitoral por respeito que eu tinha de tentar entender a televisão e assistir (...), porque hoje eu vejo o programa como vários programas de comédia da TV Globo, de humor. Eles estão perdendo para o programa eleitoral. Isso é muito sério. Os candidatos estão colocando na televisão propostas de projetos absurdos e que a população não é mais boba de acreditar que isso possa acontecer. E, assim, eu acho que outros políticos agem com falta de respeito muito grande com os eleitores, e eu como eleitora não consigo mais ter uma visão em quem vou votar. Eu sei que é complicado pra anular meu voto, mas eu não tenho segurança em quem votar e, no meu ponto de vista, tem que se resolver essa questão, mas tem esse impasse".

[171] Termo utilizado para, ao mesmo tempo, dar sentido às idéias de "Divisão" e "visão" (de mundo, no caso).

Ou seja, sua crítica, que em muito se parece com um escárnio, já que os programas eleitorais parecem desprovidos de conteúdo, a ponto de se assemelharem aos programas de humor, é feita dentro dos pressupostos da própria di-visão: “a gente precisa dos políticos para muita coisa”, por isso é “complicado” anular o voto. Mas, igualmente a Nívea, que “vota por votar”, e Paulo, que não votaria caso não fosse obrigado, a mesma se depara com um dilema que a leva a não “ter mais uma visão em quem votar”. Neste sentido, ela elenca, como os outros, motivos racionais para abrir mão do próprio instituto do voto. Para retomar a questão, estes se constituem em elementos de uma negação racional do voto, ou, ao menos, elementos que dotam a escolha eleitoral de uma tensão adicional, referida à sua própria validade.

Valendo-se novamente da terminologia de Marilena Chauí, tal crítica aos políticos torna-se a parte “resistente” do tema gerador. Por extensão, ao conduzir à negação do voto, deixa em exposto a sua parte “conformista”. Por um lado, a necessidade de dar vazão a um mal-estar com a política institucionalizada, que ao mesmo tempo em que reclama o provimento de certeza aos cidadãos não consegue realizá-lo por completo (o que, em termos freudianos, denota uma hostilidade à ordem). Por outro, o enclausuramento desta crítica nos cânones da constituição politicamente subalterna da visão de mundo que expressa. A partir desta “unidade” da estrutura de sentimento do mal-estar com a política, torna-se possível entender esta última como duplamente determinada: experiência “diluída” de uma crítica que urge ser expressa, mas, também, vivência que confirma a hegemonia.

Assim sendo, tal protesto frente à política institucionalizada, levado ao limiar da própria negação do voto, transparece apenas uma parte da explicação possível ao mecanismo que embasa o tema gerador. A ele precisa ser associado um outro princípio: o da expressão de uma naturalização da política. Neste ponto, a hipérbole

utilizada pelos jovens é significativa: ao se depararem com o voto, parecem adentrar uma instituição que "sempre foi assim"; durante "todas as eleições", ou há "dois mil anos". Com efeito, se a necessidade, ou melhor, a obrigação, de votar é percebida como a parte que cabe aos cidadãos num sistema "auto-referente", a ela pode ser comparada à inserção genérica do homem na vida cotidiana, narrada por Karel Kosik. Nela, "o indivíduo se move em um sistema formado de aparelhos e equipamentos que ele próprio determinou e pelos quais é determinado, mas já há muito tempo *perdeu* a consciência de que este mundo é criação do homem[172]".

Tal naturalização, por sua vez, rivaliza diretamente com a tendência objetiva de socialização da política[173] levada a termo pela constituição "ampliada" do Estado moderno[174]. Segundo este princípio, advindo da leitura gramsciana, torna-se necessário entender tal esfera para além do aparato governamental, levando também em conta o "aparelho privado de hegemonia, ou sociedade civil[175]". Para lembrar o próprio Gramsci: "A sociedade civil se separa da sociedade política: colocou-se um problema de hegemonia, ou seja, a base histórica do Estado se deslocou[176]". Na esteira desta argumentação, poderia se afirmar que a naturalização da política, pressuposta justamente na percepção naturalizada de um dos principais instrumentos de sua ampliação, o sufrágio universal, transmuta-se numa contribuição decisiva à manutenção da própria hegemonia dos grupos dominantes.

---

[172] KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
[173] EVANGELISTA, João E. *Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno*. São Paulo: Cortez, 1997.
[174] COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L & PM, 1981.
[175] Gramsci, A. *apud* COUTINHO, C. N., 1981, p. 194.
[176] Loc. Cit.

3.4 Todos os Políticos São Corruptos (?)

Na medida em que é afirmada a contribuição dos próprios sujeitos advindos dos grupos subalternos à manutenção da hegemonia, parece plausível pressupor que, para dar segmento à análise, tal afirmação precisa ser demonstrada a partir dos pressupostos teóricos que a embasam. Sem o auxílio deste procedimento, corre-se o risco de dimensionar de forma inadequada a ação dos diferentes grupos no processo contínuo de formação da hegemonia.

Desta forma, a acepção de consenso, expressa nas próprias formulações gramscianas, deixa em aberto uma chave interpretativa interessante para se entender tal questão. Afinal, como antes ressaltado, não é possível compreender a política no Estado moderno somente a partir da coerção, uma vez que o estabelecimento de consenso em torno dos projetos políticos em disputa pela hegemonia é igualmente decisivo. Ademais, a partir do próprio arcabouço conceitual gramsciano, é possível ultrapassar as explicações, digamos, "intencionalistas" da questão. Neste sentido, não se trata de apostar numa propensão à submissão por parte dos grupos subalternos, mas de demonstrar como suas concepções de mundo se constituem de forma dispersa, ocasional e, portanto, somente eventualmente orgânicas politicamente. Segundo o próprio teórico italiano:

> Um grupo social, que tem sua própria concepção de mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional – isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico –, toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é sua, e a afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a segue em 'épocas normais', ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada (1999, p. 97)

Seguindo estes apontamentos, a leitura empreendida por Williams amplia ainda mais a compreensão daquela questão. Para ele, uma conceituação adequada do conceito de hegemonia precisa levar em conta sua constituição enquanto "uma formação cultural e social inclusiva, que na verdade para ser efetiva tem de ampliar-se e incluir toda essa área de experiência vivida, até mesmo para formá-la e ser formada por ela" (1979, p. 114). Ora, na seção anterior procurou se argumentar que, ao manifestarem o mal-estar com a política, os entrevistados conduzem seus protestos ao limiar da negação, racional, num certo sentido, do voto. A partir desta formulação de Williams parece claro, portanto, que tal negação fornece subsídios ao fortalecimento da hegemonia. Em poucas palavras: a hegemonia é, também, "formada" por esta demissão conformista frente ao ato de votar.

Com efeito, é significativo que esta contribuição à hegemonia seja realizada, no caso específico dos sujeitos com os quais tomamos contato, a partir do voto. Isto depõe a favor de duas constatações. Primeira: ela demonstra como a hegemonia consegue tornar-se elástica a ponto de neutralizar um instrumento de socialização da política que, potencialmente, poderia ser utilizado por estratégias contra-hegemônicas. Segunda: ela depõe a favor do procedimento analítico de indagar sobre as experiências dos sujeitos. Assim, torna-se mais profícuo tentar compreender as questões que estes se colocam, e como as resolvem, pois elas emanam da forma específica de suas vivências em relação à política. Portanto, se há uma parcela de racionalidade endereçada à resolução destas questões (por exemplo: há motivos para acreditar que os políticos "prometem, mas não fazem", por isso torna-se possível criticá-los), há, também, uma parte de mistificação da própria ação (a negação do voto) desviada, de forma inopinada (ou "não-intencional"), à manutenção da hegemonia.

Por conseguinte, é desta vivência que se nutrem as diversas representações sobre a política elaboradas pelos sujeitos com os quais tomamos contato. Neste caso, é interessante trazer ao debate uma concepção de representação como a de Kosik, na qual a existência imediata dos indivíduos, enquanto sujeitos que agem de forma prática perante a realidade, torna-se a base fundamental da qual emanam as representações. Nas suas próprias palavras:

> No trato prático-utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas – o indivíduo 'em situação' cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade (1976, p. 10).

De sorte que é possível associar, através de um conceito de representação assim configurado, o estudo de certas representações sobre a política elaboradas por nossos entrevistados a partir de suas experiências situadas. Neste caso, algumas destas representações não podem ser tomadas como originalmente elaboradas por aqueles sujeitos com os quais tomamos contato, mas como atualizações das mesmas, realizadas a partir de uma apropriação específica através da estrutura de sentimento do mal-estar com a política.

Por mais que se registre a utilização, por parte daqueles sujeitos, desta espécie de adágio popular que intitula esta seção ("todos os políticos são corruptos"), não é possível, obviamente, afirmá-lo monopólio dos mesmos. Contudo, através dele, e de diversas outras falas, é possível identificar o tema da corrupção, em suas diversas formas de pronúncia, como um elemento por demais significativo do "universo temático" (Freire, 2001) mobilizado por aqueles sujeitos.

Neste sentido, a idéia, por eles expressa, de que os programas eleitorais televisivos pareciam "maquiados" já introduz, de certa maneira, alguns contornos

que esta discussão assume. Mas, no tocante às percepções específicas em relação à corrupção, a utilização daquele adágio é ainda mais elucidativa. Isto porque foi possível identificar, em diversos grupos, sua utilização literal ou, pelo menos, o uso de construções discursivas análogas a ele. Vejamos.

Durante as reuniões com os grupos, pedia-se, a certa altura da discussão, para que os envolvidos comentassem os programas de cada candidato em separado, a partir do que se julgava o quesito central de sua argumentação. Num destes momentos, o mediador suscita comentários àquele ponto fundamental no programa exibido do candidato Ney Lopes na ocasião: a honestidade.

> "Mediador: Outra coisa que eles falaram também (um candidato, especificamente) foi a questão da honestidade.
> Úrsula: Quem foi?
> Mediador: O Ney.
> Úrsula: Que é o mais ladrão de tudinho.
> Mediador: Ele citou a questão da honestidade (...). Como? [Risos entre o grupo] Pode falar!
> Úrsula: Deus me livre, se ele me denunciar? (...)
> Mediador: Não! (...) Pode falar, que a gente garante que não vai identificar que é você quem está falando (...) Mas o que vocês acham da questão da honestidade?
> Úrsula: Acho que ele não deve falar em honestidade, que é uma coisa que ele não é: nenhum político é honesto. Para que falar em honestidade?
> Mediador: Vocês acham que nenhum político é honesto? Manoela?
> Manoela: Eu acho que no meio deles deve ter algum honesto, mas para saber qual é, é muito difícil. Mas deve ter algum.
> Mediador: Deve ter algum? Porque você acha que este algum não aparece?
> Manoela: Não tem oportunidade (...).
> Josefa: Porque é mais pobre... Quando Carlos Eduardo vai aparecer, tem um comício; Já o de Luiz Almir é uma seresta; já o de outro é uma carreata, uma caminhada. Sempre tem condições de fazer uma força maior. Aí o de Carlos Eduardo fica mais divulgado, porque o dele chama mais atenção, vai mais gente, porque o dele é um comício, é um palco grande – ele tem mais oportunidade de falar e se expressar do que os outros. Aí os outros candidatos, mais baixos, não têm como aparecer e divulgar o que ele quer fazer de Natal. Aí, vai que tem um honesto aí no meio: não tem como ele mostrar, não tem como aparecer".

Além da peculiar posição de Úrsula, que não só expressa a compreensão de que “nenhum político é honesto”, mas a faz avançar, afirmando a naturalização da própria corrupção (afinal, “para que falar em honestidade”, uma vez que não há políticos honestos?), é interessante atentar para o desfecho do diálogo entre estas senhoras. Manoela coloca a idéia de que “deve ter algum” honesto, mas que ele “não tem a oportunidade” de se mostrar. Idéia esta que é complementada pelo argumento de Josefa: “vai que tem um honesto” entre os candidatos “baixos” (e pobres)! Este não pode se manifestar devido ao julgo exercido por aqueles que têm “a oportunidade de fazer uma força maior”. As perguntas que faltaram na ocasião, devido, obviamente, às especificidades da pesquisa que a originou, foram aquelas que tentariam dar conta deste poder “oculto” que impele “todos os políticos” (ao menos os “altos”) a serem desonestos e enganadores e que, através deles, subjuga qualquer um que se disponha a proceder de forma contrária.

Mas, se não foi possível aprofundar tal discussão com aquele grupo específico, a semelhança guardada entre os depoimentos daquelas senhoras e os dos participantes de outros grupos nos permite ampliar a análise da questão. O interessante é que Marcelo, jovem que participava das atividades da ONG na Zona Oeste de Natal, usa, na primeira reunião realizada com seu grupo, quase os mesmos termos anteriormente utilizados por Úrsula, Josefa e Manoela:

> “Marcelo: É bom sempre estar observando o VT do horário político, por que eu quero está até o ultimo momento de chegar na urna e analisar bem mesmo em quem eu vou votar. Eu não quero votar em branco, nem nulo, porque eu sei que vou estar dando meu voto injustamente. Na verdade, todos os políticos são corruptos.
> Mediador: Você acha que todos são corruptos?
> Marcelo: Todos! Quem disser que não, vai estar maquiando, mentindo. Para mim, os piores ladrões estão aí de terno e gravata e a gente nem conhece. Mas até o momento de ir votar eu estarei analisando os programas e os debates. Vou estar dando uma sacada, para eu chegar na urna e dar meu voto”.

Além do mais, no desenvolver da mesma discussão, Milton e Antonio fazem duas observações interessantes:

> "Milton: Essa questão de todo mundo dizer que todos os políticos são corruptos, isso aí eu discordo. Eu acho que não é todo político que é corrupto. Eu acho que é aquele jogo, o cara tá aqui embaixo, aí quando vai para um cargo melhor já fica diferente, e vai mudando com o tempo. Eu acho que não são todos que são corruptos não, tem político bom aí. Tem que separar o joio do trigo. A gente tem que acreditar na capacidade do ser humano.
> Antonio: Às vezes, quando o político não é corrupto, através dos que estão lá dentro, faz com que automaticamente, nem que ele seja, mas ele acaba acompanhando".

Por mais que Milton tente introduzir um contra-discurso, afirmando que é necessário "acreditar na capacidade do ser humano", não consegue se desvencilhar de forma completa da compreensão corrente sobre corrupção. Afinal, o político muda (no sentido de modificar sua conduta de forma a se adequar à disposição oculta à corrupção) na medida em que ocupa "um cargo melhor". Contudo, é digna de nota aquela nuance em sua fala. Afinal, o que parece estar realmente em pauta é esta espécie de poder oculto que impele à corrupção qualquer um que se torne um "político". Neste caso, o complemento feito por Antonio é esclarecedor: mesmo que seja honesto, ao ingressar na política o indivíduo torna-se "automaticamente" corrupto. Desta forma, o apontamento de Milton é certeiro: há de se acreditar na "capacidade humana" de se postar de forma contrária aos desígnios que impõem à corrupção como prática política.

O "acreditar na capacidade humana", nos quadros desta consciência prática que emana da forma específica de experiência em relação à política, pode ainda ser interpretado a partir de seus potenciais críticos justamente por apontar uma parcela,

mesmo que bastante reduzida, de “crítica de si mesmo”. Há nela, portanto, um germe da crença na recriação da ordem política dada, contraposta às manifestações correntes do mal-estar com a política. Entretanto, é necessário considerar as lacunas das quais não consegue se desvencilhar por completo, uma vez que, associadas a outras falas em relação à corrupção, constituem um tema gerador próprio à estrutura de sentimento do mal-estar com a política. Mais: a utilização deste tema depõe sobre a própria amplitude do mal-estar. A rigor, ela demonstra como uma categoria fundamental, mobilizada por aqueles sujeitos com os quais tomamos contato (a saber, a de “políticos”), é subsumida à pecha da corrupção.

Efetivamente, este tema gerador assume, em um sentido especialmente claro, a forma de uma representação. Afinal, dela é possível abstrair a forma específica com a qual os indivíduos, para lembrar Kosik (1976, p. 9-10) captam um aspecto fenomênico da realidade: aos nossos entrevistados é razoável afirmar que os políticos são corruptos. Para sermos justos com o instrumental teórico de análise do mal-estar, podemos afirmar que eles assim fazem porque a percepção da falência da política institucionalizada frente a algumas de suas “incumbências” (aquilo que outorga sua aura, conforme os apontamentos de Lechner (2004): o provimento de certeza aos cidadãos através da implementação adequada de direitos, por exemplo) parece conceder legitimidade às suas falas. Contudo, tal forma de compreensão, à maneira de uma hipergeneralização, para falar com Agnes Heller (1989), faz com que se torne obscura a real necessidade de uma ordem democrática baseada na escolha de representantes (o que, portanto, a torna potencialmente explosiva). Levando novamente em consideração a terminologia de Bakhtin, tal representação “refrata” o funcionamento da ordem democrática através

da idéia de que todos os, assim denominados, “políticos” são corruptos, mas a “reflete”, uma vez que, em relação à corrupção, não se abastece “no vácuo”.

Em relação a este assunto, somente uma pesquisa específica poderia informar qual a principal “fonte” da qual esta percepção sobre a corrupção provém. Neste caso, a decodificação da cobertura dos “escândalos”, realizada pelos meios massivos de comunicação, supostamente poderia figurar como uma delas. Mas, segundo nossos próprios entrevistados informam, a experiência vivida em relação ao tema afigura-se como uma hipótese decisiva. No capítulo anterior, quando analisamos o tema da maquiagem dos programas eleitorais, pudemos demonstrar como a produção dos programas eleitorais (para eles também realizada sob o viés da fraude) é reveladora neste sentido, uma vez que ela, por exemplo, sai da tela e ganha as ruas ao “comprar” os populares que neles aparecem. Contudo, na segunda reunião realizada com os jovens de Mãe Luíza, podemos presenciar um conjunto de falas ainda mais reveladoras desta experiência.

Em um determinado momento daquele debate, um jovem chamado Roberto afirmou: “antigamente as pessoas votavam por uma prótese, um óculos, e hoje em dia é totalmente pela simpatia”. Ao que o mediador retrucou: “Você acha que não existe a compra de votos?”. O que deu vazão ao seguinte debate entre o próprio Roberto, Cláudio e Paulo:

> “Roberto: Hoje em dia existe, mas é pouco. Eu acho que é mais a simpatia mesmo.
> Cláudio: Esse negócio de comprar voto não existe mais não (...) A pessoa diz pegue o dinheiro e vote, mas só promete que vota (...).
> Paulo: É quinze reais, é uma consulta, vale. Mas só que as pessoas estão ficando mais espertas, entendeu? Me dê os dez reais que eu voto em você. Não vota e pronto. Ele não vai saber.
> Roberto: Ou seja, eles estão levando a população a se corromper também.

> Paulo: Justamente, por que eles não fazem? Porque eu não posso trabalhar por dez reais deles? Tem uns que se beneficiam com ambulância, consulta médica, e você também vota nele".

Falas que foram complementadas por aquele jovem que iniciou o debate através desta esclarecedora intervenção:

> "Roberto: Desde que eu voto, eu fiz uma promessa para mim mesmo: aquela candidata que eu vou trabalhar, que deixa camisa na rua, eu não voto nele. Se eu trabalhar pra Fátima ou pra Vilma por exemplo. Se eu trabalhar para Vilma, eu não voto. Porque assim eu acho que eu to preservando mais o meu valor. (...) porque eu sei que to vendendo pra ela o meu voto, e eu estou trabalhando. Se eu votar (...) eu não vou estar sendo fiel votando nela. Eu estou vendendo meu voto. Então eu fiz uma promessa que jamais eu vou votar para quem eu trabalhar".

Assim como Milton, que afirma ser necessário acreditar na capacidade humana, Roberto também coloca em pauta uma crítica de si mesmo. Porém, ao contrário do que aquele outro rapaz faz, este, ao afirmar não votar naqueles candidatos que oferecem "trabalho", demonstra, de forma mais evidente, como se desvelam certos parâmetros de ação utilizados por ele frente à política.

Para compreender a argumentação de Roberto é necessário, antes de tudo, registrar o real sentido que esta acepção de trabalho assume em sua fala. Em poucas palavras: neste caso ela se refere à compra de votos. A própria negação feita por Cláudio é elucidativa em relação a esta compreensão: a compra de votos não existe mais; as pessoas aceitam o dinheiro, mas não votam naqueles que oferecem. "Não votam e pronto! Ele não vai saber".

Por sinal, esta modalidade de contraposição à compra de votos difere em muito daquelas relações clientelísticas narradas por Beatriz Heredia em seu estudo sobre *Política, Família e Comunidade* (1996). Ao analisar tais relações a partir de alguns resultados de pesquisas de campo realizadas com comunidades rurais no

Rio Grande do Sul e em Pernambuco, Heredia demonstra como os sujeitos com os quais tomou contato sentem-se em "dívida" para com aqueles políticos que os "ajudam" com serviços de assistência ou dinheiro, o que consequentemente os leva a pagarem suas dívidas com o voto. Nas palavras da autora: "(...) aquele que recebeu ajuda sente-se em dívida e, portanto, obrigado a retribuir. Se o político cumpriu o que prometeu[177], no momento de decidir em quem votar, aqueles que recebem algo retribuem com o voto" (1996, p. 62).

Há nos dois casos, porém, uma interessante semelhança. O que está em jogo, tanto para os entrevistados por Heredia quanto para estes rapazes de Mãe Luíza, é a necessidade de tornar legítimas as próprias falas. Para os primeiros, é necessário cumprir a palavra *empenhada*[178], enquanto para estes há a necessidade de se "dar valor". Em relação a esta necessidade, é digna de nota a "promessa" feita por Roberto. A rigor, ele sabe que está vendendo o voto, mas justifica sua ação ao afirmar nunca votar naqueles que oferecem sua compra. Assim, a dívida, e consequentemente, seu pagamento, é endereçada a si mesmo. Isto demonstra, de uma forma límpida, quais os dilemas com os quais se depara, bem como os recursos que mobiliza para sua resolução, na formação de uma consciência prática em relação à política.

Ademais, a intervenção realizada por Paulo, naquele diálogo entre os rapazes de Mãe Luíza, torna explícita como este processo é influenciado pela percepção de uma alteridade em relação à política: se *eles* oferecem, por que eu não posso trabalhar? Aqui, cabe novamente o paralelo com o estudo de Heredia. Para ela, o voto, que aos seus entrevistados se apresenta como retribuição do favor devido ao

---

[177] "Cumprir o que prometeu", neste caso, é uma ação diferente daquela que narramos nesta dissertação. Enquanto nós destacamos a relação entre promessas de campanha e não cumprimento das mesmas, Heredia ressalta as promessas clientelísticas e o seu cumprimento.
[178] Loc. Cit.

político que oferece ajuda, “(...) não permite o estabelecimento de uma relação entre parceiros como relação entre iguais que trocam bens do mesmo tipo” (1996, p. 64). Ora, ao aceitarem como válida a compra de votos, os sujeitos com os quais tomamos contato também se deparam com uma relação desigual, uma vez que são *eles*, os “políticos”, os que ofertam. Entretanto, justamente porque estes mesmos políticos são percebidos como corruptos, cabe a crítica prática de aceitar o dinheiro e não votar naquele que ofereceu.

4 A Denegação de Direitos como Causa do Mal-Estar

A análise sobre o tema gerador no qual estão agrupadas as diversas percepções dos nossos entrevistados acerca da corrupção na política se constitui em um ponto de convergência fundamental deste trabalho. Isto porque, após seu desenvolvimento, podemos indagar, conforme já anunciado no capítulo inicial, sobre as relações de causalidade que embasam o mal-estar com a política.

Caso atentemos ao último conjunto de falas apresentadas naquela seção sobre as representações acerca da corrupção, no qual os jovens de Mãe Luíza nos informam que, embora não votem nos candidatos que os ofertam a compra de seus votos, aceitam “trabalhar” para os mesmos, podemos notar que esta é uma postura que, em suma, se apresenta de maneira análoga ao demonstrado pela análise do tema fundamental da estrutura de sentimento do mal-estar com a política enquanto expressão de uma crítica à política institucionalizada, mas, ao mesmo tempo, como experiência que confirma a hegemonia. Isto confere expressividade à tese de uma estrutura de sentimento do mal-estar com a política. Afinal, por que estes mesmos jovens não agem de outra forma?

Ao que seria possível acrescentar: por que as experiências específicas dos nossos entrevistados em relação à política levam ao mal-estar, ao invés de conduzirem, digamos, a uma luta pela transformação daquelas lacunas no ordenamento político (como a corrupção ou a falta de compromisso dos candidatos) que eles mesmos avaliam como danosas?

Não se trata de nutrir aqui uma atitude prescritiva em relação às posturas de nossos entrevistados. Tais perguntas, pelo contrário, podem ser elaboradas caso levemos em consideração alguns apontamentos da teoria crítica do

reconhecimento[179]. Ao longo deste capítulo procuraremos demonstrar, portanto, como as experiências situadas dos nossos entrevistados não os levam, para falar com Axel Honneth (2003), a uma luta por reconhecimento.

Em suma, tal demonstração, além de conduzir a argumentação à imprescindível demonstração dos termos do debate em torno da noção de reconhecimento, constitui-se, em essência, num recurso próprio às análises em torno das causas do mal-estar com a política. Detenhamo-nos um pouco neste ponto.

Julgamos ser necessário indagar acerca das causas da estrutura de sentimento do mal-estar com a política neste capítulo uma vez que há, nos dois anteriores, a exposição das conseqüências e da coerência interna de tal estrutura. Visto que um procedimento como este pode introduzir alguns vieses na leitura deste trabalho, torna-se importante observar de antemão que: (a) não se trata aqui de enveredar por uma compreensão "mecânica" do fenômeno, como um modelo analítico composto pela observação de causas e conseqüências matizadas pode sugerir; (b) ao contrário do que possa parecer, avaliamos que é sim possível associar o conceito mesmo de "estrutura de sentimento" a tal procedimento.

Por conceito, a noção de estrutura de sentimento parece incompatível com o procedimento de analisar causas e conseqüências. Em linhas gerais, se ela é sacada para dar conta da dinamicidade existente nas formas com as quais os sujeitos vivenciam e sentem valores e crenças específicas, reduzi-la a um esquema pode, decerto, representar um decréscimo das capacidades heurísticas que oferece. Enfim, as estruturas de sentimento são causadas pela (e causam a) experiência humana: isto é o que se deve dizer delas. Tais características, entretanto, não

[179] Estamos de acordo com o termo utilizado pela pesquisadora Patrícia Matos para designar o movimento teórico contemporâneo em torno da categoria de reconhecimento como parte integrante de uma "teoria crítica".

excluem a possibilidade de indagarmos, em temos analíticos (e somente neles), sobre as peculiaridades das vivências dos sujeitos com os quais tomamos contato: especificamente, quais os elementos que concorrem para a formação da estrutura do mal-estar com a política? É na resposta a esta pergunta que poderemos encontrar isto que aqui chamamos de “causa”.

Optamos pela apresentação das conseqüências em primeiro lugar pois, certamente, foi através delas que todos os questionamentos acerca da estrutura de sentimento do mal-estar com a política nos ocorreram. Permitam-nos retomar a seqüência da argumentação por alguns instantes. Ao tomarmos como fundamental, na confecção do primeiro capítulo, a tarefa de pensar um arcabouço conceitual próprio à análise da decodificação dos programas eleitorais televisivos, uma das premissas mais decisivas observadas foi a de que este processo não se constitui ao largo da formação de uma consciência prática direcionada à política. Em suma, nos propomos a tarefa de demonstrar como aquilo que chamamos, influenciados por Stuart Hall, de decodificação globalmente contrária através de um *código conformista de oposição* é largamente influenciado pelas próprias vivências e percepções sobre a política nutridas pelos sujeitos com os quais tomamos contato.

Ora, se não foram as falas e discussões propostas pelos nossos entrevistados que nos chamaram a atenção, já em campo, à profundidade do mal-estar com a política. O uníssono dos depoimentos sobre como os “políticos prometem, mas não fazem” indicava, logo nas primeiras atividades concernentes ao tratamento dos dados colhidos, o quanto o conjunto de questões suscitadas por este dito urgia ser compreendido a fundo. Contudo, para a consecução desta tarefa, tornava-se razoável analisar as próprias nuances do processo de decodificação dos programas eleitorais. Posto isto, todos os esforços empreendidos no primeiro

capítulo desta dissertação foram realizados através da compreensão primeira de que aquele processo se constituía numa vivência que acompanhamos *in loco*, na qual determinados grupos de cidadãos *faziam recurso às suas compreensões acerca da política para dar sentido às mensagens do HGPE*.

Em resumo, estes esforços correspondem a um primeiro nível de análise: a decodificação globalmente contrária dos programas eleitorais televisivos é uma *conseqüência*, por assim dizer, das representações sobre a política utilizadas pelos nossos entrevistados. Desta forma, uma vez observadas as especificidades da decodificação, tratava-se de compreender a coerência interna do conjunto de informações a partir do qual nossos entrevistados a formulavam.

Sendo a decodificação uma *conseqüência* imediata das representações formuladas pelos nossos entrevistados acerca da política, não é difícil deduzir que estas se estruturam de forma igualmente ambígua. Posto que a primeira denota uma decodificação globalmente contrária das mensagens é possível atribuir as segundas o signo do mal-estar com a política; ademais, se aquela ocorre através de um código "oposicionista", porém, "conformista", de interpretação das mensagens, há de se encontrar nestas uma condição semelhante.

Desta forma, as análises empreendidas acerca do que chamamos de temas geradores da estrutura de sentimento do mal-estar com a política correspondem a um segundo nível de análise. Neste caso específico, contudo, podemos compreender que aquilo que se apresentava enquanto "oposição" no processo de decodificação, desvelou-se, quando especificamente analisados tais temas, como crítica à política institucionalizada através do que Lechner chama de político (dimensão vivida da política). Ao passo que suas dimensões "conformistas" eram

denunciadas pela peculiar “negação racional” do voto realizada pelos nossos entrevistados.

Partimos do pressuposto de que ao analisarmos o tema gerador “fundamental”, ou aquele que nos foi apresentado de maneira mais pujante, poderíamos compreender o mecanismo elementar que orienta os demais e, portanto, a própria estrutura de sentimento do mal-estar com a política, tomada em seu todo. Neste caso, podemos apreender o sentido específico do mal-estar. A ambigüidade revelada pela critica das promessas falaciosas que, como conseqüência, leva à descrença em relação ao próprio instituto do voto era também encontrada na denúncia da corrupção na política, a qual cabe, por exemplo, o contraponto prático de “aceita trabalhar” para determinado candidato, mas nele não votar.

Em suma, as causas de uma estrutura de sentimento que leva, por um lado, à decodificação “oposicionista-conformista” dos programas eleitorais e, por outro, à crítica à política institucionalizada que, justamente por sua exigüidade, se deixa desviar à própria formação da hegemonia dos grupos dominantes, devem também ser indagadas a partir da ambigüidade que as constitui. A condição intransitiva do “conformar ao resistir”, para lembrar Chauí, já reveladas naquelas análises, decorre dos próprios processos de formação daqueles cidadãos com os quais tomamos contato enquanto sujeitos aptos ao exercício da política.

O mal-estar, por fim, é um sintoma que indica como a experiência de privação de direitos molda, por assim dizer, os sujeitos com os quais tomamos contato. Nossos entrevistados se conformam ao estado de coisas que julgam danoso e, portanto, passível de críticas, pois, influenciados pelo reconhecimento inadequado legado pela denegação de direitos, forjam suas identidades enquanto cidadãos. Esta

é, enfim, a principal “causa” da estrutura de sentimento do mal-estar com a política. Aqui a ambigüidade reside na tensão entre a adjudicação formal de direitos e a falta de garantias substanciais dos mesmos.

4.1 Reconhecimento *versus* Desrespeito

Logo no início deste capítulo, havíamos assinalado que as experiências situadas de nossos entrevistados em relação à política conduzem somente ao mal-estar, ao invés de uma luta por reconhecimento. Ressaltamos agora o ambíguo papel da garantia formal de direitos, tensionada pela sua denegação substancial, na formação das identidades daqueles mesmos cidadãos enquanto sujeitos politicamente aptos. Sendo esta a causa, e aquela uma de suas conseqüências, é possível compreender o mal-estar como uma forma de protesto, ou de contraposição, especificamente formulada por indivíduos que se conformam frente a um dado estado de coisas. Temos aqui uma tese, é preciso agora demonstrá-la. Para tanto, o recurso à noção de reconhecimento é imprescindível.

Em outros momentos deste trabalho, fizemos menção às contribuições de alguns dos principais autores que conduzem esta discussão na contemporaneidade. No primeiro capítulo, por exemplo, a citação que fizemos de Charles Taylor é proveniente de um texto exemplar do mesmo: *A Política de Reconhecimento*. Neste escrito, tal autor canadense deixa bem clara a proposição de que o reconhecimento “é uma necessidade humana vital” (1994, p. 46), uma vez que as identidades pessoais são formadas por ele. Tal premissa, poderíamos dizer, constitui-se em um dos principais pontos de pauta do debate.

Entretanto, para os objetivos deste trabalho, julgamos que o instrumental teórico proveniente da obra de Axel Honneth é mais adequado. Isto se deve especialmente ao fato de que há em seu principal escrito sobre o tema, *Luta Por Reconhecimento*, uma sólida reflexão, pontuada pela formulação de diversos conceitos analíticos, acerca do tema do desrespeito. Obviamente, para sermos justos com Taylor, não se trata de corrigi-lo, de forma "polêmica", através de Honneth, mas de ressaltar as ênfases impressas por este último autor, estabelecendo com ele um diálogo mais estreito[180].

Na *Luta Por Reconhecimento*, Honneth gasta bom tempo de sua argumentação para demonstrar a originalidade das teorias de Hegel sobre o tema. Segundo ele, este clássico da filosofia formula, mormente em seus escritos de juventude, um amplo projeto que, embora inacabado, assenta as bases fundamentais da discussão. Neste sentido, aquele autor salienta que, nas proposições hegelianas, está expresso o

> objetivo de reconstruir o processo de formação ética do gênero humano como um processo em que, passando pelas etapas de um conflito, se realiza um potencial moral inscrito estruturalmente nas relações comunicativas entre os sujeitos. (2003, p. 117).

Ao mesmo tempo em que absorve boa parte deste preceito, Honneth não deixa de observar que ao invés de pensar a luta por reconhecimento como um processo *intramundano*, Hegel apoiou "grande parte de suas condições de validade na certeza metafísica de fundo acerca do processo englobante da razão[181]". Posto isto, o

---

[180] Não obstante, Taylor propõe que o reconhecimento inadequado, como ressaltamos anteriormente, pode levar determinados grupos ou indivíduos a nutrirem uma imagem negativa de si mesmos: "Nesta perspectiva, a sua auto-depreciação torna-se um dos instrumentos mais poderosos da sua própria opressão" (Op. Cit, p. 46), diz ele ao pensar no exemplo dos negros.
[181] Ibidem, p. 118.

principal desafio à sua utilização contemporânea é o de adequá-lo à justificação empírica, ultrapassando suas bases metafísicas.

Neste sentido, Honneth se coloca três tarefas: (a) reformular a tese hegeliana "segundo a qual a formação do eu prático está ligada à pressuposição do reconhecimento recíproco entre os dois sujeitos[182]", substituindo os vieses marcadamente metafísicos inscritos na base de sua formulação original por uma "psicologia social empiricamente sustentada[183]"; (b) colocar sob a chancela de uma fenomenologia empiricamente controlada a tríplice tipologia dos padrões de reconhecimento (como veremos melhor adiante: amor, direitos e solidariedade) já pressuposta em Hegel; (c) elaborar um quadro dos padrões de desrespeito associados aos diferentes tipos de reconhecimento (por sua vez: violação, privação de direitos e degradação moral).

Tal guinada materialista na teoria do reconhecimento é por Honneth realizada através do diálogo com a obra de G. H. Mead. Segundo nosso autor, é justamente no ponto em que as proposições deste representante do pragmatismo americano entram em sintonia com as teorizações iniciais do projeto hegeliano sobre o reconhecimento que se torna possível imprimir tal mudança. Este ponto de convergência se materializa na premissa segundo a qual

> a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma auto-relação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais[184].

Mas, é por se colocar tal tarefa de uma guinada materialista que Honneth acentua, de forma diversa da de Hegel, que este "imperativo do reconhecimento recíproco" se

---

[182] Ibidem, p. 119.
[183] Ibidem, p. 121.
[184] Ibidem, p. 155.

realiza através da luta travada pelos diversos indivíduos e grupos em se fazer reconhecer. São, portanto,

> as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco [e não os conflitos motivados pelo processo englobante da razão, como sugerem as premissas hegelianas], aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades[185].

Podemos ressaltar que tal concepção de "imperativo do reconhecimento recíproco", encontrada na obra de Honneth sob a influência de Hegel e Mead, em muito se assemelha à idéia de reconhecimento como necessidade humana vital, em Taylor. Entretanto, enquanto este observa que as identidades individuais e coletivas são formadas pelo reconhecimento, aquele procura evidenciar que tal processo de construção identitária ocorre em diferentes níveis. Valendo-se da atualização da tipologia proposta pela teoria hegeliana, Honneth demonstra como os sujeitos "deslimitam gradualmente" suas demandas de reconhecimento recíproco dos níveis mais primários aos mais amplos de socialização. Portanto, a cada etapa galgada de reconhecimento recíproco há um incremento da "autonomia subjetiva do indivíduo[186]".

A esta tese hegeliana, salienta Honneth, é possível empregar, através de Mead, uma inflexão materialista, com vistas à verificação empírica, na qual "o grau de *relação positiva da pessoa consigo mesma*[187] se intensifica passo a passo na seqüência das três formas de reconhecimento[188]", sendo elas: o reconhecimento

---

[185] Ibidem, p. 156.
[186] Ibidem, p. 158.
[187] Grifos nossos.
[188] Loc. Cit.

através das relações afetivas, o *amor*, a adjudicação de *direitos* e a orientação coletiva através de valores, ou *solidariedade*.

A tese defendida pelo autor neste ponto é a de que a cada uma destas etapas está associada uma forma específica de auto-relação prática dos sujeitos. Haveríamos de indagar se este procedimento metodológico não representa uma rejeição tácita, por parte de Honneth, da idéia de identidade. Assim sendo, os diferentes tipos de auto-relação práticas de um sujeito consigo mesmo não são pensadas em abstrato e, portanto, só fazem sentido caso concebidas de forma conjunta aos processos de luta pelo reconhecimento travadas em diferentes níveis de sociabilidade. Em linhas gerais, Honneth tenta com este recurso evidenciar como os indivíduos, ao estabelecerem diferentes relações de reconhecimento, estão aptos a agir de forma autônoma em diversas esferas, ao passo que o reconhecimento inadequado, ou desrespeito das demandas de reconhecimento individuais, concorre para o aniquilamento desta condição de autonomia.

Desta forma, ao invés de somente propor que o reconhecimento forma a identidade pessoal, como faz Taylor, Honneth demonstra que o estabelecimento de relações de reconhecimento recíproco em diferentes níveis de sociabilidade (ou padrões de reconhecimento) concorre para a formação de auto-relações práticas individuais (ou de *identidades*, no plural) qualitativamente diferentes.

Honneth, entretanto, não se restringe a pensar somente os processos nos quais tais relações de reconhecimento recíproco são estabelecidas de forma adequada. Ele propõe, pelo contrário, que associados a estas relações há, igualmente, padrões de desrespeito das demandas de reconhecimento. Estes podem ser medidos pelos “(...) graus diversos em que podem abalar a auto-relação

prática de uma pessoa, privando-a do reconhecimento de determinadas pretensões de identidade[189]".

Voltaremos a este ponto mais à diante. No momento, é necessário salientar que ao tomarmos em conjunto a tipologia tríplice dos padrões de reconhecimento, as formas de auto-relação prática e os diferentes níveis de desrespeito propostas por Honneth, temos o seguinte quadro: (a) ao estabelecerem relações de reconhecimento através das relações afetivas primárias, ou seja, através da esfera do amor[190], os indivíduos constituem uma relação prática de *autoconfiança* consigo mesmos, ao passo que a *violação* corporal se constitui no padrão de desrespeito correspondente a esta esfera; (b) ao reconhecimento proveniente da adjudicação de direitos estabelece-se a relação de *auto-respeito* individual, consequentemente, a *denegação de direitos* constitui-se em seu padrão de desrespeito correspondente; (c) a *solidariedade*, por sua vez, relaciona-se ao reconhecimento socialmente outorgado às diversas formas de vida demandadas pelos indivíduos; uma vez que tal forma de reconhecimento é estabelecida, os sujeitos estão aptos a formar uma relação de *auto-estima* consigo mesmos e, consequentemente, a *degradação moral* de tais formas representa o padrão de desrespeito relacionado a este estágio.

Julgamos que é possível demonstrar os principais contornos assumidos pela teoria do reconhecimento proposta por Honneth ao explorarmos a fundo um destes padrões de reconhecimento. Ademais, devido aos objetivos deste trabalho, torna-se

---

[189] Ibidem, p. 214.

[190] Para uma rápida caracterização da idéia de "amor", é possível salientar que tal conceito é sacado pelo autor como recurso para dar conta do reconhecimento recíproco proveniente dos diversos tipos de relações afetivas imediatas e não somente daquelas afetivo-sexuais, ao contrário do que o próprio termo poderia sugerir. Mesmo ao ressaltar que tal forma de reconhecimento não pode ser generalizada para além dos círculos de sociabilidade primária (como a família, a amizade ou as relações eróticas), Honneth salienta que a formação da autoconfiança individual se constitui como um sustentáculo "indispensável para a participação autônoma na vida pública" (ibidem, p. 178). Isto nos possibilita compreender que, no quadro de suas formulações, esta forma primeira de reconhecimento é pensada como etapa essencial na formação dos sujeitos.

necessário enfatizar aqui aquele segundo padrão de sua tipologia: a adjudicação de direitos.

Uma primeira tarefa para caracterizar a idéia de reconhecimento através da adjudicação de direitos em Honneth é a de diferenciá-la do padrão antecedente em sua tipologia: o amor. Ao analisarmos esta esfera primária, podemos perceber que o mecanismo elementar que a rege, no qual, ao se reconhecerem mutuamente, os indivíduos concedem aos seus parceiros de interação um grau de autonomia na mesma (visível na *auto-confiança* que adquirem), é análogo ao da adjudicação de direitos. Assim sendo, os sujeitos só se compreendem enquanto portadores de direitos ao perceberem estes mesmos direitos nos outros. Contudo, ao invés das relações afetivas íntimas, o indivíduo, neste caso, se defronta com "um outro generalizado":

> (...) só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos que observar em face ao respectivo outro: apenas da perspectiva normativa de um 'outro generalizado', que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoas de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões[191]

Honneth, bem como Taylor, ressalta que tais concepções acerca do direito somente são válidas para a análise de um padrão moderno de ordem jurídica. Neste sentido, o autor canadense, por exemplo, formula o conceito de "política de igual dignidade" (Taylor, 1994) para dar conta do processo de universalização do status de cidadania, levado a cabo pelas sociedades modernas em contraposição ao conceito de honra, válido para as sociedades tradicionais. Em relação a isto, Honneth, influenciado por Hegel, salienta que, na modernidade, o sistema jurídico

[191] Ibidem, p. 179.

precisa ser entendido como "(...) expressão dos interesses universalizáveis de todos os membros da sociedade, de sorte que ele não admita mais, segundo sua pretensão, exceções e privilégios"[192].

Tal conformação moderna do ordenamento jurídico o configura como um padrão de reconhecimento específico. Assim sendo, Honneth ressalta:

> "Visto que desse modo, uma disposição para a obediência de normas jurídicas só pode ser esperada dos parceiros de interação quando eles puderem assentir a elas, em princípio, como seres livres e iguais, migra para a relação de reconhecimento do direito uma nova forma de reciprocidade, altamente exigente: obedecendo à mesma lei, os sujeitos de direito se reconhecem reciprocamente como pessoas capazes de decidir com autonomia individual sobre normas morais" (2003, p.181-2).

Para um breve parêntese, é possível, neste ponto, enxergar não somente a influência Hegel em Honneth, bem como a de Jürgen Habermas. Caso observemos os comentários elaborados pelo principal representante da segunda geração da Escola de Frankfurt ao texto de Taylor sobre a *Política de Reconhecimento*[193], podemos encontrar a seguinte passagem:

> (...) os destinatários do direito só podem ganhar em autonomia (em sentido kantiano) à medida que eles mesmos possam compreender-se enquanto como autores das leis às quais eles mesmos estão submetidos enquanto sujeitos privados de direitos (2002, p. 234).

Trata-se, enfim, de um importante complemento ao debate, uma vez que, como observa Habermas, não se trata apenas de que os indivíduos obedeçam à mesma lei para ganhar em autonomia enquanto sujeitos de direito, mas de que eles se concebam enquanto "autores" destas mesmas leis.

---

[192] Op. Cit, p. 181.

[193] Trata-se do texto *A Luta Por Reconhecimento no Estado Democrático de Direito*, encartado tanto na edição da própria obra de Taylor, quanto em um dos últimos livros sobre teoria política lançados por Habermas: A Inclusão do Outro (2002).

Esta propriedade do contrato estabelecido entre os indivíduos através do ordenamento jurídico moderno, no qual todos são formalmente iguais, pressupõe, por extensão, que ao serem tomados como sujeitos autônomos, os mesmos são considerados *imputáveis moralmente*.

> Nesse sentido, toda comunidade jurídica moderna, unicamente porque sua legitimidade se torna dependente da idéia de um acordo racional entre indivíduos em pé de igualdade, está fundada na assunção da imputabilidade moral de todos seus membros[194].

Honneth ressalta, entretanto, que tal acordo não se dá de forma pacífica. Consequentemente, se este autor somente identificasse no conceito de imputabilidade moral a qualidade necessária para conceituar o ordenamento jurídico moderno como um padrão específico de reconhecimento, deixaria uma lacuna em sua argumentação. Como qualquer outro estágio de sua tipologia, a adjudicação de direitos é, em si, *potencialmente* um padrão de reconhecimento: caso um determinado sujeito nele encontre respostas adequadas às suas demandas individuais de reconhecimento ganhará em autonomia individual (ou em *auto-respeito*) nesta esfera. Por extensão, quando suas pretensões de reconhecimento são desrespeitadas (ao serem privados de certos direitos, neste caso), os indivíduos são golpeados em suas próprias identidades enquanto sujeitos de direito.

Em última análise, a teoria do reconhecimento, ao ser compreendida desta forma, se coloca como uma de suas questões centrais o processo de constituição dos sujeitos. Assim sendo, ela pode ser utilizada, como aqui advogamos, para análise de situações nas quais determinados indivíduos demonstram, em seus próprios discursos, como tal condição lhes é negada.

---

[194] Op. Cit., p. 188.

Deparamos-nos, ao longo das entrevistas, com um cabedal de representações, construídas pelos próprios indivíduos com os quais tomamos contato, que lhes informam como agir em relação à política. Nesta senda, ao analisarmos falas geralmente sobre "os políticos", podemos nelas identificar a negação da condição de sujeito dos próprios falantes em favor daqueles nelas representadas: são eles que "prometem, mas não fazem", que "maquiam" seus programas televisivos para um melhor desempenho nas eleições, que, enfim, se corrompem ("automaticamente"!) ao "entrarem na política".

Em suma, ao utilizarmos as categorias legadas pela teoria do reconhecimento de Honneth para a análise daquelas falas, torna-se possível nelas encontrar o produto acabado de um processo que solapou o *auto-respeito* enquanto sujeitos de direito dos indivíduos que as proferem. Antes de voltarmos a tais análises, precisamos explicitar, novamente através do auxílio do autor aqui em pauta, qual é, enfim, a causa deste desrespeito.

Ao teorizar sobre o padrão de adjudicação de direitos, Honneth trava um diálogo direto com as formulações de T. H. Marshall sobre a cidadania[195]. Neste debate, que pode ser apreendido a partir do apontamento crítico segundo o qual as formulações deste último autor parecem padecer de uma visão por demais esquemática do desenvolvimento histórico da própria cidadania, nosso teórico ressalta a centralidade da moderna concepção de direitos políticos de participação. Segundo sua leitura, há uma relação indissociável entre esta categoria de direitos e a idéia de direitos sociais. Isto ocorre porque

> Para poder agir como uma pessoa moralmente imputável, o indivíduo não precisa somente da proteção jurídica contra interferências em sua esfera de liberdade [ou seja, dos direitos civis], mas também da

[195] Cf. MARSHALL, T. H. *Cidadania e Classe Social*. Brasília: Senado Federal, 2002.

> possibilidade juridicamente assegurada de participação no processo público de formação da vontade, da qual ele faz uso, porém, somente quando lhe compete ao mesmo tempo um certo nível de vida (2003, p. 192-3).

Assim sendo, pode-se compreender todo o processo de formação da moderna concepção de cidadania como fruto de uma luta por reconhecimento travada em diversas arenas.

Caso sigamos esta leitura do esquema de Marshall, poderemos perceber que a universalização dos direitos políticos de participação, consolidada com a derrocada da tradicional concepção de status, só é complementada de forma adequada quando assegurada uma classe específica de direitos que garanta aos cidadãos a manutenção digna de suas próprias vidas. Desta forma, o desenvolvimento destes direitos, chamados de "sociais", assegura aos seus portadores uma inserção apropriada no processo de formação democrática da vontade. Concorre para a verificação desta tese a histórica associação das lutas dos grupos socialmente excluídos ao processo de consolidação destes direitos.

Ao dialogar com Marshall, Honneth incorpora à sua teoria a concepção de que a adjudicação de direitos necessita tanto de garantias "formais" quanto "materiais". Tal complemento, identificado pelo primeiro na relação entre direitos políticos de participação e direitos sociais de bem-estar, é, para o segundo, o fiel da balança em suas teorizações sobre o reconhecimento através da garantia de direitos. Quando experimenta de direitos formal e materialmente garantidos, um determinado indivíduo está apto a nutrir uma relação de auto-respeito consigo mesmo. Ou, em outras palavras, a agir enquanto sujeito de direitos, uma vez que tal condição faz com que ele se compreenda como "pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a

participação numa formação discursiva da vontade[196]". Em contrapartida, caso certos direitos lhe sejam denegados, está implícito a isto a "afirmação de que não lhe é concedida imputabilidade moral na mesma medida que a outros membros da sociedade[197]".

Este é, por fim, o princípio fundamental da *denegação de direitos*. Ao indivíduo que o experimenta, tal padrão de desrespeito

> (...) não representa somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o sentimento de não possuir os *status* de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade; para o indivíduo, a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral; nesse sentido, de maneira típica, vai de par com a experiência da privação de direitos uma perda de auto-respeito, ou seja, uma perda de capacidade de se referir a si mesmo como parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos[198].

Neste quadro teórico, o desrespeito está associado diretamente à possibilidade de uma luta por reconhecimento. Tal contribuição, realizada por Honneth em complemento às teorizações de Hegel e Mead, é formulada em termos de uma hipótese: o sujeito *pode*, ao experimentar do desrespeito, empreender uma luta no sentido de, efetivamente, transformar "mero sofrimento" em "ação ativa[199]". Isto, contudo, ocorre em situações específicas, nas quais o indivíduo, através de "reações emocionais negativas" nutridas frente a uma situação de desrespeito torna-se capaz de "(...) reconhecer que o reconhecimento social lhe é denegado de modo injustificado[200]".

---

[196] Ibidem, p. 197.
[197] Ibidem, p. 216.
[198] Ibidem, p. 217.
[199] Ibidem, p. 220.
[200] Loc. Cit.

Neste sentido, o processo de não reconhecimento é resumido, pelo próprio autor, da seguinte maneira:

> (...) para chegar a uma auto-relação bem sucedida, ele [o ser humano] depende do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e de suas realizações; se uma tal forma de assentimento social não ocorre em alguma etapa de seu desenvolvimento, abre-se na personalidade como que uma lacuna psíquica , na qual entram a reações emocionais negativas como a vergonha ou a ira[201].

Em suma, há algo que se instala na "lacuna psíquica" aberta pela denegação das pretensões de reconhecimento demandadas pelos sujeitos. Neste caso, a auto-relação positiva, que conduz à atuação autônoma em certas esferas de sociabilidade, é substituída por tais "reações emocionais negativas". Ora, na forma como o conceituamos, o mal-estar com a política, em linhas gerais, pode ser relacionado como uma destas "reações". Contudo, se o próprio Honneth salienta que estas suas proposições necessitam da verificação empírica, resta aqui a tarefa de demonstrar como o mal-estar não leva os sujeitos a uma luta por reconhecimento.

Para dar conta dela, podemos, em um primeiro esforço, salientar a própria postura do autor aqui examinado. Segundo ele, somente quando o entorno cultural e político favorece a tradução dos sentimentos provenientes da experiência de desrespeito através da articulação de um movimento social é que a luta por reconhecimento se molda em termos de resistência política. Segundo o próprio Honneth, trata-se de

> (...) saber empiricamente se o potencial cognitivo, inerente aos sentimentos de vergonha social e da vexação, se torna uma convicção política e moral depende sobretudo de como está constituído do entorno político e cultural dos sujeitos atingidos – somente quando o meio de articulação de um movimento social está

[201] Loc. Cit.

> disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política[202].

Assim sendo, já a análise da coerência interna da estrutura de sentimento do mal-estar com a política realizada no capítulo anterior nos indica, de forma inicial, como o "entorno cultural e político" , ou ao menos as percepções sobre o mesmo, no qual nossos entrevistados estão imersos desfavorece ações de resistência política com vistas a uma luta por reconhecimento. Toda a argumentação em torno da estrutura de sentimento do mal-estar com a política foi formulada no sentido de demonstrar como os diversos "temas geradores" manuseados pelos sujeitos com os quais tomamos contato baseiam em um mecanismo de crítica imediata desviada, de forma inopinada, à manutenção da hegemonia das classes dominantes. Entretanto, tais informações precisam ser complementadas com a análise dos temas através dos quais aqueles indivíduos valoram tanto a denegação de direitos que experimentam quanto o principal obstáculo à formação de uma luta por reconhecimento, qual seja: a hierarquia entre eleitores, cidadãos comuns, e aqueles chamados de políticos.

Desta forma, se sustentamos a tese segundo a qual a denegação de direitos causa o mal-estar, precisamos também afirmar que a destruição do auto-respeito que tal condição enseja faz com que a crença na hierarquia entre políticos e eleitores desarme todos os mecanismos que poderiam conduzir a experiência de desrespeito à luta por reconhecimento.

4.2 – Os Sujeitos Frente à Denegação de Direitos e à Hierarquia "Políticos" / "Eleitores

[202] Ibidem, p. 224.

No decorrer da realização da pesquisa com a qual nos detemos nesta dissertação, não foram raros os momentos nos quais os entrevistados surpreenderam os pesquisadores. Houve vários motivos para tanto. Como já diversas vezes ressaltado, o próprio mal-estar com a política foi um elemento apresentado pelos sujeitos envolvidos na pesquisa sem que a própria equipe encarregada de sua implementação atentasse (quando da elaboração da mesma) à sua relevância. Assim sendo, muito do que aqui está sendo analisado se impôs através da própria atitude daqueles sujeitos perante as atividades que propomos.

Um exemplo. As duas reuniões realizadas com o grupo de jovens evangélicos da comunidade de Novo Horizonte foram realizadas na casa de Ana[203], uma das participantes. Nestas ocasiões, podemos contar com o interesse da própria família desta moça na realização dos trabalhos. O que, ao contrário do que ocorreu em outros grupos, possibilitou uma maior proximidade com os próprios entrevistados. Assim, além de contarmos com a presença de seu pai como espectador dos debates, podemos notar que, por diversas vezes, sua mãe parava por alguns instantes os afazeres no pequeno atelier que mantinha, localizado ao lado da sala na qual a pesquisa era realizada, e observava atentamente o que estávamos discutindo. Tanto que, em um certo momento na segunda reunião, quando estava em pauta um quadro do programa do candidato Luiz Almir sobre problemas na coleta de lixo, Dona Vitória pede a palavra:

> "Dona Vitória: a gente aqui tem um exemplo. Eu posso falar?
> Mediador: pode!
> Dona Vitória: um exemplo aqui bem próximo, que vocês não conhecem: o Rio das Quintas. Há oito anos nós começamos uma luta pelo saneamento deste rio, que é um esgoto a céu aberto e que

[203] A Ana, e à sua família, o Grupo de Estudos Mídia e Poder é inteiramente grato pelo espaço cedido.

> divide a comunidade ao meio. Nós conseguimos com que a prefeitura fizesse a canalização, na época de Vilma Maia (...).
> Ana: vocês já entraram aqui na comunidade?
> Mediador: Sim. Nós fizemos uma entrevista com as senhoras da cooperativa.
> Ana: subiram as escadarias e viram o rio?
> Mediador: ele corta a avenida também, né?
> Dona Vitória: pronto! Então, ele era um esgoto a céu aberto. A gente, pra atravessar de um lado para o outro, era um poste deitado, porque caiu, a gente passava no meio do poste com medo de cair. Tinha também uma pontezinha de pau, bem no início (...) A gente tinha que arrodear (...).
> Ana: tinha um cano, também! Um daqueles canos, um grandão (...)
> Dona Vitória: com as enchentes, o rio alagava e, assim, esta ponte, este poste, não dava mais, porque ia quebrando. Nós começamos uma luta (...) e conseguimos com que se fizesse a canalização. Não do jeito que nós queríamos: nós queríamos que ele fosse coberto, que a água fosse tratada, para só cair no rio Potengi[204] a água limpa, como era antes, e isso não aconteceu. Mas, veja bem, aonde eu quero chegar é na discussão dos meninos: a questão da própria comunidade com a limpeza da rua, entendeu?
> José Bento: aí tá certo!
> Dona Vitória: por mais que a gente se esforçasse, e que isso fosse prioridade, que a gente conseguisse (como conseguimos a canalização), o que é que está acontecendo? O pessoal ta quebrando a pavimentação, o lixo continua dentro do canal, por que eles chegam e jogam no canal, onde antes não tinha como passar carro de lixo aí embaixo (nem carroça de burro podia entrar, por que a gente passar de pé é difícil), e hoje tem tudo isso! O carro vem, a comunidade pode! Quem não tem acesso ao carro, pode pegar seu lixo e botar lá no campo, mas continua um monte de lixo! (...) É difícil, a comunidade não contribui com a limpeza, a própria comunidade, e os órgãos públicos, se a gente não correr atrás, também não fazem nada! Porque os projetos para fazer isto aí, há muitos anos, já estavam feitos! Estavam fechados, engavetados! Em noventa em poucos que nós começamos a luta e passamos muito tempo para conseguir isto aí!

Antes de buscarmos compreender quais os principais sentidos expressos na fala de Dona Vitória, torna-se necessário perguntar: por que ela procedeu desta forma? Assim, se ela nos surpreende ao pedir a palavra na discussão, podemos nos apropriar de uma forma criativa desta surpresa: ela toma parte no debate porque os temas que introduz *necessitam ser falados*. Talvez não tenha percebido, mas, naquele momento, ela se tornava apta a falar e, ao mesmo tempo, imprimir um

[204] Uma parta da cidade de Natal margeia o Rio Pontengi, o maior do estado do Rio Grande do Norte. Dona Vitória chama a atenção à necessidade de combater sua poluição através do tratamento das águas de seus afluentes, como o Rio das Quintas, que corta a comunidade em que mora.

destaque às suas palavras que, provavelmente, nenhum outro entrevistado pôde desfrutar. Em suma, os temas que colocava em pauta se constituíam numa pista providencial à investigação: se aparecem desta forma, urgem ser analisados.

De modo que é possível compreender a própria atitude de Dona Vitória como um indício de como o tema da denegação de direitos foi abordado pelos sujeitos com os quais tomamos contato. Não foram raras as oportunidades nas quais uma determinada discussão sobre os temas levantados pelos programas eleitorais televisivos suscitavam comentários sobre os serviços de saúde, de segurança ou educação do município. Quando isto ocorria, os sujeitos, assim como Dona Vitória, geralmente ilustravam suas falas com exemplos dos seus próprios cotidianos.

Mas, antes que possamos analisar outras discursos constituintes deste tema, podemos atentar a algumas nuances na fala de Dona Vitória. Para o caso específico de sua fala, a tese defendida por Honneth segundo a qual a experiência pode conduzir a uma luta por reconhecimento é, em certo sentido, válida. É possível notar que o próprio termo "luta" é utilizado por ela. Ademais, a consciência de que é preciso "correr atrás", uma vez que os "órgãos públicos não fazem nada" demonstra como, ao reivindicar direitos, os indivíduos ganham em auto-respeito enquanto sujeitos de direito autônomos[205]. Contudo, o principal objetivo de sua argumentação é demonstrar a falta de compromisso dos moradores da comunidade em sua manutenção. Desta forma, ela se torna uma observadora privilegiada do próprio ambiente político que vivencia.

[205] Lembrando Honneth: "É o caráter público que os direitos possuem, porque autorizam seu portador a uma ação perceptível aos parceiros de interação, o que lhes confere a força de possibilitar a constituição do auto-respeito; pois, com a atividade facultativa de reclamar direitos, é dado ao indivíduo um meio de expressão simbólica, cuja efetividade social pode demonstrar-lhe reiteradamente que ele encontra reconhecimento universal como pessoa moralmente imputável" (2003, p. 197).

De forma parecida, Úrsula, do grupo de artesãs de Novo Horizonte, utiliza um tempo do debate travado após a exibição dos programas eleitorais para admoestar suas colegas:

> "Ana: Por que a gente faz uma reunião aqui, sobre a Urbana[206], e não vem ninguém? Tem que ter a comunidade, minha filha, a gente tem que se interessar. Porque vereador e prefeito só (...) Tem que a comunidade (...) Se a gente leva uma carta, como a gente vai se reunir, porque dia 30 a gente vai levar uma carta aqui do bairro. Porque vai ter três bairros: Novo Horizonte, Lagoa Seca e Vitória (conjunto Vitória). A gente tem vai ter que lutar para que o vereador e o prefeito assuma, agora também vai ter que ter a comunidade, porque se a comunidade não fizer lá, do jeito que ta não vai. (...) o serviço foi feito, mas tá pela metade ainda, falta fazer (...) Porque tem muita gente que, quando fala em reunião, não gosta. (...) A gente reivindicou uma palestra: uma palestra que a gente ouve, discute, mas tem que ter a comunidade. Quantas já teve? Quantas eu não chamei? Tem que ter a comunidade também, o povo para reivindicar".

O interessante é que ao falar sobre o "serviço" que está "feito pela metade", Úrsula se refere ao mesmo problema levantado por Dona Vitória: a urbanização do rio que corta a comunidade em que ambas moram. Neste caso, é acrescentada à informação de que os próprios moradores não se empenham na manutenção da comunidade a compreensão segundo a qual os mesmos não se organizam com vistas a reivindicar seus direitos.

Ao utilizarmos os depoimentos destas moradoras da comunidade de Novo Horizonte como uma pequena amostra, podemos compreender como o "entorno político e cultural" no qual as mesmas estão imersas não favorece as ações de resistência política. Mesmo que em suas falas possam ser encontrados germes de uma compreensão positiva acerca da reivindicação de direitos, que, por extensão, permite às suas portadoras um posicionamento mais crítico frente à política

[206] Ela se refere à Companhia de lixo da cidade de Natal.

institucionalizada, elas não encontram ressonância na própria comunidade, por elas conceituada como dispersa e desmobilizada.

Neste sentido, tais falas podem ser tomadas em conjunto com a seguinte intervenção de Ana:

> "Ana: A maioria das coisas que as pessoas botam dentro do canal é sofá, são móveis grandes, que não tem quase como a pessoa levar. Se no rio tivesse se concluído o trabalho, como deveria ser feito, ele tivesse coberto, não ia ter como jogar lixo nele (...) O morador tem culpa, sim: ta jogando! Mas, talvez, seja até protesto: não terminou? Tá bagunçado? Então eu termino de bagunçar, mesmo!".

Em relação a este caso específico, o depoimento de Ana também pode ser tomado como o de uma observadora do entorno político. Obviamente, sua fala, por estar baseada somente em ilações, não se constitui numa informação segura sobre as supostas motivações daqueles que poluem o rio. Entretanto, a peculiar concepção de "protesto" nela expressa é bastante elucidativa. Em última análise, ela demonstra o quanto é plausível, no ambiente político relatado por aquela observadora, demonstrar a indignação através de ações que, além de valerem por si mesmas, como a depredação de uma obra pública, se desenrolam ao largo dos canais políticos usuais.

Aliás, neste entorno político, o próprio voto pode ser utilizado em demonstrações como esta. Um "voto de protesto", neste sentido, é aquele tipo de escolha eleitoral no qual o sujeito decide tornar pública sua indignação com o estado de coisas com o qual se depara sem, contudo, tomar a própria política como válida. Vejamos um exemplo na seguinte fala de Lia:

> "Lia: eu não voto aqui em Natal, eu e alguns aqui que não votam aqui em Natal, mas em Parnamirim[207]. Mas, se no caso eu votasse aqui em Natal, eu votaria naquele Leandro. Por quê? Seria mais uma forma de protesto do que acreditar que realmente ele iria mudar. Porque, quando eles abrissem e vissem que o pessoal estaria escolhendo uma opção nova, uma opção que o eleitor sabe que não se elegeria, mas seria uma forma de protestar. Por que, assim, nós não estamos satisfeitos com os que estão aí".

Ela se refere ao candidato Leandro Prudêncio, que naquele pleito de 2004 havia se lançado candidato a prefeito de Natal pelo inexpressivo Partido Humanista da Solidariedade. Lia sabe que este candidato não tinha condições de ser eleito, além do mais, ela acredita que ele não faria mudanças significativas na cidade, contudo, o escolheria para que "eles" vissem o quanto os eleitores ("nós") não estão "satisfeitos com os que estão aí".

Em primeiro lugar, é preciso salientar o quanto está nítida, naquele depoimento de Lia, a hierarquia "nós", os eleitores, "eles", os políticos. Com efeito, se o "voto de protesto", neste caso, é para demonstrar a insatisfação a estes últimos, aí se delineia a própria posição por eles ocupada. Assim sendo, os sujeitos agrupados nestes dois pólos não estão em posições iguais. Em suma, tal depoimento demonstra como um indivíduo que perdeu em auto-respeito se formula suas representações em relação à política. Caso lembremos as análises sobre os temas que dão coerência interna à estrutura de sentimento do mal-estar com a política, podemos perceber como tal "voto de protesto", da mesma forma que a negação racional do voto, serve a uma crítica da política institucionalizada, mas, devido ao seu caráter intransitivo, é desviado, de forma inopinada, à manutenção da hegemonia dos grupos dominantes.

---

[207] Município localizado na região metropolitana de Natal.

É possível ainda registrar uma nuance assumida por tal tipo de voto durante aquelas eleições municipais em Natal. Neste caso, ele se tornou mais visível naquele pleito devido à candidatura Miguel Mossoró. Apresentemo-lo, rapidamente.

Filiado a um partido inexpressivo (o Partido Trabalhista Cristão), tal candidato iniciou o processo eleitoral de 2004 como um desconhecido, mas, ao fim, conseguiu arregimentar 17% dos votos válidos, tornando-se o terceiro colocado no primeiro turno (desbancando duas das candidaturas tidas como mais expressivas na ocasião – Ney Lopes, PFL, e Fátima Bezerra, PT). Por sua parte, tal "fenômeno" deve sua ascensão ao conjunto de propostas, digamos, inusitadas que fez e à forma como conduziu sua campanha. Sendo assim, em sua primeira aparição no HGPE, prometeu guardar seu plano de governo em um cofre para que os outros candidatos não o copiassem. Nesta mesma ocasião, prometeu combater o turismo sexual na base da "mãozada", o que se tornou sua principal marca. Logo após, nos programas eleitorais televisivos subseqüentes, formulou a mais notória de todas suas propostas: construir uma ponte entre Natal e o arquipélago de Fernando de Noronha[208], financiada com a venda da sua plataforma de governo ao xeique de Bagdá.

Pela parte dos eleitores, pode se propor que sua ascensão é explicada pelo fato de que o mal-estar com a política criava, a partir dele, uma alternativa de escolha. Em poucas palavras: esta se personificava naquele. É o que nos falaram os sujeitos envolvidos na pesquisa. Ana, por exemplo, nos explicou que seus eleitores tornavam-se militantes do mal-estar:

> "Tem gente que vai votar por brincadeira (...). Eu acho assim: está quase certo que o segundo turno será entre Luiz Almir e Carlos

[208] Para cobrir os 360km que separam Natal de Fernando de Noronha seria necessária uma ponte vinte e sete vezes maior do que a Rio-Niterói, a maior do mundo atualmente.

> Eduardo[209](...). Então, a maioria das pessoas estão decidindo votar em Miguel Mossoró porque só como... 'ah, eu to revoltado mesmo, ninguém faz nada... voto só de brincadeira, só para eles verem que eu estou fazendo isto só de pirraça mesmo'".

Note-se, contudo, que ela nos informou sobre a disposição dos outros em votar em Miguel Mossoró. Desta forma, mesmo sem aderir a tal tipo de voto, ela compreende o que faz com que outras pessoas o façam. Além do mais, indica um sentido possível à explicação do voto em Miguel Mossoró: votar de "pirraça" também é, como depredar uma obra pública, protestar neste sentido restrito; ademais, da mesma forma que Lia, votar nele é, para Ana, fazer algo para que "eles" possam ver.

[209] De fato, estes dois candidatos viriam a disputar o segundo turno. Ao cabo, Carlos Eduardo Alves vence o pleito.

5 Considerações Finais

Ao sustentarmos a tese segundo a qual a percepção das relações entre candidatos e eleitores como uma hierarquia é o principal obstáculo ao estabelecimento de uma luta por reconhecimento por parte de nossos entrevistados, julgamos que este é um ponto de convergência fundamental para se compreender como a estrutura do sentimento do mal-estar com a política se delineia. Efetivamente, tal hierarquia é criada pelos próprios sujeitos que a valoram discursivamente, uma vez que, formalmente no ordenamento democrático moderno, todos os cidadãos são tidos como aptos à participação política.

Neste sentido, a proposição feita por Axel Honneth (2003) de que os direitos fundamentais de cidadania, especialmente os direitos políticos, neste caso, necessitam de uma garantia material, é certeira. Quando imersos em uma realidade em que tais direitos são denegados, ou que a extensão material dos mesmos não é suficiente, os indivíduos se vêem enredados em um processo de construção identitária no qual a autonomia, nesta esfera, é questionada. Contudo, embora seja reduzida, a condição de sujeito não desaparece por completo.

Podemos lembrar novamente aqui a idéia de hipergeneralização, proposta por Agnes Heller (1989): os indivíduos, em seus cotidianos, resolvem problemas práticos de forma imediata, subsumindo os casos particulares às universalidades dispostas culturalmente. Neste sentido, mesmo que determinado sujeito deponha sobre a concessão desigual de autonomia em certas esferas de atividade, no caso daquela hierarquia entre candidatos e eleitores, por exemplo, ele, mesmo assim, está apto a responder a determinadas tarefas, tais como a escolha de representantes através do voto. Esta é, enfim, a prerrogativa em que se baseia a estrutura de sentimento do mal-estar com a política. Embora não consigam direcionar suas críticas à existência

daquela hierarquia, necessitam expressar sua indignação de alguma maneira: fazem-no através do cabedal de representações sobre a política que possuem.

É interessante, contudo, como esta estrutura de sentimento que analisamos concede, em determinados casos, uma segurança tão decisiva aos sujeitos que a utilizam. Ora, podemos presenciar depoimentos sobre a “certeza” de que “todos os políticos são corruptos”, ou de que os apoiadores que aparecem nos programas eleitorais são “comprados”, ou ainda de que os assim chamados políticos procedem de maneira a ludibriar os eleitores “desde as primeiras eleições”.

Desta forma, se estamos corretos ao afirmar que estes temas geradores, constituintes da estrutura de sentimento do mal-estar com a política são, ao mesmo tempo, crítica à política institucionalizada e contribuição à manutenção da hegemonia dos grupos dominantes, podemos fazer ilações sobre determinadas situações em que críticas ensimesmadas da política, como estas, ganham a praça pública.

No primeiro capítulo desta dissertação, ao pensarmos sobre o processo de recepção do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, ressaltamos que a análise deste precisa de um instrumental teórico-metodológico próprio, uma vez que, por exemplo, os agentes expostos na tela são candidatos a cargos públicos, e não jornalistas. Neste sentido, utilizamos o esquema codificação/decodificação, proposto por Stuart Hall (2003) para demonstrar como nossos entrevistados desempenham uma decodificação globalmente contrária dos programas eleitorais. Propomos, em outros planos analíticos, que tal decodificação é largamente influenciada pela própria estrutura de sentimento do mal-estar com a política, que enseja uma rejeição á política institucionalizada.

Agora, pensemos o contrário. Imaginemos, por exemplo, a crise política ocorrida no ano posterior ao da realização da pesquisa com a qual nos detemos nesta dissertação[210]. Caso determinados meios de comunicação de massa, mesmo que de maneira não intencional, tenham suscitado, em suas coberturas jornalísticas, que todos os denunciados por crimes de corrupção eram, a despeito de qualquer julgamento realizado por instâncias competentes, culpados, de fato. Poderíamos supor, por conseguinte, que os sujeitos que utilizaram, em nossa pesquisa, a crença de que "todos os políticos são corruptos" apreenderiam aquela cobertura jornalística através de sua leitura preferencial, para utilizar novamente os termos de Hall.

Obviamente, tais ilações não tem nenhum valor para os fins das análises que realizamos aqui. Contudo, elas buscam ilustrar como tal crítica através do mal-estar favorece, de fato, a manutenção da hegemonia dos grupos dominantes. Se ela se delineia de forma tão intransitiva politicamente, os sujeitos que a utilizam não estão aptos a desempenhar uma crítica à hierarquia entre eleitores e candidatos, nem, tampouco, conduz a uma luta por reconhecimento.

---

[210] Para uma descrição genérica é possível assinalar que a crise política iniciada em 2005 "estourou" com os depoimentos do então deputado federal Roberto Jefferson (do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, do estado do Rio de Janeiro), sobre um suposto esquema de compra de votos de parlamentares com intuito de favorecer o governo em votações no Congresso Nacional. Segundo ele, tratava-se de um esquema chamado "mensalão". Entre as diversas conseqüências da crise, três CPIs foram instaladas (a dos *Correios*, a do *Mensalão e Compra de Votos* e a dos *Bingos*, esta última, reformulada justamente devido aos acontecimentos da crise), ocorreram cassações e renúncias de deputados (entre eles o ex-Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu e o próprio Jefferson, acusado pelo relator que conduziu seu processo, entre outras coisas, de não ter provado a existência do que chamou de Mensalão). Além destes acontecimentos, integrantes da direção nacional do principal partido a compor o governo, envolvidos nas denúncias, o Partido dos Trabalhadores, dele foram expulsos ou renunciaram aos seus cargos.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra. *A Construção da Política*: Democracia, Cidadania e Meios de Comunicação de Massa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALONSO DE ANDRADE, M. Cultura Política e Representações Sociais: Considerações Metodológicas. *Revista Política e Trabalho*, n. 12. 1996.

ARAÚJO, Caetano Ernesto Pereira de *et alii*. *Política e Valores*. Brasília: Editora UnB, 2000.

ARENDT, Hannah. *O Que é Política?* 2. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BARREIRA, Irlys. *Chuva de Papéis*: Ritos e Símbolos de Campanhas Eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BETTELHEIM, Bruno. *Freud e a Alma Humana*. São Paulo: Cultrix, 2002.

BIRMAN, Joel. Sobre o Mal-Estar, na Modernidade e na Brasilidade. In FRIDMAN, Luís Carlos (Org.). *Política e Cultura*: Século XXI. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará; ALERJ, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CALDEIRA, Teresa. *A Política dos Outros*: O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*: Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____ . *Brasil:* Mito Fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAVES, Christine Alencar. Eleições em Buritis: a Pessoa Política. In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Marcio. *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L & PM, 1981.

DE LA ROCHE, Fabio Lopez. Aproximaciones al Concepto de Cultura Política. S/d.

DURKHEIM, Émile. *Durkheim*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.

EVANGELISTA, João E. *Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno*. São Paulo: Cortez, 1997.

FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, Sindicatos, Cidadania*: Nordeste em Tempos de Vargas. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

FRASER, Nancy. Reconigtion without Ethics? In: *Theory, Culture & Society Review*, 2001, V. 18, n. 2-3.

FREIRE, Paulo. *Educação Como Prática da Liberdade*. 24. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____ . *Pedagogia do Oprimido*. 31. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____ . *Além do Princípio de Prazer*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição *Standart* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud – Volume XVIII).

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: GASKELL, George, BAUER, M. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*: um Manual Prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

GAY, Peter. *Freud*: Uma Vida para Nosso Tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*: Introdução ao Estudo da Filosofia/ A Filosofia de Benedeto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. V. 1.

_____ . *Cadernos do Cárcere*: Maquiavel/ Notas Sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V. 3

_____ . *Literatura e Vida Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HABERMAS, Jürgen. *A Inclusão do Outro*: Estudos de Teoria Política. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HALL, Stuart *et al*. Política e Ideologia: Gramsci In: Centre for Contemporary Cultural Studies. *Da Ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HEREDIA, Beatriz M. A. de. Política, Família e Comunidade In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Marcio. *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

HONNETH, Axel *Luta Por Reconhecimento*: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____ . Reconigtion or Redistribution? Changing Perspectives on the Moral Order of Society. *Theory, Culture & Society Review*, 2001, V. 18, n. 2-3.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KUSCHNIR, Karina. *O Cotidiano da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

KUSCHNIR, Karina, PIQUET-CARNEIRO, Leandro As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política In: *Revista Estudos Históricos*, n. 24. 1999.

LECHNER, Norbert. Os Novos Perfis da Política: um Esboço In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 62. 2004.

_____ . *Los Patios Interiores de La Democracia*: Subjetividad y Política. México D.F.: Fondo de Cultura Economica, 1995.

MANIN, Bernard. As Metamorfoses do Governo Representativo In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29. 1995.

MARSHALL, T. H. *Cidadania e Classe Social*. Brasília: Senado Federal, 2002.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações*: Comunicação, Cultura e Hegemonia. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

_____ . América Latina e os Anos Recentes: o Estudo da Recepção em Comunicação Social In: SOUSA, Mauro Wilton de. *Sujeito, o Lado Oculto do Receptor*. São Paulo: USP; Brasiliense, 1995.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____ . *Marx*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção Os Economistas.

MATTELART, André, NEVEU, Érik. *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATOS, Patrícia. O Reconhecimento, Entre a Justiça e a Identidade In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 63. 2004.

MIGUEL, Luís Felipe. Os Meios de Comunicação e a Prática Política. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política.* n. 55-6, 2002.

MOISES, José Álvaro. *Os Brasileiros e a Democracia*: Bases Sócio-Políticas da Legitimidade Democrática. São Paulo: Ática, 1995

NEVES, Paulo Sérgio da C. Neves. Luta Anti-Racista: Entre Reconhecimento e Redistribuição In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 20, n. 59, 2005.

ORTIZ, Renato. *A Consciência Fragmentada*: Ensaios de Cultura Popular e Religião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

PALMEIRA, Moacir. Política, Facções e Voto In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Marcio. *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio. *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *A Democracia na América Latina*: Rumo a uma Democracia de Cidadãos e Cidadãs. São Paulo: LM&X, 2004.

PORTO, Mauro. *Making Sense of Politics*: TV News and Audiences' Interpretation of Politics in Brazil. Miami: LASA, 2000.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e Política*. São Paulo: Hacker Editores, 2000. Coleção Comunicação.

_____ . *Novas Configurações das Eleições na Idade Mídia*. In Opinião Pública, V. VII, n. 2. 2001.

SOUZA, Jessé. *A Modernização Seletiva*: uma Interpretação do Dilema Brasileiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

_____ . (Não) Reconhecimento e Subcidadania, ou o que é "Ser Gente"? In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 59. 2003.

SOVIK, Liv (Org.). *Da Diáspora*: Identidades e Mediações Culturais, Stuart Hall. Belo Horizonte: ED. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

TAYLOR, Charles *et al. Multiculturalismo*: Examinando a Política de Reconhecimento. Lisboa: Instituo Piaget, 1994.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros*: uma Crítica ao Pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____ . *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V. 1: A Árvore da Liberdade.

VEIGA, Luciana F. Horário Eleitoral, o Eleitor e a Formação da Preferência. *Comunicação e Política*, v. 5, n. 3, 1998.

_____ . Ideologia Política, Persuasão, Propaganda Eleitoral e Voto: Um Estudo da Recepção da Campanha Eleitoral de 1998. (Disponível em www.doxa.iuperj.br)

VIDAL, Dominique. A Linguagem do Respeito. A Experiência Brasileira e o Sentido da Cidadania nas Democracias Modernas In: *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, V. 46, n. 2, 2003.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____ . *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo